



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de São José do Rio Preto

George Henrique Nagamura

A expressão da Subjetividade na Gramática Discursivo-Funcional

São José do Rio Preto
2016

George Henrique Nagamura

A expressão da Subjetividade na Gramática Discursivo-Funcional

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiamento: CAPES - DS

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marize M. Dall'Aglio Hattner

São José do Rio Preto
2016

George Henrique Nagamura
A expressão da subjetividade na Gramática Discursivo-
Funcional / George Henrique Nagamura. - São José do Rio Preto,
2016.

168 f. : il. ; tab.

Orientador: Marize M. Dall'Aglio Hattner
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística).
3. Gramática Discursivo-Funcional. 4. Subjetividade. 5. Gramática
comparada e geral - Testes. I. Hattner, Marize Mattos Dall'Aglio.
II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU - 41 (07)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

COMISSÃO JULGADORA

Titulares:

Profa. Dra. MARIZE MATTOS DALL'AGLIO HATTNER - Orientadora
UNESP - Universidade Estadual Paulista - Câmpus de S. J. do Rio Preto

Profa. Dra. HELLA OLBERTZ
UvA - Universidade de Amsterdã

Profa. Dra. MARIA HELENA DE MOURA NEVES
UNESP - Universidade Estadual Paulista - Câmpus de Araraquara /
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profa. Dra. EROTILDE GORETI PEZATTI
UNESP - Universidade Estadual Paulista - Câmpus de S. J. do Rio Preto

Profa. Dra. GISELE CÁSSIA DE SOUSA
UNESP - Universidade Estadual Paulista - Câmpus de S. J. do Rio Preto

Suplentes:

Profa. Dra. TAÍSA PERES DE OLIVEIRA
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. ANNA FLORA BRUNELLI
UNESP - Universidade Estadual Paulista - Câmpus de S. J. do Rio Preto

Prof. Dr. JULIANO DESIDERATO ANTONIO
UEM - Universidade Estadual de Maringá

Aos meus pais, e à minha
companheira de vida, Gi,
dedico este trabalho

AGRADECIMENTOS

À Marize, primeiramente, não apenas por sua dedicação como orientadora, oferecendo críticas e soluções, trabalhando mesmo em momentos adversos de sua vida pessoal, sempre respeitando minha liberdade intelectual e depositando confiança em minhas capacidades, mas também pelos anos de amizade, desde a graduação;

À Anna, também pela amizade, mas não menos importante, por ter enxergado em mim o linguista que eu nem sabia que queria me tornar;

À Gi, pelo carinho, amor, apoio e por ter feito de mim uma pessoa melhor a cada dia.

À minha família, em São Paulo e Rio Preto, em especial meus pais e irmãos, por aguentarem essa ovelha negra;

À minha nova família, em especial, Cido, Márcia e Nicolas, por me acolherem tão completamente;

Aos amigos de São Paulo e da faculdade, velhos e novos, pelo apoio e carinho de sempre, oferecendo-me o privilégio de crescer junto a eles, em especial, Rafael e Aline, Adriano e Marília, Zé, Rodrigo e Becky, Luciana e Rafael, Ana e Alessandro, Miriã e Shelton, Júlia, Caroline, Vanessa, Felipe, Lauriane e Murilo, Marcos, Gislaine e Keccy;

Aos professores do Ibilce, principalmente à Erotilde, Gisele, Carlos, Roberto, Sandra, Fabiana e Cristina, por todos esses anos de amizade, à Giséle e Álvaro, também pela amizade e pela formação intelectual e pessoal;

Às professoras doutoras Hella Olbertz, Maria Helena de Moura Neves, e aos professores doutores Kees Hengeveld e J. Lachlan Mackenzie, por quem eu já tinha um enorme respeito, que cresceu ainda mais depois de conhecê-los pessoalmente;

Aos amigos do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), pelas discussões e risadas, em especial, à Taísa, pelo apoio, desde o mestrado;

Aos amigos que fiz em Amsterdam, em especial, David e Magnum;

Aos funcionários do departamento de Pós-Graduação e demais funcionários do Ibilce, pela cordialidade e eficiência;

À CAPES, pelo apoio financeiro e propiciar minha estadia em Amsterdam;

a todos os outros, que, infelizmente, não pude citar aqui, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo propor um conceito operacional de Subjetividade que seja adequado à abordagem da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, doravante GDF). Para tanto, primeiramente foi realizada uma análise de algumas das principais abordagens linguísticas sobre esse fenômeno, destacando os pontos em comum entre essas abordagens e suas implicações teóricas, confrontando-as com os princípios da GDF. A partir dessa análise, chegou-se a um conceito provisório de Subjetividade, que distingue dois subtipos: a **Subjetividade Inerente**, relacionada ao caráter dialógico da linguagem e chamada assim por permear todos os usos da língua; e a **Subjetividade Gramatical**, relacionada à codificação sistematizada das expressões de atitude do falante e fundada no conceito de *performatividade*. Com base nesse conceito provisório, foram analisadas possíveis formas de expressão da Subjetividade Gramatical em um corpus constituído pelo banco de dados Iboruna e complementado com ocorrências extraídas da internet. A separação da Subjetividade Inerente da Subjetividade Gramatical permitiu não apenas explicar a inconsistência gerada ao conceber a modalidade como forma de expressão de subjetividade e separá-la em modalidade subjetiva e objetiva, mas também limitar o fenômeno da subjetividade, possibilitando também identificar em quais camadas da estrutura hierárquica suas formas de expressão representando um avanço na compreensão do fenômeno.

Palavras-chave: Subjetividade. Gramática Discursivo-Funcional; Performatividade. Testes Gramaticais.

ABSTRACT

*The present work aims at proposing an operational concept of Subjectivity suitable for the Functional Discourse Grammar (Hengeveld & Mackenzie, 2008, henceforth FDG) approach. To achieve this goal, firstly, an analysis of the main linguistic approaches of the phenomenon was conducted, highlighting the features they share and the theoretical implications to FDG. From this analysis, a provisory concept of Subjectivity was proposed, segmenting it in two subtypes: **Inherent Subjectivity**, related to the dialogical character of language and named as such due to its presence in all uses of language; and **Grammatical Subjectivity**, related to the systematic codification of the speaker's attitude and based on the concept of performativity. Based on this provisory concept, potential forms of expression of Grammatical Subjectivity were analyzed, in a corpus constituted by the Iboruna database and complemented by occurrences extracted from the internet. The distinction between Inherent Subjectivity and Grammatical Subjectivity allow not only to explain the inconsistency in conceiving modality as an expression of subjectivity and dividing it in subjective and objective modality, but also allow to limit the phenomenon of subjectivity, making it possible also to identify the layers in the hierarchical structure of language subjective forms of expression act upon, representing an advance in the comprehension of this phenomenon.*

Keywords: Subjectivity. Functional Discourse Grammar. Performativity. Grammatical Tests.

LISTA DE ESQUEMAS, TABELAS FIGURAS E QUADROS

Capítulo III

Quadro 1: Composição do corpus de pesquisa.....	55
---	----

Capítulo IV

Quadro 2: Classificação de modalidades subjetivas e objetivas em diferentes autores, segundo Verstraete (2001).....	60
---	----

Quadro 3: Classificação de modalidades subjetivas e objetivas de acordo com Verstraete (2001).....	64
--	----

Quadro 4: Proposta de classificação das modalidades subjetivas e objetivas, segundo a GDF.....	68
--	----

Quadro 5: Proposta de classificação dos modificadores nominais adjetivos em subjetivo e objetivo para a GDF.....	83
--	----

Quadro 6: Classificação das formas de expressão da subjetividade.....	132
---	-----

Capítulo V

Tabela 1: Distribuição das formas de expressão da subjetividade gramatical de acordo com o tipo textual.....	141
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1	Primeira pessoa
ABIL	Habilidade
ACC	Acusativo
CLEFT	Clivagem
DECL	Ilocução Declarativa
FUT	Futuro
GDF	Gramática Discursivo-Funcional
GEN	Genitivo
ILL	Ilocução
IRR	Irrealis
NMLZ	Nominalizador
NOM	Nominativo
PROG	Progressivo
PST	Passado
SG	Singular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - A SUBJETIVIDADE NA LINGUÍSTICA: DIVERSIDADE DE CONCEITOS	05
1.1 O conceito precursor: a emotividade.....	05
1.2 Conceitos linguísticos de subjetividade.....	07
1.3 Síntese: três perspectivas.....	20
CAPÍTULO II -.A SUBJETIVIDADE NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL.....	24
2.1 Breve apresentação da GDF.....	24
2.2 Formas de expressão da subjetividade na GDF.....	30
2.2.1. Modalidade subjetiva	31
2.2.2. Atitude do falante com relação ao Conteúdo Comunicado	35
2.2.3. Atitude do falante com relação à entidade designada pelo Subato Referencial.....	36
2.2.4. Subjetividade em modificadores de Indivíduo	40
2.3. Conceito provisório	41
CAPÍTULO III - . UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
3.1. Delimitação do objeto de estudo	51
3.2. Constituição do corpus.....	53
3.3. Critérios para seleção das formas possivelmente subjetivas.....	56
CAPÍTULO IV - 4. FORMAS DE EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE GRAMATICAL E INERENTE.....	59
4.1. Modalidade.....	59
4.1.1. A subjetividade na expressão da modalidade.....	59
4.1.2. A modalidade na expressão da subjetividade em língua portuguesa	71
4.2. Adjetivos atitudinais vs. Adjetivos qualitativos.....	76
4.2.1. A subjetividade na adjetivação atitudinal e qualitativa.....	76
4.2.2. A adjetivação na expressão da subjetividade em língua portuguesa..	83
4.3. Advérbios avaliativos.....	93
4.3.1. A subjetividade na avaliação adverbial.....	93
4.3.2. A avaliação adverbial na expressão da subjetividade em língua portuguesa.....	97
4.4. Advérbios modificadores de ilocução.....	100
4.4.1. A subjetividade nos advérbios modificadores de Ilocução.....	100
4.4.2. A modificação da Ilocução na expressão da subjetividade em língua portuguesa.....	104
4.5. Diminutivos.....	107

4.5.1 A expressão da subjetividade nos diminutivos.....	107
4.6. Verbos de movimento temporal e movimento subjetivo.....	111
4.5.1 A subjetividade na indicação de movimento.....	111
4.7. Ênfase.....	115
4.7.1. A subjetividade na indicação da ênfase.....	115
4.7.2. O advérbio realmente na expressão da subjetividade em língua portuguesa.....	125
4.8. Resumo das análises.....	129
CAPÍTULO V - . SUBJETIVIDADE INERENTE E SUBJETIVIDADE GRAMATICAL: GENERALIZAÇÕES.....	134
5.1. Os testes gramaticais.....	134
5.2. As camadas de atuação.....	137
5.3. Expressão de atitude do falante vs. Expressão do falante.....	139
5.4. Subjetividade Gramatical vs. Subjetividade Inerente.....	140
5.5. Subjetividade vs. Objetividade.....	142
5.6. A noção de performatividade.....	143
CONCLUSÕES.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

INTRODUÇÃO

A subjetividade é um fenômeno de difícil concepção, em parte devido ao preconceito associado com a tradição empirista e o racionalismo cartesiano (LYONS, 1995, p.336). Esse preconceito, em geral, resulta em um conceito de subjetividade que se assemelha muito à noção do senso-comum que vê o subjetivo como "não-científico", mesmo entre linguistas, como aponta Narrog:

Ao se tratar de subjetividade e subjetivização, apenas a menção desses conceitos ainda faz linguistas se arrepiarem. O próprio conceito de subjetividade parece contradizer a ideia da Linguística como um empreendimento científico e impedir o estudo objetivo.¹ (NARROG, 2012, p. 2 - tradução minha²)

Outra dificuldade com relação ao estudo do tema se deve ao fato de a noção de subjetividade ser, em geral, demasiadamente vaga ou de escopo muito abrangente. Dentre os autores que fazem esse tipo de observação, podemos citar Ikegami (2005, p. 132), De Smet e Verstraete (2006, p. 366) e Narrog (2005). Narrog, ao tratar das dificuldades na aplicação do conceito de subjetividade à definição de modalidade, comenta:

é desafiador oferecer uma definição de 'subjetividade' ou de atitudes do falante na língua que não envolva uma quantidade considerável de imprecisão. Um segundo problema é onde estabelecer o limite entre

¹ When it comes to subjectivity and subjectification, the mere mention of these concepts still makes many linguists' hair stand on end. The very concept of subjectivity seems to contradict the idea of linguistics as a scientific enterprise, and to elude objective study.

²Esta e todas as traduções subsequentes apresentadas com original em nota são de minha autoria.

subjetivo e objetivo (ou atitudinal vs. não-atitudinal), isto é, como determinar a atual extensão da categoria.³(NARROG, 2005, p. 170)

Os desafios propostos por Narrog realmente parecem resumir as duas metas fundamentais ao se tratar de subjetividade: i) oferecer um conceito que não seja demasiado vago; ii) oferecer um conceito que não seja amplo demais a ponto de não podermos distinguir entre itens subjetivos e itens objetivos.

O presente trabalho aceita esse desafio, mesmo sabendo que muitas das questões continuarão abertas, uma vez que a própria natureza do tema não permite definições absolutamente precisas: a noção de sujeito é, em si, controversa, e o tratamento do tema se torna ainda mais complexo por perpassar diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a filosofia, a biologia e a linguística.

Tendo essas limitações em mente, o presente trabalho tem como objetivo propor um conceito operacional de subjetividade que seja adequado à abordagem da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF), modelo proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008). Esse conceito deve estar centrado na premissa teórica de que a GDF limita-se às reflexões gramaticais sistemáticas de significados sociais. A partir desse conceito, analiso algumas de suas possíveis formas de expressão em língua portuguesa, verifico sua aplicação em textos efetivamente produzidos e discuto suas implicações para a abordagem na GDF.

O estudo da subjetividade tem um grande potencial para a GDF. Em primeiro lugar, essa teoria tem como objetivo estudar o modo como as línguas naturais codificam

³[In fact], it is challenging to give a definition of subjectivity or speakers attitudes in language that does not involve a fair amount of vagueness. The second, related issue is where to draw the borderline between subjective and objective (or attitudinal vs. non- attitudinal), that is, how to determine the actual extension of the category

sistematicamente as intenções comunicativas do falante. É interessante, portanto, examinar de que modo as atitudes do falante são realizadas linguisticamente.

Em segundo lugar, sendo uma teoria relativamente nova, a GDF ainda não apresenta um conceito próprio de subjetividade. Apesar de encontrarmos na teoria menções a formas de expressão de subjetividade, como a modalidade subjetiva e os modificadores de Subato Referencial, seus autores não oferecem nenhuma definição explícita do conceito.

Acredito, no entanto, que algumas características específicas do modelo da GDF favorecem o estudo da subjetividade: em primeiro lugar, o fato de sua abordagem *top-down* (de cima para baixo) poder acomodar o papel do falante na expressão de si mesmo; em segundo, o fato de a GDF reconhecer instâncias da linguagem superiores à oração, o que permite ao pesquisador identificar formas de expressão da subjetividade relacionadas à interação entre os participantes no discurso; em terceiro, a organização em Níveis e Camadas da GDF, que permite uma caracterização mais específica e detalhada dos meios gramaticais de expressão da subjetividade.

O ponto de partida da pesquisa é uma síntese das principais abordagens da subjetividade por diversas teorias. O intuito é realizar uma reflexão a respeito da conceituação de subjetividade, o que será feito no Capítulo I, de modo a observar pontos de aproximação e de afastamento nessas teorias e suas consequências para o tratamento da subjetividade na GDF, expostas no Capítulo II. Após essa reflexão, ainda no Capítulo II, apresento um conceito provisório de Subjetividade, que servirá de base para análise das suas possíveis formas de expressão. A metodologia dessa análise é apresentada no Capítulo III, seguida da análise propriamente dita no Capítulo IV. No

Capítulo V, retorno às análises apresentadas nos capítulos anteriores, buscando tendências de comportamento dessas formas e estabelecendo oposições significativas que possam elucidar o conceito de subjetividade. Por fim, apresento as Conclusões, refletindo sobre a adequação do conceito proposto ao modelo da GDF.

CAPÍTULO I

A SUBJETIVIDADE NA LINGUÍSTICA: DIVERSIDADE DE CONCEITOS

1.1. O CONCEITO PRECURSOR: A EMOTIVIDADE

O termo *subjetividade* foi empregado pela primeira vez em estudos linguísticos na obra de Michel Bréal de 1897, intitulada *Essai de Sémantique* (cf. NARROG, 2012, p. 14). Contudo, no entendimento da expressão "subjetividade", incluem-se as expressões de emotividade, cujo estudo na linguagem remonta a Aristóteles (384 a 322 a.C.), ao definir o *pathos* como uma técnica de persuasão que utiliza o apelo às emoções dos ouvintes.

Recuperar a trajetória dos estudos da emotividade em linguística seria tarefa extremamente árdua, se não impossível, mas não sem importância. Por esse motivo, prefere-se, neste trabalho, seguir o percurso descrito por Maynard (2002), em seu portentoso estudo sobre a emotividade linguística. Para reconstituir brevemente alguns pontos dessa história, Maynard inicia com as ideias de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), cuja obra considera exemplar dos estudos da emotividade no hemisfério ocidental no século XVIII. O autor atribui grande importância a Rousseau como promotor da ideia de que a linguagem está intimamente relacionada às emoções. De acordo com Maynard (2002, p.22), "Rousseau defende que a linguagem não se origina

das necessidades primárias do ser humano (como a fome ou a sede), mas das necessidades motivadas pela moralidade e pela paixão."⁴

Com relação ao hemisfério oriental, Maynard explica que a tradição do estudo sobre a linguagem emotiva iniciou-se seriamente a partir do período *Edo* (1600-1868). Contudo, os estudiosos dessa era não tinham a preocupação de criar uma visão sistemática da língua, mas sim a de aprimorar a produção e leitura de poemas. Maynard considera como representativo desse período o pensamento de Nariakira Fujitani (1738-1779), um dos mais importantes gramáticos da língua japonesa.

De acordo com Maynard (2002, p.33), Fujitani via a expressão da língua da mesma forma como a expressão no teatro *Kabuki*, no qual o artista mostra seu potencial criativo trabalhando com formas e padrões rígidos. Fujitani dividia a língua em dois níveis, *yuu* (espírito/fantasma), que seria o aspecto convencional da linguagem, e *arawashi* (aparência/manifestação), que seria o uso individual da linguagem, e defendia que a criatividade na linguagem, pela qual se expressam, entre outras coisas, as emoções, resulta do balanço entre esses dois níveis.

Um exemplo dado por Maynard (2002, p. 33) é o de como um evento simples pode ser referido por *Hana ga saku* ('As flores desabrocharam'), ou ainda por expressões bastante distintas como *A, hana!* ('Ah, flores!'), *Saita!* ('Desabrocharam!'), ou *Saita yo, hana ga* ('Desabrocharam, não é, essas flores'). Essa variabilidade resultaria de diversos fatores, como o sociolinguístico, estilo, gênero e, principalmente, intensidades de emoção.

⁴Rousseau argues that language does not derive from people's primary needs (such as hunger and thirst), but derives from people's needs motivated by morality and passion.

Outra importante contribuição para o estudo das emoções na linguagem vem, segundo Maynard (2002, p. 23), dos pesquisadores associados ao Círculo Linguístico de Praga, que, ao mudar o foco dos estudos linguísticos da forma para a função, trazem um novo entendimento da linguagem, na qual o falante, seu interlocutor e suas intenções comunicativas ganham grande importância. "E nesse entendimento, a emotividade linguística é naturalmente entendida como parte das necessidades comunicativas."⁵ (MAYNARD, 2002, p.23).

Apenas nesses três estudos sobre a emotividade, é possível observar pontos cruciais que serão representados nos estudos da subjetividade. Para começar, todos eles apresentam uma preocupação com a representação das emoções por meio da linguagem, e as emoções, é claro, são estreitamente ligadas ao falante. Em segundo lugar, nos estudos de Fujitami, vemos uma extensão de foco, não se interessando somente pelas emoções, mas pela própria criatividade do falante. Por fim, os estudos do Círculo Linguístico de Praga movem o interesse para outra direção: não para o falante em si, mas para a sua situação comunicativa, dando relevância à existência de um parceiro para quem e com quem o falante comunica.

1.2. Conceitos linguísticos de subjetividade

Embora já houvesse, desde a época de Rosseau, filósofos que tratassem da subjetividade, como Descartes, o conceito de subjetividade em linguística somente apareceu tardiamente, ao final do século XIX, com o já citado trabalho pioneiro de

⁵ And in this understanding, linguistic emotivity naturally understood as a part of the communicative needs.

Michel Bréal (1832-1915). Em sua obra de 1897, *Essai de sémantique*, Bréal devota um capítulo ao “elemento subjetivo” da linguagem. Nesse capítulo, o autor abre a discussão comparando a linguagem à peça teatral e ao sonho, ressaltando a interferência do falante, de suas atitudes, em suas representações:

Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar *o aspecto subjetivo da linguagem*. (BRÉAL, 1992 [1897], p. 157)

Bréal segue apontando três formas em que a subjetividade se expressa na linguagem: "1) por palavras ou membros de frase; 2) por formas gramaticais; 3) pelo plano geral de nossas línguas" (BRÉAL, 1992 [1897], p. 157)

Como exemplo de palavras ou membros de frase, Bréal cita expressões como *felizmente* e modais como *talvez*, *certamente* e *sem dúvida*, indicando, em seu entendimento de subjetividade, o papel das expressões emotivas e modais. A segunda forma de expressão, as formas gramaticais, seria exemplificada com o uso dos modos subjuntivo e optativo, mas, principalmente, o imperativo, que, além de expressar a vontade do falante, explicita a natureza conversacional da linguagem, ou seja, a existência de um falante e um ouvinte, a quem o falante se dirige. Essa natureza conversacional seria a terceira forma de expressão da subjetividade: a existência de um "outro" na linguagem marca a existência de um "eu".

Outro pioneiro no estudo da subjetividade é Émile Benveniste (1902-1976), para quem a subjetividade é entendida como "a unidade psíquica que transcende a totalidade de experiências vividas que reúne e que assegura a permanência da consciência" (1976 [1958], p.286). Benveniste afirma, ainda, que a linguagem "é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem" (1976 [1958], p. 287), posição esta que mostra a influência de Bréal em seu trabalho (cf. FOURNET, 2011).

Também o aproxima de Bréal seu argumento de que a possibilidade de o falante referir-se a si próprio no discurso já é uma marca (e uma marca crucial) de subjetividade. Segundo Benveniste (1976 [1958], p.224), "é na linguagem e por meio dela que o homem se estabelece como *sujeito*, pois somente a linguagem estabelece o conceito de 'Ego' na realidade, em sua realidade de ser".

De acordo com Narrog (2012, p.14), Benveniste "eco a crença filosófica de sua época de que não apenas a linguagem reflete a subjetividade, mas também que o eu ('self') é constituído em grande parte pela linguagem".⁶ Narrog também atribui a Benveniste a crença na dependência do "self" da existência do "outro". Essas crenças são captadas na seguinte fala de Benveniste, para quem a consciência de si mesmo somente é possível pela experiência do contraste: "Eu uso o *Eu* somente quando falo com alguém que será um *Você* a quem me dirijo. É essa condição de diálogo que é constitutiva de uma *pessoa*, pois implica reciprocamente que o *Eu* se torna um *Você* na fala de outra pessoa que, por sua vez, se designa como um *Eu*." (BENVENISTE, 1976

⁶Benvenist echoes the belief in the philosophy of his time not only that language reflects subjectivity but also that the 'self' itself is to a large degree constituted through language.

[1958], p. 224-225). Na visão de Benveniste, então, o *Eu* sempre implica a existência de um *Outro*.

Benveniste também inclui na expressão da subjetividade alguns verbos *cogitandi* utilizados com a primeira pessoa, como *eu acredito*, *eu suponho*, *eu presumo* e *eu concludo*, opondo-os a outros verbos que denotam disposições mentais, como *eu sofro* ou *eu reflito*. A diferença entre esses verbos, segundo o autor, é que os primeiros não descrevem o falante como estando ocupado com a ação descrita. Por exemplo, quando o falante diz "Eu acredito que o tempo vai mudar", o que está em jogo não é o estado do falante, mas o "equivalente à mitigação de uma asserção" (BENVENISTE, 1976 [1958], p. 228). Além desses verbos de disposição mental, Benveniste também considera subjetivos os verbos performativos como *eu juro* e *eu prometo*.

A década de 1970 traz ainda outras duas visões sobre o sujeito e a subjetividade posteriores à de Benveniste, representadas pelas ideias de Michel Pêcheux e John Lyons. De acordo com Mussalim (2001, p.131), existem três concepções de sujeito na obra de Pêcheux, resultantes das três fases em que se divide a obra do autor. Para se manter a ordem cronológica das abordagens apresentadas aqui, serão introduzidas a seguir as duas primeiras fases, que surgiram nos anos 1970, e mais adiante a terceira fase, que surgiu nos anos 1980.

A primeira fase, chamada de AD-1, é inaugurada com seu trabalho intitulado *Análise automática do discurso* (PÊCHEUX, 1990a [1969]). Nessa fase, entende-se o processo de produção discursiva como "uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos" (PÊCHEUX, 1990b, p.311). Na AD-1, o sujeito é um ser assujeitado, ou

seja, ele é submetido a regras que determinam o seu dizer. Como se verá em seguida, esse conceito de subjetividade irá mudar na segunda e terceira fase do trabalho de Pêcheux.

Na segunda fase, chamada de AD-2 e iniciada em 1975, ocorre a incorporação do conceito de Formação Discursiva (FD), como proposta por Foucault (1987 [1969], p. 43-44): "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram um época dada, e para uma área social, econômica e geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa". Pêcheux, incorporando as ideias de Foucault, propõe que "uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente 'invadida' por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (PÊCHEUX, 1997 [1975], p.314). Tem-se, nessa fase, a visão de um sujeito ainda assujeitado (pois ainda sofre coerções da FD a partir da qual enuncia), mas não mais uno: o sujeito desempenha diversos papéis, de acordo com as FD relacionadas entre si.

No final da década de 1970, uma outra abordagem sobre a subjetividade é apresentada por Lyons (1977). A primeira menção do conceito de subjetividade aparece em uma referência ao trabalho de Kurylowicz (1964 apud LYONS, 1977), para quem, de acordo com Lyons (1977, p. 792), a modalidade epistêmica "envolve subjetividade (i.e. a expressão das atitudes do falante)".

Antes de fazer essa menção a Kurylowicz, em que traz a primeira definição de subjetividade, Lyons apoia-se em Benveniste para comentar sobre a natureza subjetiva das categorias dêiticas e da modalidade: "a categoria pessoa-dêixis, como certos tipos de

modalidade, introduz uma subjetividade inerradicável na estrutura semântica das línguas naturais (cf. Benveniste, 1958a).⁷" (LYONS, 1977, p.646). Lyons também considera de grande importância a ideia defendida por Benveniste de que os verbos performativos utilizados de forma parentética (como em *Estarei lá, prometo*) seriam marcas de subjetividade, pelas quais o falante simultaneamente comenta sobre o enunciado e expressa sua atitude sobre o seu dizer (LYONS, 1977, p. 739). A noção de verbos parentéticos é explicada por Lyons (1977, p. 738) da seguinte forma:

Verbos como "supor", "acreditar" e "achar" podem ser utilizados parenteticamente na primeira pessoa do tempo Presente 'para modificar ou enfraquecer a veracidade que seria sugerida pela simples afirmação' (Urmson, 1952). Sua função, conforme descreve Urmson, é ilustrada por sentenças como
(9) Ela está na sala de jantar, acho.⁸

O tratamento da subjetividade oferecido por Lyons se distingue do oferecido por Benveniste por abordar a questão da modalidade e por distinguir, nesse campo, usos subjetivos e objetivos.

O exemplo dado por Lyons - que poderia ser considerado um clássico no estudo da subjetividade e modalidade - é o seguinte (LYONS, 1977, p. 797):

(1) *Alfred may be unmarried.*

'Alfred talvez seja/pode ser solteiro'

⁷person-deixis, like certain kinds of modality, introduces an ineradicable subjectivity into the semantic structure of natural languages (cf. Benveniste 1958a)

⁸ Verbs such as 'suppose', 'believe' and 'think' may be used parenthetically in the first person of the simple present tense "to modify or weaken the claim to truth that would be implied by a simple assertion" (Urmson, 1952). Their function, as described by Urmson, is illustrated by sentences like
(9) *She's in the dining-room, I think.*

De acordo com Lyons, esse enunciado pode ser interpretado de duas maneiras: na primeira, o sujeito qualifica subjetivamente seu comprometimento com relação à possibilidade de Alfred ser solteiro em termos de sua própria incerteza; na segunda, o falante dispõe do conhecimento de que, na comunidade em que Alfred vive, há 90 pessoas, das quais 30 são solteiras. Baseado nesse conhecimento, o falante, então, descreve a existência de uma possibilidade quantificável de Alfred ser solteiro.

Lyons propõe assim, a existência de uma modalidade epistêmica subjetiva e uma objetiva, correspondentes, respectivamente, às duas leituras apresentadas. É importante notar que, para Lyons, não se trata de uma diferença de forma, mas de uso. É importante observar que os dois significados do verbo *may* apontados por Lyons são expressos, em português, por formas diferentes: pelo modal *poder*, indicando possibilidade objetiva, ou pelo advérbio *talvez*, indicando incerteza do falante. Essa diferença será relevante para a classificação dos modais como subjetivos ou objetivos, conforme se verá no Capítulo IV.

Em um trabalho posterior, Lyons (1982) (apud FINEGAN, 1995) apresenta uma definição explícita de subjetividade, que será tomada por diversos outros estudiosos do fenômeno. Para o autor, a subjetividade pode ser definida como "a forma em que as línguas naturais, em sua estrutura e sua maneira normal de operação, possibilitam ao agente locucionário a expressão de si mesmo e de suas próprias crenças e atitudes" (LYONS, 1982, p. 102, apud FINEGAN, 1995, p. 2-3).

Na década de 1980, inaugura-se a terceira fase da AD, com a realização do Colóquio Materialidades Discursivas (cf. NARZETTI, 2009 p. 191). Nessa fase, é incorporada a noção de heterogeneidade bakhtiniana. O sujeito é caracterizado como um ser heterogêneo, não somente dividido em sua linguagem, mas também clivado pelo consciente e o inconsciente. A esse respeito, Mussalim (2001, p. 134) afirma:

Inserido nessa base conceitual, o sujeito da AD se movimenta entre esses dois pólos sem poder definir-se em momento algum como um sujeito inteiramente consciente do que diz. Nesse sentido, o 'eu' perde a sua centralidade, deixando de ser senhor de si, já que o 'outro', o desconhecido, o inconsciente, passa a fazer parte de sua identidade. O sujeito é, então, um sujeito descentrado, que se define agora como sendo a relação entre "eu e o outro". O sujeito é constitutivamente heterogêneo, da mesma forma que o discurso o é.

Embora Pêcheux reconheça a heterogeneidade como constitutiva do discurso e a natureza clivada do sujeito, o autor observa que o locutor trabalha, ainda que inconscientemente, sobre essa heterogeneidade, dando-lhe coerência, de modo a harmonizar as diferentes vozes e apagar vozes discordantes.

Também na década de 1980, iniciam-se os trabalhos de Traugott (1982, 2003, 2010), que parte do conceito de subjetividade de Lyons, focando nas formas de expressão de subjetividade, que incluiriam usos ilocucionários de atos de fala, verbos mentais, modais epistêmicos, concessivos, partículas focalizadoras e marcadores discursivos. Particularmente, a autora, segundo ela própria (2010, p.29), se interessa pelos processos de mudança semântica dessas expressões (subjetivização) e sua relação com a gramaticalização (processo unidirecional pelo qual itens lexicais transformam-se em itens gramaticais). Um exemplo de subjetivação é o processo de mudança sofrido pela palavra *indeed*, do inglês, que inicialmente era uma expressão (*in dede*) significando "em ato, em ação" (em oposição a "em pensamento") e passa a significar "na verdade" (algo que pode ser descrito "em ação" pode ser observado e, portanto, implica a certeza do falante).

Outro expoente da área da subjetividade na década de 1980 é Langacker (1985, 1990, 2003), cuja abordagem, como se verá adiante, resulta em uma classificação não apenas diferente das apresentadas anteriormente, mas praticamente oposta.

A subjetividade, de acordo com a Gramática Cognitiva de Langacker, é vista como uma questão de construto. A conceitualização linguística envolveria um conceitualizador, um objeto de conceitualização e um "palco", uma área onde a conceitualização se expressa. Por exemplo, na frase "O cachorro late", o objeto de conceitualização, o cachorro, é observado ou concebido por um conceitualizador, o falante, que se mantém fora do "palco". De acordo com Langacker, nesses casos em que o conceitualizador se mantém fora do palco, o foco é dado somente no objeto de conceitualização, sendo então o conceitualizador maximamente subjetivo e o objeto maximamente objetivo.

Em (2), abaixo, há um exemplo de uma construção objetiva do conceitualizador (adaptado de Langacker, 1985, p.115):

- (2) a. Jill is sitting across the table from me.
'Jill está sentada do outro lado da mesa, em frente a mim.'
- b. Jill is sitting across the table.
'Jill está sentada do outro lado da mesa'

Nesse exemplo, a expressão "from me" coloca o falante no "palco", o que torna a frase em (2a) objetiva.

Ao final da década de 1980, Kees Hengeveld inicia seus trabalhos com modalidade, sob a ótica da Gramática Funcional (DIK, 1989), fazendo a distinção entre modalidades objetivas e subjetivas. Já em um de seus primeiros trabalhos sobre a

modalidade, Hengeveld (1987) divide essa categoria em três subtipos, a saber, a modalidade inerente, a modalidade objetiva e a modalidade epistemológica. Essa classificação sofreu algumas alterações com o desenvolvimento da teoria, mas suas características fundamentais permanecem até suas obras mais recentes (HENGEVELD, 2004; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), sob o rótulo de modalidade orientada para o participante, modalidade orientada para o evento e modalidade orientada para a proposição. A distinção entre modalidades subjetivas e objetivas será tratada com mais detalhes no Capítulo II, mas é interessante destacar como a noção de subjetividade está subjacente a toda a classificação das modalidades que Hengeveld propõe.

A modalidade orientada para o participante refere-se à relação entre o participante em um evento e a possível realização desse evento. Por exemplo, o modal *poder*, em (3), abaixo:

(3) João pode nadar.

Nesse caso, não se trata de uma avaliação pessoal do falante, mas de uma descrição da existência de uma capacidade do participante em realizar o evento e, portanto, trata-se de uma avaliação objetiva. A modalidade orientada para o participante pode referir-se não somente a capacidades (modalidade facultativa), mas também a obrigações (modalidade deôntica) e desejos (modalidade volitiva).

A modalidade orientada para o evento descreve a existência de possibilidades, obrigações e desejos generalizados, sem que o falante tome responsabilidade por esses julgamentos. Por exemplo, em (4), o falante descreve a existência da possibilidade de

chuva, uma possibilidade mensurável em termos do conhecimento que o falante dispõe sobre as condições climáticas do local em questão:

(4) Pode chover amanhã na capital.

Por fim, a modalidade orientada para a proposição expressa uma atitude subjetiva do falante com relação à proposição contida em seu enunciado. Diferentemente da modalidade orientada para o evento, por meio desta modalidade o falante não realiza a avaliação em termos de seu conhecimento de mundo, mas demonstra o seu comprometimento com relação à avaliação de possibilidade. O exemplo (5) abaixo mostra a abrangência de escopo do modalizador orientado para a proposição (*certamente*), que toma, em sua avaliação, o modalizador orientado para o evento (*pode*):

(5) Certamente pode chover amanhã.

Uma das grandes contribuições de Hengeveld foi propor testes gramaticais para a identificação de modais subjetivos e objetivos, como os de tempo (somente modalizadores objetivos podem estar sob o escopo de distinções de tempo), de negação (modalizadores subjetivos não podem ser negados - **impossivelmente; *incertamente*), de condicionalidade (somente modalizadores objetivos podem fazer parte da prótase de uma condicional) e de interrogação (modalizadores subjetivos não podem ser questionados).

Assim, apesar de não abordar diretamente a questão, Hengeveld apresenta uma visão de subjetividade que depende não apenas de definições semânticas, mas também da expressão gramatical dos itens em questão.

Verstraete (2001) retoma os testes gramaticais propostos por Hengeveld, observando que, em alguns casos, os modais subjetivos podem ser utilizados em interrogativas e condicionais, resultando, entretanto, em um efeito ecoico (de repetição) no enunciado. De acordo com o autor, o que acontece nesses casos é que a responsabilidade pela avaliação é transferida para o interlocutor, como no exemplo (6), abaixo (Verstraete, 2001, p. 1514):

- (6) If he may come tomorrow, ... = 'if you say he may come tomorrow'
'Se ele talvez venha amanhã ...' = 'Se você diz que ele talvez venha amanhã'

Outro trabalho que leva em conta não somente a semântica mas também as características gramaticais é o de De Smet e Verstraete (2006), que propõem a divisão da subjetividade em Subjetividade Pragmática e Subjetividade Semântica. Segundo os autores, a Subjetividade Pragmática seria inerente à língua e presente em todo e qualquer uso. Um exemplo de subjetividade pragmática seria o uso de palavras como *alto* ou *honesto*. O uso dessas palavras sempre envolve a perspectiva do falante e os motivos que o levam a escolhê-las. Em outras palavras, a subjetividade está no uso dessas palavras.

Na Subjetividade Semântica, por outro lado, a subjetividade não é apenas algo resultante de seu uso, mas algo inerente ao significado da palavra, sendo o resultado de uma mudança de significado, de características mais concretas e externas para características mais abstratas e internas ao indivíduo. Os autores oferecem como

exemplos de Subjetividade Semântica os adjetivos avaliativos *leuk* ("agradável") e *dom* ("estúpido", "maldito"), em holandês flamenco, que se referem à atitude interna do falante, contrastando com seus significados historicamente anteriores, que se referem a propriedades "externas" ("morno" e "incapaz de falar", respectivamente).

Com relação à Subjetividade Semântica, De Smet e Verstraete fazem a subdistinção entre Subjetividade Semântica Ideacional e Subjetividade Semântica Interpessoal. Os termos "Ideacional" e "Interpessoal" têm como origem os termos utilizados por Halliday (1994), em que "Ideacional" se refere ao nível de organização da linguagem que se refere à representação do mundo extralinguístico, enquanto "Interpessoal" se refere ao nível de organização da linguagem que se refere ao posicionamento do falante com respeito à representação de si e de sua interação com seu interlocutor. De acordo com De Smet e Verstraete, o adjetivo *leuk* ('agradável'), do holandês flamenco, seria um exemplo de Subjetividade Semântica Ideacional, enquanto *dom* ('maldito'), também do holandês flamenco, seria um exemplo de Subjetividade Semântica Interpessoal. Essas duas categorias seriam igualmente subjetivas no sentido de que expressam uma avaliação interna do falante, mas se comportam de forma distinta: o uso de *leuk*, por exemplo em *leuke mensen* ("pessoas agradáveis"), serve para criar uma subcategoria de pessoas que têm uma certa propriedade (no caso, de serem agradáveis); em contraste, *dom*, como em *domme toeristen* ("malditos turistas"), não serve para criar uma subcategoria de indivíduos, e, em vez disso, serve para realizar a atuação de uma posição (negativa, neste caso) do falante com relação a uma instância dessa categoria.

Essa diferença na atuação da Subjetividade Ideacional e Interpessoal se reflete no comportamento sintático dessas categorias. A Subjetividade Interpessoal apresenta restrições morfossintáticas, não podendo ser modificada em termos de gradação, nem por intensificadores e não pode ser utilizada predicativamente¹⁰.

De Smet e Verstraete, portanto, definem três tipos de subjetividade: Subjetividade Pragmática, relacionada ao uso da linguagem, Subjetividade Semântica Ideacional, relacionada ao significado inerente da expressão, mas não restrita sintaticamente, e Subjetividade Semântica Interpessoal, também relacionada ao significado inerente, mas restrita sintaticamente.

1.3. Síntese: três perspectivas

Feita essa recuperação histórica dos estudos da subjetividade, permito-me agrupar essas diferentes abordagens, em uma tentativa de classificação que possibilite uma reflexão a respeito desse conceito. Levando em consideração seu foco de interesse (fazendo-se a ressalva de que foco não significa exclusividade), podemos distinguir os três principais tipos de perspectiva da seguinte forma:

- i) Perspectivas enunciativas: sob essa perspectiva, leva-se em consideração o caráter dialógico da linguagem, focando no papel interativo do sujeito. Como não há linguagem sem participantes, isto é, sem o sujeito e seu interlocutor, todo e qualquer uso da linguagem, de acordo com essa concepção, é subjetivo. São exemplos dessa abordagem os trabalhos de Bréal (1992

¹⁰As diferenças gramaticais entre *leuk* e *dom* são detalhadas no Capítulo IV.

[1897]), Benveniste (1971 [1958]) e os trabalhos na área da Análise do Discurso.

- ii) Perspectiva semântico-funcional: embora reconheça o aspecto dialógico da linguagem, sob essa perspectiva, o foco está nas funções comunicativas e nas formas de expressão da subjetividade. Também é dada grande ênfase ao papel das avaliações emotivas e da modalidade. São exemplos desse tipo de abordagem os trabalhos de Lyons (1977, 1982), Traugott (1982, 2003, 2010), Verstraete (2001), De Smet e Verstraete (2006) e Hengeveld (1987, 2004);
- iii) Perspectiva cognitiva: essa perspectiva foca o modo como o falante constrói mentalmente a representação de si por meio da linguagem, explicitando ou não sua presença, havendo grande ênfase em fenômenos de ponto de vista. Esse tipo de perspectiva leva a uma classificação oposta à de outras abordagens, uma vez que a presença explícita do sujeito é considerada uma construção que o transforma em objeto. São representativos dessa perspectiva os trabalhos de Langacker (1985, 1990, 2003).

Podemos examinar também duas concepções distintas de subjetividade oferecidas por essas teorias. A primeira centra-se no sujeito e pode ser exemplificada com a definição dada por Benveniste (1971 [1958], p.224): a subjetividade é concebida como "a unidade psíquica que transcende a totalidade de experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência", ou seja, confunde-se com o próprio sujeito e poderia ser parafraseada como "A subjetividade é a expressão **do** sujeito falante". A segunda centra-se nas atitudes desse sujeito e pode ser exemplificada pela

definição atribuída por Lyons a Kurylowicz, de subjetividade como "expressão **de atitudes** do falante". A expressão "atitude" parece marcar a subjetividade como algo extra que se faz com a língua, contrastando com sua função descritiva, de representação do mundo real. Nesse segundo caso, a simples presença do falante não é indicativo de sua subjetividade.

Ambas as concepções, tomadas isoladamente, são problemáticas, do ponto de vista da compreensão do fenômeno em relação ao nosso conhecimento sobre a linguagem: de acordo com a primeira, o conceito de "formas de expressão" da subjetividade torna-se irrelevante, afinal, todo e qualquer uso da língua é subjetivo; de acordo com a segunda, ignora-se o caráter dialógico da linguagem e a relevância do sujeito como participante em um processo de interação.

A abordagem da subjetividade pela GDF parece se adequar, portanto, em uma mistura dessas duas concepções: devido ao seu caráter discursivo, ou seja, que leva em conta a interação entre os participantes, a subjetividade é uma expressão do sujeito; sendo uma abordagem formal da linguagem, deverá se concentrar em suas formas de expressão.

Assim sendo, a abordagem da GDF encaixa-se na perspectiva semântico-funcional, reconhecendo o caráter dialógico da linguagem, mas focalizando as funções comunicativas das formas de expressão da subjetividade.

No próximo capítulo, apresento o modelo teórico da GDF, as formas de expressão de subjetividade mencionadas em Hengeveld e Mackenzie (2008) e, por fim, tendo por base os princípios teóricos do modelo, apresento um conceito provisório de subjetividade.

CAPÍTULO II

A SUBJETIVIDADE NA GDF

2.1 Breve apresentação da Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), ocupa uma posição intermediária entre o funcionalismo radical e o formalismo radical. De acordo com os autores (2008, p. 26), o funcionalismo radical nega a existência de uma estrutura linguística, entendendo a forma linguística como uma manifestação efêmera da tentativa do usuário da língua de alcançar seus propósitos comunicativos. O formalismo radical, por outro lado, é fortemente comprometido com a existência de uma estrutura mental, cujas fundações são vistas como inatas ao usuário da língua e independentes de seu uso. A GDF se aproxima dos modelos formalistas ao se propor à descrição do conhecimento subjacente ao uso da língua de forma explícita e altamente formalizada, mas aproxima-se dos modelos funcionalistas ao entender que esse conhecimento é instrumental na comunicação interpessoal e tem como origem diversos processos históricos: formas que serviram bem aos falantes sedimentaram-se no repertório disponível aos usuários da língua.

Com respeito a esse posicionamento intermediário da GDF, também vale ressaltar que a teoria concentra-se nas propriedades críticas ao funcionamento da língua. As diferenças estilísticas entre gêneros textuais, por exemplo, entre uma carta oficial e um e-mail informal, referem-se a normas de comunicação que não impactam a língua como um todo, mas se referem exclusivamente a esses contextos (a presença de um

cabeçalho, o uso de vocabulário técnico, a extensão dos períodos) e situam-se fora do escopo da GDF, por não serem fundamentais ao funcionamento da língua como um todo: são regras (ou, em alguns casos, tendências) que se aplicam exclusivamente a determinados contextos. Por outro lado, quando as normas sociais realmente impactam o funcionamento da língua, por exemplo, por meio da introdução de oposições sistemáticas que refletem relações interpessoais (pronomes de intimidade e respeito, morfologia honorífica), essas distinções devem ser representadas na GDF.

A GDF é concebida como o Componente Gramatical de um modelo de interação verbal em que esse componente se liga a um Componente Conceitual, um Componente Contextual e um Componente de Saída. A teoria apresenta uma estrutura rigorosamente *top-down*, iniciando com a intenção do falante (no Componente Conceitual), passando pelo Componente Gramatical e interagindo com o Componente Contextual, até a articulação (Componente de Saída). Segundo os autores da GDF (2008, p. 24), esse modo de organização se parece mais com o processamento da língua no indivíduo: "Estudos de psicolinguística (ex: Levelt, 1989) claramente mostram que a produção da linguagem é um processo descensional, que inicia com as intenções do falante e termina com a articulação da expressão linguística em si"¹¹. Isso também se reflete na estrutura do Componente Gramatical, na qual as escolhas pragmáticas determinam as escolhas semânticas, que por sua vez serão codificadas no Nível Morfossintático e, por fim, no Nível Fonológico.

¹¹ Psycholinguistic studies (e.g. Levelt 1989) clearly show that language production is a top-down process, which starts with intentions and ends with the articulation of the actual linguistic expression.

A estrutura da GDF é dividida em níveis e camadas. Cada nível é estruturado de maneira diferente, com suas próprias camadas, sempre organizadas hierarquicamente. Em sua formação máxima, a estrutura geral das camadas se dá da seguinte forma:

$$(7) (\pi v_1: [\text{head } (v_1)\Phi]: [\sigma (v_1)\Phi])$$

v_1 representa a variável da camada em questão, que é restringida por um núcleo (head), que pode, ainda, ser restringida por um modificador (σ), que toma a variável como seu argumento. As camadas podem, ainda, ser especificadas por meio de um operador (π) e carregar uma função (Φ). Enquanto os núcleos e os modificadores são estratégias lexicais, os operadores e as funções são estratégias gramaticais. Embora, de maneira geral, a estrutura das camadas seja organizada de forma hierárquica, há também relações de equipolência, como, por exemplo, a relação entre o núcleo e o modificador. As relações de equipolência são representadas por colchetes.

São quatro os níveis descritos na GDF, a saber, o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Tendo em vista os objetivos desse trabalho, vou me deter à descrição dos Níveis Interpessoal e Representacional, níveis mais diretamente relacionados à manifestação da subjetividade. Basta saber, por hora, que os Níveis Morfossintático e Fonológico se encarregam da codificação do conteúdo gerado nos Níveis Interpessoal e Representacional e que esses dois níveis de codificação também possuem sua própria estrutura em camadas.

O Nível Interpessoal captura todas as distinções que se referem à interação entre o falante e o ouvinte. A camada mais alta deste nível é o Movimento (M), que pode ser definido como uma contribuição autônoma para a interação em curso. Pode tanto pedir

uma reação, quanto ser a própria reação a outro pedido. Um Movimento pode ser composto de um ou mais Atos Discursivos (A), que constituem a camada seguinte. Cada Ato Discursivo pode conter os seguintes componentes (todos em relação de equipolência): uma Ilocução (F), o Falante (P_S), o Ouvinte (P_A) e o Conteúdo Comunicado (C). Considerando a referência e a atribuição como ações pragmáticas, isto é, que provocam mudanças na informação pragmática do ouvinte, a GDF distingue também os Subatos de Referenciação (R) e Atribuição (T), como uma camada abaixo do Conteúdo Comunicado. Hengeveld e Mackenzie (2008, p.49) esquematizam essa descrição da seguinte forma:

(8)	
(πM_1): [Movimento
(πA_1): [Ato Discursivo
πF_1 : ILL (F ₁): Σ (F ₁))	Ilocução
(πP_1 : ... (P ₁): Σ (P ₁))S	Falante
(πP_2 : ... (P ₂): Σ (P ₂))A	Ouvinte
(πC_1): [Conteúdo Comunicado
(πT_1 : [...] (T ₁): Σ (T ₁)) Φ	Subato Atributivo
(πR_1 : [...] (R ₁): Σ (R ₁)) Φ	Subato Referencial
] (C ₁): Σ (C ₁)) Φ	Conteúdo Comunicado
] (A ₁): Σ (A ₁)) Φ	Ato Discursivo
] (M ₁): Σ (M ₁))	Movimento

O Nível Representacional lida com o aspecto semântico das unidades linguísticas. Enquanto no Nível Interpessoal é realizada a evocação, no Nível Representacional é realizada a designação. O Nível Representacional inicia com a camada do Conteúdo Proposicional (p) e se refere a crenças, esperanças, e outros tipos de construções mentais. Os Conteúdos Proposicionais contêm Episódios (ep), conjuntos de Estados-de-Coisas (e) tematicamente coerentes, que mostram continuidade de tempo

(t), local (l) e indivíduos (x). Os Estados-de-Coisas incluem eventos e estados que são caracterizados pelo fato de poderem ser localizados no tempo e poderem ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade. Pode-se dizer, então, de um Estado-de-Coisas que ele (não) ocorreu em um determinado ponto ou intervalo de tempo. Um Estado-de-Coisas é caracterizado por uma Propriedade Configuracional (f), que contém uma combinação de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si. As Propriedades Configuracionais constituem o inventário de esquemas de predicação relevantes para uma língua, permitidas de acordo com a valência qualitativa ou quantitativa, e são constituídas por categorias semânticas em relação não-hierárquica. Essas categorias podem ser Indivíduos (x), Propriedades Lexicais (f), Local (l), Tempo (t), Maneira (m), Razão (r), ou Quantidade (q). Hengeveld e Mackenzie (2008, p.140) esquematizam o Nível Representacional da seguinte maneira::

(9)	
(πp_1 :	Conteúdo Proposicional
($\pi e p_1$:	Episódio
(πe_1 :	Estado-de-Coisas
(πf_1 : [σ	Propriedade Configuracional
(πf_1 : \blacklozenge (f_1): [σ (f_1) Φ])	Propriedade Lexical
(πx_1 : \blacklozenge (x_1): [σ (x_1) Φ]) Φ	Indivíduo
...]	
(f_1): [σ (f_1) Φ])	Propriedade Configuracional
(e_1) Φ : [σ (e_1) Φ])	Estado-de-Coisas
($e p_1$): [σ ($e p_1$) Φ])	Episódio
(p_1): [σ (p_1) Φ])	Conteúdo Proposicional

A divisão em Níveis e Camadas permite uma série de predições a respeito do funcionamento da língua. Um exemplo é a ordenação de modificadores e operadores codificados no Nível Morfossintático. Segundo os autores da GDF, a relação de escopo

desses modificadores e operadores reflete a organização hierárquica da língua. Um exemplo claro apontado pelos autores é encontrado no turco:

(10) Turco (HENGEVELD, 2004, p. 1193):
Ahn-y-abil-ecek-miş-im.
entender-Ø-ABIL-IRR-INFR-1.SG
'Eu acho que vou ser capaz de entender'

Nesse exemplo, o sufixo de habilidade *-abil*, um operador da camada da Propriedade Configuracional (f), precede o sufixo *Irrealis -ecek*, que caracteriza o evento descrito na sentença como não-factual, o que, nesse caso, mas nem sempre, é refletido no português pelo auxiliar *vou*, indicando tempo futuro; no turco, esse sufixo indica um operador da camada do Estado-de-Coisas (e); o sufixo *-ecek*, por sua vez, precede o sufixo *-miş*, que sinaliza que o falante não se compromete totalmente com o conteúdo de seu enunciado por se tratar de uma inferência, o que é representado na gramática como um operador da camada do Conteúdo Proposicional (p). A ordem desses elementos, portanto, reflete a organização hierárquica proposta na GDF.

A organização hierárquica também permite previsões com relação ao desenvolvimento diacrônico das formas linguísticas. Hengeveld (no prelo) propõe que o processo de gramaticalização envolve uma mudança de aumento de escopo gradual e sistemática dos itens envolvidos nesse processo e que essa mudança ocorre de camadas mais baixas para camadas mais altas dentro dos Níveis Interpessoal e Representacional, podendo haver também mudanças do Nível Representacional para o Nível Interpessoal, ou seja, de um nível mais baixo para um nível mais alto. Um exemplo oferecido é o caso do desenvolvimento da palavra da língua inglesa *will*, descrito por Bybee, Pagliuca e Perkins (1991). De acordo com esses autores, *will* começou como um verbo lexical

(*desejar*), antes de se tornar uma expressão de obrigação/intenção (modalidade orientada ao participante, na camada da Propriedade Configuracional (f)), posteriormente se desenvolvendo como um marcador de posterioridade (tempo relativo, na camada do Estado-de-Coisas (e)), para então se tornar um marcador de futuridade (tempo absoluto, na camada do Episódio (ep)). Por fim, essa palavra adquiriu significado de suposição, em casos como "*That will be the postman*", quando não se sabe quem está batendo à porta (modalidade epistêmica, na camada do Conteúdo Proposicional (p)).

Assim, a descrição sistematizada oferecida pela GDF, que descreve níveis e camadas fundamentados em distinções semânticas e pragmáticas, pode levar a predições amplas sobre o funcionamento da língua, possibilitando, em estudos futuros, uma correlação entre o fenômeno da subjetividade e o da gramaticalização, como propõe Traugott (1982, 2003, 2010) com seu conceito de subjetivização.

No presente estudo, as formas de expressão de subjetividade identificadas serão descritas de acordo com os níveis e camadas em que atuam, averiguando a presença de um padrão de comportamento.

2.2 Formas de expressão da subjetividade na GDF

Hengeveld e Mackenzie (2008) não definem o conceito de subjetividade, mas identificam algumas de suas formas de expressão, a saber, a modalidade subjetiva, atitude subjetiva com relação ao Conteúdo Comunicado, a atitude subjetiva com relação à entidade designada pelo Subato Referencial e, de forma menos explícita, as avaliações de subjetividade na designação de modificadores de Indivíduos.

2.2.1. Modalidade subjetiva

As modalidades, como afirma Dall’Aglia-Hattner (1995), são caracterizadas por ser um campo de difícil compreensão, com limites ainda não estabelecidos. Mesmo a definição do conceito não é tarefa fácil. Cervoni (1989) inicia seu texto sobre modalidades com o subtítulo “Definição provisória”, em que comenta: “A maioria dos linguistas que abordam a modalidade enfatizam que se trata de um campo particularmente difícil de apreender e apresentam o ponto de vista que adotam como provisório, experimental, *heurístico*” (CERVONI, 1989, p.55). Feita essa ressalva, o autor apresenta sua definição de modalidade como uma manifestação de subjetividade a respeito de um conteúdo dito. Essa definição, porém, tem o inconveniente de ser muito ampla, pois abarca outros conceitos ligados à subjetividade, como a conotação. O autor afirma, então, que é necessário fazer uma série de exclusões para restringir o conceito de modalidade.

Por esse motivo, Hengeveld (1988) prefere não oferecer um conceito para definir o fenômeno da modalidade como um todo. De acordo com o autor, “as diferentes distinções semânticas geralmente classificadas sob o rótulo ‘modalidade’ não parecem representar uma categoria semântica única e coerente¹²” (p. 233). Em vez de oferecer uma definição de modalidade em geral, ele distingue três tipos de modalidade e discute as características de cada um deles. A **modalidade inerente** refere-se a "todos os meios linguísticos por meio dos quais um falante pode caracterizar a relação entre um participante em um Estado-de-Coisas e a realização potencial desse Estado-de-

¹²The different semantic distinctions generally subsumed under the heading 'modality' do not seem to represent a single and coherent semantic category.

Coisas"¹³. A **modalidade objetiva** refere-se a "todos os meios linguísticos por meio dos quais um falante pode *avaliar* a realidade de um Estado-de-Coisas em termos de seu conhecimento sobre os Estados-de-Coisas possíveis"¹⁴. A **modalidade epistemológica**, por fim, refere-se a "todos os meios linguísticos por meio dos quais um falante pode expressar seu comprometimento com relação à verdade de uma proposição"¹⁵.

O princípio norteador dessa classificação proposta por Hengeveld (1988) - a consideração do tipo de unidade semântica que é qualificado, o **alvo modal** - é mantido na classificação apresentada em Hengeveld (2004) e é integralmente incorporada na GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). As modalidades continuam a ser classificadas segundo o escopo semântico, identificadas sob os rótulos de **modalidade orientada para o participante**, **modalidade orientada para o evento** e **modalidade orientada para a proposição**, e segundo o domínio da qualificação, ou seja, a perspectiva por meio da qual a avaliação modal é realizada. São cinco os domínios modais identificados: **facultativo**, relacionado às habilidades intrínsecas ou adquiridas; **deôntico**, relacionado a avaliações morais ou legais; **volitivo**, relacionado ao desejo; **epistêmico**, relacionado ao conhecimento sobre o mundo real; e **evidencial**, relacionado à fonte da informação apresentada.

A partir dessas duas distinções (a do alvo e do domínio da avaliação), há dez combinações possíveis (algumas combinações não são logicamente permitidas). As

¹³All those linguistic means through which S can characterize the relation between a participant in a SoA and the potential actualization of that SoA

¹⁴All those linguistic means through which S can evaluate the actuality of a SoA in terms of his knowledge of possible SoA's

¹⁵ All those linguistic means through which S can express his commitment with regard to the truth of a proposition

modalidades orientadas para o **participante** podem ser facultativas (11), deônticas (12) ou volitivas (13):

- (11) Acho que a gente **pode** melhorar bastante¹⁶
- (12) As crianças não **devem** beber leite antes de dormir por causa das cáries dentárias¹⁷.
- (13) Eu **quero** sumir daqui¹⁸.

As modalidades orientadas para o evento podem ser facultativas (14), deônticas (15), volitivas (16) e epistêmicas (17):

- (14) Sua compra não **pôde** ser realizada neste momento.¹⁹
- (15) Duas coisas que não **se deve** divulgar por aí: seu relacionamento e seus sonhos²⁰
- (16) **É desejável que** Paulo Macedo fique no Ministério da Saúde²¹
- (17) A Imagem de um suposto esqueleto na superfície de Marte **pode** ser a prova de que alienígenas viveram no planeta vermelho²²

As modalidades orientadas para a proposição podem ser volitivas (18), epistêmicas (19) e evidenciais (20):

- (18) **Devia** existir replay nos melhores momentos da vida²³

¹⁶<http://esporteinterativo.com.br/melhor-futebol-do-mundo/alex-sobre-amistoso-acho-que-a-gente-pode-melhorar-bastante/>

¹⁷ <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/higiene-oral/saiba-por-que-as-criancas-nao-devem-beber-leite-a-noite>

¹⁸ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eu-quero-sumir-daqui,1768621>

¹⁹ <http://forums.br.leagueoflegends.com/board/showthread.php?t=17069>

²⁰ <http://pensador.uol.com.br/frase/MTE1MjA3MQ/>

²¹ <http://www.sol.pt/noticia/415397/%C3%A9-desej%C3%A1-vel-que-paulo-macedo-fique-no-minist%C3%A9rio-da-sa%C3%BAde>

²² <http://www.alagoas24horas.com.br/908665/imagem-da-nasa-mostra-suposto-esqueleto-de-et-em-marte/>

(19) Dilma tenta se comunicar e negociar, mas **talvez** seja tarde²⁴

(20) **Acredito** que tenha sido erroneamente interpretada²⁵

A distinção entre modalidades subjetivas e objetivas, feita por vários autores (LYONS, 1968; HALLIDAY, 1970; FOLEY; VAN VALIN, 1984), também é feita na GDF. Basicamente, as modalidades objetivas se referem à avaliação do falante sobre um Estado-de-Coisas em termos de seu conhecimento, enquanto as modalidades subjetivas se referem ao comprometimento do falante com relação à veracidade do conteúdo da predicação. As modalidades objetivas incluem as modalidades orientadas para o participante e para o evento, enquanto as modalidades subjetivas incluem a modalidade orientada para a proposição. A distinção entre modalidades objetivas e subjetivas será discutida com mais detalhes no Capítulo IV.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a modalidade é expressa por meio de operadores e modificadores no Nível Representacional. As modalidades orientadas para o participante são expressas por meio de operadores e modificadores da camada da Propriedade Configuracional (f); as orientadas para o evento, na camada do Estado-de-Coisas (e); e, por fim, as orientadas para a proposição, na camada do Conteúdo Proposicional (p). Essa classificação da GDF sofre algumas alterações em trabalhos posteriores, que serão discutidas mais adiante (ver 4.1).

²³<https://twitter.com/muitasvibes/status/497194241622159360>

²⁴<http://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2015/09/29/dilma-tenta-se-comunicar-e-negociar-mas-talvez-seja-tarde.htm>

²⁵<http://www.pm.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=82535&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA>

2.2.2. Atitude do falante com relação ao Conteúdo Comunicado

A atitude do falante com relação ao Conteúdo Comunicado é expressa por meio de modificadores que atuam nessa camada, como os advérbios *(un)fortunately* e *luckily*, em inglês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.103). Esses modificadores são mencionados de maneira breve, sendo um dos poucos comentários realizados pelos autores o seguinte:

Outros modificadores de C [Conteúdo Comunicado] expressam a atitude subjetiva do falante em relação ao Conteúdo Comunicado. Exemplos disso são itens como *(un)fortunately* e *luckily*. Tais avaliações orientadas para o conteúdo são atreladas ao falante e portanto se referem ao Nível Interpessoal.²⁶ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103)

Como se pode perceber, a explicação oferecida pelos autores para a classificação desses modificadores como itens do Nível Interpessoal é a de que as avaliações expressas por eles são atreladas (*bound*) ao falante.

Esses modificadores, segundo os autores (p. 315), sendo itens atuantes em camadas mais altas na hierarquia, são colocados preferencialmente em posições iniciais ou finais na oração. Em línguas estritamente predicado-inicial ou predicado-final, essas unidades hierarquicamente superiores são colocadas no extremo oposto da oração. O exemplo abaixo, que ilustra essa tendência, vem do coreano, uma língua predicado-final:

²⁶Other modifiers of C express the Speaker's subjective attitude towards the Communicated Content. Examples are items such as *(un)fortunately* and *luckily*. Such content-oriented evaluations are speaker-bound and therefore pertain at the Interpersonal Level.

(21) Coreano (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.315)

Tahayngi John-i Mary-ka chayk-ul ilk-key hayessta.
Fortunately John-NOM Mary-NOM book-ACC read-NMLZ cause.PST
'Fortunately, John caused Mary to read a book'
'Felizmente, John fez com que Mary lesse um livro'

Mesmo línguas em que o predicado é colocado estritamente no início de orações, a posição mais alta do modificador atitudinal na hierarquia permite que ele seja colocado na posição inicial da oração, como podemos observar no exemplo trazido do gaélico escocês, em que o modificador *gu fortanach* (felizmente) precede o predicado:

(22) Gaélico escocês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 315)

Gu_fortanach bha caraid a' fuireach faisg orm.
Fortunately be.PST friend PROG dwell near on-1.SG
'Fortunately, there was a friend of mine living near me.'
'Felizmente, havia um amigo meu morando perto'

2.2.3. Atitude subjetiva com relação à entidade designada pelo Subato Referencial

A subjetividade com relação à entidade designada pelo Subato Referencial é expressa por meio de modificadores da camada do Subato Referencial (R). Os exemplos desse tipo de modificador seguem abaixo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.121):

(23) a. No one was paying attention to the poor fellow.
'Ninguém prestava atenção ao pobre rapaz'

b. No one was paying attention to poor me.
'Ninguém prestava atenção ao pobre de mim'

(24) a. I feel sorry for old Bill.
'Sinto pena do querido Bill'

- b. Don't forget to send a letter to little old me.
'Não se esqueça de mandar uma carta para euzinho aqui'

Nesses casos, os adjetivos apresentados não restringem a aplicação de seus núcleos: em (23) a condição econômica não entra em questão, em (24a) a idade de Bill não é relevante, assim como o tamanho do falante, em (24b).

Esse tipo de modificador também é encontrado na língua portuguesa, como pode ser observado no exemplo abaixo, retirado da internet:

- (25) Ninguém pode ajudar esse pobre rapaz? Ele não é nada fotogênico...

Neste exemplo, o adjetivo *pobre* qualifica o indivíduo como alguém que precisa de ajuda e o Ato Discursivo “Ele não é nada fotogênico” reforça a ideia de que a ajuda solicitada não é de natureza financeira. A diferença entre as leituras subjetiva e objetiva fica mais clara no exemplo abaixo, retirado do título do romance de Irwin Shaw:

- (26) Pobre homem rico

Nesse exemplo, o adjetivo *pobre* não se refere à condição econômica, tanto é que sua ocorrência se dá no mesmo contexto que seu antônimo (rico).

Em um trabalho sobre os sintagmas nominais sob a abordagem da GDF, Hengeveld (2008) mostra que os modificadores de sintagmas nominais podem assumir as seguintes funções:

- Σ^R Subjective attitude (atitude subjetiva)
- σ^x Referent modification (modificação de referente)
- σ^f Reference modification (modificação de referência)

De acordo com o autor, modificadores de R são aplicados no Nível Interpessoal e expressam a atitude do falante com relação ao referente do termo. Modificadores na

camada mais alta do Nível Representacional dentro da estrutura do sintagma nominal (x) especificam as propriedades da entidade denotada como um todo. Modificadores na camada mais baixa do sintagma nominal, a camada da Propriedade Lexical (f), especificam subpropriedades da propriedade expressa pelo núcleo nominal, em vez da entidade denotada como um todo. Para ilustrar a diferença entre esses três tipos de modificadores, Hengeveld (2008, p.49) apresenta os três exemplos abaixo:

- (27) Oh my god, the **poor** (Σ^R) doctor was going to just tell me the results!
 ‘Meu Deus, o pobre doutor ia somente me dizer os resultados!’
- (28) Had I run into the rarest of species, one most people would have thought was extinct in the western world: a **poor** (σ^x) doctor.
 ‘Encontrara uma das espécies mais raras, uma que muitos pensavam estar extinta no mundo ocidental: um médico pobre.’
- (29) A **poor** (σ^f) doctor, dentist or nurse can cause huge harm to a patient in 16 minutes let alone 16 weeks.
 ‘Um médico, dentista ou enfermeiro ruins podem causar grandes danos a um paciente em 16 minutos, que dirá em 16 semanas.’

Em (27), o falante expressa sua simpatia pelo doutor a que se refere. Em (28), o adjetivo indica uma propriedade da entidade a que se refere: essa entidade é um médico e é pobre. Em (29), o modificador tem um escopo mais restrito: é a “medicalidade”, a capacidade em ser um médico, que é modificada pelo adjetivo. Hengeveld traz outras características desses modificadores, contrastando o uso dos modificadores *poor* e *rich* em diferentes contextos:

- (30) a. Poor man!
 b. *Rich man!
- (31) a. The doctor is poor.

b. The doctor is rich.

- (32) a. He made a poor doctor.
b. *He made a rich doctor.

Na língua inglesa, *rich* não pode ter outro significado a não ser o relacionado à situação econômica. Segundo o autor, o fato de que podemos usar *poor* e não *rich* no exemplo (30) mostra que apenas um adjetivo interpessoal pode ser usado em exclamações que contenham apenas o adjetivo e o nome modificado por ele (não se poderia dizer, por exemplo, "Homem pobre!"). O exemplo (31) mostra que ambos os adjetivos podem ser utilizados na camada do Indivíduo (x), excluindo o significado de "empatia" e o significado de "incompetente". O exemplo (32) mostra que no contexto *He made a ... N* (Ele se tornou um...), que força uma leitura de baixo escopo para o adjetivo por se referir à propriedade (de ser doutor, no caso) e não ao indivíduo, apenas a modificação de referência é possível.

A existência de adjetivos subjetivos também pode ser comprovada por meios gramaticais. Na língua portuguesa, um fato que parece caracterizar a subjetividade do adjetivo é sua posição anterior ao núcleo, como demonstrado nos exemplos (25) e (26) acima. Entretanto, essa não é a única característica relevante. Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que somente os modificadores subjetivos podem ser aplicados a nomes próprios e pronomes pessoais, ambos inseridos no Nível Interpessoal. Modificadores de camadas mais baixas não podem atuar em núcleos de níveis mais altos e, portanto, há uma distinção entre adjetivos que podem atuar sobre núcleos de Subatos Referenciais (subjetivos) e adjetivos que podem atuar sobre núcleos de Indivíduos, que se localizam no Nível Representacional (objetivos). Essa característica parece ser relevante não

somente ao inglês. Um exemplo em português da aplicação de um adjetivo subjetivo a um item do Nível Interpessoal segue abaixo:

(33) **Pobre José.** As costas doíam, e sabia que, se deitasse, não dormiria.²⁷

O substantivo próprio *José*, em (33), sendo utilizado para evocar uma pessoa específica, não apresenta conteúdo semântico. O adjetivo *pobre*, nesse caso, é classificado como um modificador de Subato Referencial.

2.2.4. Subjetividade em modificadores de Indivíduo

O grau de subjetividade de modificadores na camada do Indivíduo (x) é previsto na GDF. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.242),

como regra geral, qualificações mais objetivas tendem a aparecer mais próximas do núcleo do que as qualificações mais subjetivas, como em *a beautiful old Swiss gold watch* [um velho e bonito relógio suíço de ouro], em que a sucessão de modificadores reflete a crescente objetividade da descrição²⁸.

Os autores da GDF não oferecem mais informações a respeito dessa ordenação dos adjetivos e o grau de subjetividade dessas qualificações, o que indica que ainda são necessárias mais pesquisas nessa área, especialmente considerando-se que nem todas as línguas apresentam essa característica de "empilhamento" (*stacking*) dos adjetivos, como é o caso do português.

²⁷http://deumdejoabsurdo.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html

²⁸ As a rule, the more objective qualifications tend to appear closer to the head than more subjective ones, cf. *a beautiful old Swiss gold watch* in which the succession of modifiers reflects increasing objectivity of description.

2.3. Conceito provisório

Embora tenham apresentado algumas formas de expressão da subjetividade, Hengeveld e Mackenzie (2008) não deixam claros os critérios utilizados ou mesmo a definição do que é a subjetividade. À primeira vista, o conceito de subjetividade parece estar ligado somente à manifestação de uma atitude do falante com relação ao enunciado, o que garantiria, por exemplo, a classificação de certos adjetivos como modificadores de Subato Referencial (R), e não como modificadores de Indivíduos (x).

Rijkhoff (2008) faz uma crítica à classificação diferenciada desses adjetivos, como *poor*, que podem tanto assumir um sentido de expressão de simpatia (“digno de dó”, no caso) ou um sentido mais “tangível” (“com pouco dinheiro”). O argumento sustentado por Rijkhoff é o de que um modelo em camadas de qualquer estrutura linguística deve refletir as diferenças no escopo semântico que existem entre as várias categorias de modificador. Para o autor, o escopo semântico de *poor*, nos dois sentidos possíveis para esse adjetivo, é sempre o substantivo (RIJKHOFF, 2008, p. 75). O autor reconhece, ainda, que isso não quer dizer que todos os adjetivos são tratados da mesma forma. É sabido, por exemplo, que as propriedades denotadas por “satélites qualificacionais” (ou modificadores, na terminologia da GDF) variam de sentidos mais objetivos/permanentes (ex: “mesa redonda”, “banco de madeira”) até sentidos mais subjetivos/temporários (ex: “fruta madura”, “livro novo”, “boa ideia”), fazendo que, no inglês, isso se reflita iconicamente na ordem relativa ao núcleo nominal, resultando no estranhamento de enunciados como “*Where did you buy that round beautiful table?*”, em oposição ao enunciado completamente aceitável “*Where did you buy that beautiful*

round table?” (RIJKHOFF, 2008, p. 75). Desse modo, a simples avaliação subjetiva do falante não garantiria um status diferenciado para o modificador.

Contudo, os autores da GDF não sustentam a análise do modificador de Subato Referencial somente com base na expressão da atitude do falante. Como já dito, esses modificadores comportam-se de maneira diferenciada, podendo ser atribuídos, inclusive, a nomes próprios, que não apresentam conteúdo semântico, revelando, assim, sua diferença no escopo da modificação.

É importante notar que Hengeveld e Mackenzie (2008) argumentam que realmente há uma diferença no grau de subjetividade entre os modificadores na camada do Indivíduo (x), como visto na seção 2.2.4, acima. Os autores defendem que a sucessão de adjetivos em inglês reflete o grau de subjetividade das qualificações. Essa diferença, no entanto, não reflete uma mudança com relação à localização dos modificadores em camadas distintas.

A objeção levantada por Rijkhoff é pertinente: a subjetividade envolvida na ordem dos adjetivos no inglês pode ser explicada em termos de características mais temporárias ou mais permanentes e as características gramaticais desses adjetivos não refletem uma avaliação necessariamente ligada ao falante, o que difere da subjetividade envolvida em qualificações como *pobre* significando empatia.

Ainda assim, mesmo Rijkhoff, ao comentar a distinção entre os satélites qualificacionais, não tem outra saída a não ser utilizar os predicados “subjetivo” e “objetivo” para relatar essa diferença. Isso indica que esses casos não podem ser ignorados ao se tratar da subjetividade na GDF.

Essa discussão já nos aponta outra dificuldade na implementação do conceito de subjetividade na GDF: não se pode simplesmente adotar um conceito de subjetividade estabelecido por teóricos de outras linhas sem nos questionarmos sobre sua adequação ao modelo.

Um dos princípios operantes da GDF é a relevância diferenciada que a teoria dá a fatores contextuais em relação a outras abordagens funcionais. Por exemplo, embora diversas abordagens linguísticas se interessem pelas diferenças de gênero textual, para a GDF, enquanto essas diferenças não causam uma mudança sistemática na língua, elas não são consideradas relevantes para o modelo. Por outro lado, algumas normas sociais podem causar mudanças relevantes para a língua, como a introdução de um sistema morfológico de honoríficos (como no japonês) ou pronomes de intimidade e respeito (como no espanhol). Nas palavras de seus autores, "a GDF se limita a reflexões gramaticais sistemáticas de significados sociais"²⁹ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 29).

Como havíamos identificado anteriormente, em algumas perspectivas a concepção de subjetividade confunde-se com o próprio sujeito falante, como na definição oferecida por Benveniste: "a unidade psíquica que transcende a totalidade de experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência" (BENVENISTE, 1971 [1958], p.224). Segundo essa perspectiva, toda enunciação seria uma expressão de subjetividade. Claramente, essa definição não poderia ser adotada pela GDF sem sofrer algum tipo de adaptação.

²⁹ FDG limits itself to systematic grammatical reflections of social meanings.

Igualmente, as definições de subjetividade enquadradas no que De Smet e Verstraete (2006) chamam de Subjetividade Pragmática, como as razões pelas quais um indivíduo escolhe chamar outro de *alto* ou *inteligente*, também não seriam de interesse para a GDF, uma vez que essas escolhas não se refletem de modo sistemático na gramática da língua. Também não seria de interesse para a GDF a Subjetividade Semântica Ideacional, como a atribuída a adjetivos do tipo de *leuk* 'agradável' (conforme visto no Capítulo I), pois nesses casos há apenas uma mudança no léxico e não uma mudança em termos das funções exercidas por esses itens ou em seu comportamento sintático; ou seja, também não haveria alteração na estrutura gramatical da língua.

Assim, parece claro que algumas exclusões devem ser feitas ao tratar da subjetividade na GDF. Contudo, um problema ainda persiste: apesar de não serem relevantes para a GDF, parece impossível negar que esses casos configuram exemplos de subjetividade.

A solução parece estar na própria forma de abordagem de De Smet e Verstraete: separar a subjetividade em tipos. Porém, o rótulo Subjetividade Pragmática parece inadequado para a GDF, uma vez que muitos dos fenômenos que envolvem uma mudança sistemática na língua também envolvem a interação entre os participantes, por isso representados no Nível Interpessoal. Dito de outra forma, envolvem distinções pragmáticas. Em vez do rótulo Subjetividade Pragmática, podemos propor o rótulo Subjetividade Inerente, uma vez que serviria para denominar fenômenos essenciais ao funcionamento da linguagem, como a instauração do Eu e as razões que levam um falante a predicar utilizando um ou outro item lexical.

Se, por um lado, podemos reconhecer a importância do papel do sujeito como participante em uma interação, por outro lado, não devemos nos esquecer das coerções que esse sujeito sofre para expressar sua subjetividade. O conceito de subjetividade, portanto, deve abarcar tanto esse aspecto inerente da subjetividade como o aspecto arbitrário da língua enquanto sistema, que permite sua comunicação entre diferentes indivíduos.

Como foi visto com o exemplo da Subjetividade Semântica Interpessoal, de De Smet e Verstraete (2006), certas expressões de subjetividade apresentam restrições sintáticas, que não se aplicam a outros tipos de subjetividade, como a Subjetividade Semântica Ideacional. Por apresentar consequências para o sistema gramatical de uma língua, a Subjetividade Semântica Interpessoal é de grande interesse para a GDF. Uma vez que o rótulo "Interpessoal" já é utilizado na GDF, acredito que um nome apropriado seria Subjetividade Gramatical, referindo-se às restrições gramaticais sofridas pelos itens que expressam a Subjetividade Semântica Interpessoal.

A GDF pode abarcar esses dois aspectos da subjetividade, mas reserva lugares distintos para cada um deles. A Subjetividade Inerente é localizada nos Componentes Contextual e Conceitual, interagindo com o Componente Gramatical, influenciando nas escolhas gramaticais e lexicais do falante, mas não de um modo sistemático. Algumas formas de expressão se distinguem de modo sistemático na expressão gramatical, sendo chamada aqui de Subjetividade Gramatical, e tem, portanto, seu espaço reservado no Componente Gramatical.

Assim, na GDF, não se tem um conceito de subjetividade, mas dois: **a Subjetividade Inerente**, resultante do caráter dialógico da linguagem, já que o sujeito

não é capaz de apagar as marcas linguísticas de seu ponto de vista; e a **Subjetividade Gramatical**, referente à codificação sistemática dessa presença inevitável do sujeito na linguagem.

Essa divisão resolveria, acredito, um dos grandes problemas no tratamento da subjetividade: a Subjetividade Inerente pressupõe que todos os usos da linguagem sejam subjetivos, podendo assim abarcar um número sem fim de formas de expressão; ao distinguir dela a Subjetividade Gramatical, reduzimos drasticamente o número de formas de expressão a serem estudadas.

Um segundo problema do conceito é seu caráter vago. Mesmo ao utilizar a expressão *subjetivo*, Hengeveld e Mackenzie (2008) não oferecem uma definição precisa do termo. Uma definição exata talvez seja tarefa impossível, uma vez que o conceito envolve outros conceitos de definição imprecisa, desde a própria definição de sujeito, até a definição de atitude. Ainda assim, um tratamento adequado da subjetividade deve objetivar a definição mais precisa possível.

Um dos pontos levantados em nossa recuperação histórica do conceito de subjetividade é a possível distinção entre a subjetividade como "expressão **do** falante" e "expressão **das atitudes do falante**". Essa distinção permite-nos algumas observações pertinentes ao tratamento da subjetividade. Em primeiro lugar, a subjetividade como expressão do falante envolveria fenômenos como a instauração do *eu* na linguagem, que, como vimos, se enquadraria na Subjetividade Inerente, e fenômenos de ponto-de-vista, como os dêiticos.

Em muitos casos, dêiticos são considerados fenômenos subjetivos, devido ao fato de apresentarem o falante como o ponto de referência para sua interpretação. Por

exemplo, o tempo Passado se refere a um ponto no tempo que antecede o momento em que o falante está realizando seu enunciado (isto é, o Presente).

Embora essas formas sejam intrinsecamente relacionadas ao falante, de acordo com a GDF, elas não expressam nenhuma informação a respeito do falante em si, ou suas crenças e atitudes:

Embora os demonstrativos reflitam aspectos da situação de fala, as distinções realizadas dentro dessa categoria são oposições semânticas. A categoria de demonstrativos é, nesse sentido, comparável com à categoria de tempo absoluto [...] A distinção entre, por exemplo, tempo Passado e Presente é uma oposição semântica que pode ser operativa em uma língua e serve para localizar um Episódio relativo à situação de fala - mas **essas categorias não se referem diretamente à situação de fala**. O mesmo acontece com demonstrativos: uma forma como *this*, em inglês, ao identificar um indivíduo como algo próximo ao Falante, não se refere diretamente ao falante, mas enuncia uma distinção semântica que é interpretada pelo Ouvinte com relação à localização do Falante. *This pen* ('esta caneta') é, então, mais ou menos equivalente a "*the pen which is near the Speaker*" ('a caneta que está perto do Falante'), em que *which is near the Speaker* é um Modificador e *this* seria seu equivalente gramatical³⁰. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 245 - grifo meu)

Para a GDF, então, dêiticos como Tempo absoluto e Demonstrativos não se referem diretamente ao Falante, mas à sua localização no tempo e no espaço. Essas formas, entendidas dessa maneira, não expressam informações sobre o falante em si, mas, em vez disso, sobre o momento da fala.

³⁰ Although demonstratives thus reflect aspects of the speech situation, the distinctions made within the category are semantic oppositions. The category of demonstratives in this regard are comparable to that of absolute tense [...]. The distinction between, for example, Present and Past tense is a semantic opposition that may be operative within a language and serves to localize an Episode relative to the speech situation - but these categories do not refer directly to the speech situation. So it is with demonstratives: a form like English *this*, in identifying an Individual as being close ('proximate') to the Speaker, does not refer directly to the Speaker, but enunciates a semantic distinction which is interpreted by the Addressee relative to the Speaker's location. *This pen* is thus roughly equivalent to 'the pen which is near the Speaker' where *which is near the Speaker* is a modifier and *this* is its grammatical equivalent.

A Subjetividade Gramatical, portanto, não se refere à expressão do sujeito em si, nem do contexto que o circunda, mas à expressão de suas atitudes com relação ao conteúdo expresso em seus enunciados.

Como já dito, o conceito de subjetividade é demasiado vago e mesmo os termos utilizados em sua conceitualização são considerados vagos. Para a Subjetividade Inerente, uma conceitualização precisa realmente não parece ser possível, uma vez que a própria definição estabelece que todo e qualquer uso da língua seria subjetivo. Para a Subjetividade Gramatical, por outro lado, algumas especificações parecem ser possíveis.

Nesse ponto, os estudos de Hengeveld (2004), Verstaete (2001) e De Smet e Verstraete (2006) podem ser bastante valiosos: em primeiro lugar, por oferecerem testes gramaticais para a definição de subjetividade; em segundo lugar, por assumirem a ideia de *comprometimento* como central. Para Hengeveld (2004, p. 1193), a modalidade subjetiva especifica o grau de comprometimento do falante com relação à proposição apresentada no enunciado. Verstraete (2001), de forma similar, caracteriza a modalidade subjetiva como um tipo de ato performativo que traz à existência uma posição de comprometimento com relação ao conteúdo proposicional de um enunciado. É importante, neste momento, explicitar duas diferenças na conceituação desses dois autores. Primeiramente, a importância da ideia de *performatividade*, que explica o fato de se poder encontrar modais subjetivos em contextos interrogativos, por exemplo. Em vez de servir como contraexemplos aos testes gramaticais propostos por Hengeveld (2004), o uso dos modais em contextos interrogativos indicam uma mudança de responsabilidade pela avaliação modal, percebida pelo efeito ecoico nesses enunciados. Em segundo lugar, enquanto para Hengeveld (2004) o comprometimento pode

apresentar graus diferentes, significando, assim, comprometimento com relação à verdade do enunciado (ou seja, o grau de confiança do falante), para Verstraete (2001), o falante, ao utilizar um modal subjetivo, compromete-se com relação à avaliação realizada, ou seja, responsabiliza-se pela avaliação, seja ela de segurança (*com certeza*) ou de dúvida (*talvez*). Em ambas as concepções, entretanto, o resultado é o mesmo: trata-se do envolvimento do falante ao realizar uma avaliação, de modo que esse envolvimento se reflète no comportamento gramatical dos itens que expressam essas avaliações, que não podem, por exemplo, no caso da modalidade, estar sob o escopo de interrogativas e nem de distinções temporais. Para o conceito de subjetividade isso se traduz na ideia de que a atitude pode ser definida como um tipo de avaliação ligada necessariamente ao falante e ao seu contexto de enunciação que se reflète em características gramaticais.

No caso dos adjetivos avaliativos, exemplificados por De Smet e Verstraete (2006) por *dom* ('maldito'), o comportamento gramatical (impossibilidade de sofrer gradação, receber intensificadores e ser utilizado em predicções) mostra que o item deixou de definir um subtipo de entidade denotada pelo substantivo modificado. Isso significa que a avaliação realizada não se presta a criar subcategorias de entidades, mas a expressar uma opinião do falante com relação a uma dada categoria de entidade. Outra característica gramatical desses itens é sua incapacidade de estar sob o escopo da negação. Essa característica mostra que a avaliação realizada está ligada necessariamente à situação de enunciação, uma vez que, sendo realizada no momento da enunciação, seria impossível, ao mesmo tempo, negá-la.

A partir das discussões levantadas até aqui, podemos, então, esboçar uma definição do conceito de subjetividade a ser adotado na GDF:

A Subjetividade se refere à expressão do sujeito e suas atitudes por meio da linguagem. Ela pode ser dividida em **Subjetividade Inerente**, que se refere ao caráter dialógico da linguagem, chamada assim por se entender que, em todo ato de enunciação, o falante se coloca como um *eu* que se dirige a um *outro*, expressando, mesmo em seus usos mais mundanos, seu ponto de vista, e **Subjetividade Gramatical**, que se refere à sistematização e formalização das expressões de atitude, ou seja, a avaliações necessariamente ligadas ao falante e ao momento de fala.

Tendo essa concepção em mente, podemos nos dedicar à identificação de possíveis candidatos à categoria da Subjetividade Gramatical na GDF, o que será feito no Capítulo IV. Antes, porém, discuto algumas questões metodológicas no próximo capítulo.

CAPÍTULO III UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Delimitação do objeto de estudo

Como vimos no Capítulo II, o conceito de subjetividade pode ser mais bem compreendido ao dividirmos esse conceito em duas categorias: a Subjetividade Inerente e a Subjetividade Gramatical. Essa divisão é estabelecida levando-se em conta os pressupostos teóricos da GDF, principalmente a sua delimitação à descrição de codificações sistemáticas de significados sociais, ou seja, somente àquilo que efetivamente é codificado na estrutura da língua.

Mais especificamente, o rótulo *inerente* justifica-se pela impossibilidade de o falante evitar sua presença no uso da linguagem. Ao dirigir-se a um *outro*, o falante se coloca como um *eu*. Além disso, por trás de todo ato de predicação e referenciação, existem as razões pelas quais o falante escolhe esta ou aquela palavra, sendo, assim, uma forma de avaliação subjetiva. Dada essa inevitabilidade, o rótulo *inerente* é bastante apropriado.

O rótulo *gramatical* justifica-se pela possibilidade de algumas formas de subjetividade serem codificadas de modo sistemático na língua. Um bom exemplo disso é o caso dos adjetivos *leuk* e *dom*, do holandês flamenco, discutidos anteriormente no Capítulo I. Embora ambos os adjetivos representem avaliações internas do falante (*leuk* significando *agradável* e *dom* significando *maldito*), apenas *dom* apresenta restrições sintáticas ao realizar esse tipo de avaliação.

Na tentativa de delimitar o conceito de Subjetividade Gramatical, também foi proposta a distinção entre "expressão do falante" e "expressão das atitudes do falante". Observando que as formas dêiticas não expressam uma atitude do falante, e que essa categoria é considerada uma distinção semântica pela GDF, acredito ser legítimo separar essa e outras formas que apenas expressam a perspectiva do falante daquelas que expressam a Subjetividade Gramatical.

Por fim, também foi observado que a Subjetividade Gramatical está ligada à ideia de performatividade. Por meio dos testes propostos por Hengeveld (2004), Verstraete (2001) e De Smet e Verstraete (2006), podemos perceber que as diferenças gramaticais resultantes desses testes se referem à conexão entre a avaliação realizada e o momento da enunciação: a avaliação realizada não pode ser colocada em dúvida, não pode ser negada e não pode estar sob o escopo do tempo passado.

Dessa forma, chegamos a uma definição provisória da Subjetividade Gramatical que vai sustentar as análises da expressão da subjetividade em língua portuguesa a serem feitas no próximo capítulo: a **Subjetividade Gramatical** refere-se à sistematização e formalização de expressões de atitude, ou seja, a avaliações necessariamente ligadas ao falante e ao momento da fala.

Somando o objetivo teórico desse trabalho – oferecer um conceito operacional de subjetividade que possa ser utilizado nos estudos da GDF – às especificidades da abordagem funcionalista, que pressupõe a análise de ocorrências reais de uma dada língua, essa investigação foi estruturada nas seguintes etapas:

- i) Identificação, na literatura específica, de formas e estratégias consideradas como expressão da subjetividade, recorrendo a trabalhos teóricos e descritivos de abordagem funcionalista;

- ii) Discussão, segundo os pressupostos teóricos da GDF, da classificação das formas inventariadas como expressão da subjetividade inerente ou gramatical;
- iii) Análise das formas de expressão gramatical da subjetividade em ocorrências reais, retiradas de contextos controlados (banco de dados Iboruna); quando não encontradas no banco de dados, a análise recorrerá à ocorrências extraídas da internet.
- iv) Por fim, comparação do comportamento da Subjetividade Gramatical com o da Subjetividade Inerente, para justificar a exclusão de formas tradicionalmente tratadas como subjetivas da abordagem da GDF.

3.2. Constituição do corpú

As formas de expressão da subjetividade serão buscadas no banco de dados Iboruna, do projeto Amostra Linguística do Interior Paulista (ALIP - <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>). A escolha desse banco de dados se justifica pelo fato de os inquéritos serem segmentados em cinco tipos textuais distintos, propostos pelo entrevistador, a saber: Narrativa de Experiência (NE), em que o entrevistado é instruído a contar uma história que tenha acontecido com ele mesmo; Narrativa Recontada (NR), em que o entrevistado é instruído a contar uma história que tenha acontecido com outra pessoa; Descrição de Local (DE), em que o entrevistado é instruído a descrever um determinado lugar; Relato de Procedimento (RE), em que o entrevistado é instruído a descrever os passos para executar uma certa tarefa; e Relato de Opinião (RO), em que o entrevistado é instruído a dar sua opinião sobre algo.

Esse córpus foi escolhido justamente pela possibilidade de se dividir esses tipos textuais de acordo com a expectativa de envolvimento do falante. Relatos de Opinião, por apresentarem a opinião do falante sobre diversos assuntos, são propícios para a expressão de suas atitudes. As Narrativas de Experiência, por apresentarem o falante como protagonista, também favorecem o surgimento dessas expressões. As Narrativas Recontadas, por solicitarem do participante uma história triste ou alegre que tenha acontecido com outra pessoa, também favorecem o surgimento de expressões emotivas e atitudinais, mas em menor grau do que as Narrativas de Experiência. Os Relatos de Procedimento, por sua vez, na medida em que se constituem de fórmulas e receitas, não oferecem muito espaço para a expressão do falante, assim como as Descrições de Local. Contudo, é necessário enfatizar que, mesmo nesses contextos, o falante sempre pode realizar algum tipo de comentário pessoal. No caso das Descrições de Local, por exemplo, o falante pode realizar uma descrição subjetiva, incluindo suas impressões pessoais.

Considerando esses tipos textuais de maneira genérica e prototípica, podemos classificá-los de acordo com o grau de subjetividade da seguinte forma, do mais subjetivo para o mais objetivo:

(34) Relato de Opinião (RO) > Narrativa de Experiência (NE) > Narrativa Recontada (NR) > Descrição de Local (DE) > Relato de Procedimento (RP).

Para a busca das expressões de subjetividade, selecionamos 40 amostras de fala da Amostra Censo, constituídas por entrevistas entre documentador e informante. Esse agrupamento de entrevistas foi selecionado de modo a conter todas as faixas de idade do córpus e ambos os sexos. Para a faixa de renda, foram selecionadas as duas faixas de

renda intermediárias e, para a escolaridade, foram escolhidos dois níveis para cada faixa etária. Espera-se, dessa forma, garantir certa representatividade para a amostra, ainda que, para a análise a ser feita aqui, não se apliquem critérios sociolinguísticos. O Quadro 1 abaixo resume essa seleção (os números representam os números de registro do cópua Iboruna):

Faixa etária	Renda	6 a 10 Salários Mínimos		11 a 24 Salários Mínimos	
	Escolaridade/Sexo	M	F	M	F
7 a 15	1 CEF	005	006	003	004
	2 CEF	013	014	011	012
16 a 25	2 CEF	037	038	035	036
	EM	045	046	043	044
26 a 35	EM	077	078	075	076
	ES	085	086	083	084
36 a 55	EM	109	110	107	108
	ES	117	118	115	116
+55	EM	141	142	139	140
	ES	149	150	147	148

Quadro 1: composição do cópua de pesquisa

Legenda: CEF: ciclo do ensino fundamental; EM: ensino médio; ES: ensino superior

É importante destacar que a busca de dados foi feita a partir da leitura integral dos arquivos, sendo selecionadas todas as formas de expressão que foram consideradas subjetivas segundo os critérios apresentados no item 3 abaixo e discutidos no próximo capítulo.

3.3. Critérios para seleção das formas possivelmente subjetivas

Como ponto de partida para a seleção dos itens a serem analisados, podemos seguir a separação feita por Finegan (1995), para quem os estudos da subjetividade se concentram comumente em três temas: a perspectiva, o afeto (positivo e negativo) e a modalidade.

Um exemplo citado por Finegan é o de verbos como *go*, em inglês, que passam de uma ação física para então expressar um significado gramatical, como o de tempo. Outro exemplo é o de verbos que deixam de expressar um movimento espacial e passam a representar um movimento subjetivo (escaneamento mental), como *run*, em casos como *The hiker ran up the hill* ('O andarilho correu colina acima') e *The highway runs from the valley floor to the mountain ridge* ('A estrada corre do fundo do vale até a serra'), em que, no segundo exemplo, o verbo denota um traçado mental feito pelo falante.

Diferentemente de casos como o uso do adjetivo *alto*, que pode ser considerado subjetivo por envolver os motivos que levam o falante a escolher essa palavra, os dois casos de verbos de movimento apresentados acima impactam a estrutura da língua: um envolve uma mudança de categoria (de Propriedade Lexical para Tempo) e o outro envolve uma mudança no tipo de item com o qual o verbo combina (um ser animado e um ser inanimado). Portanto, casos de verbo de movimento abstrato serão analisados como possíveis formas de expressão subjetiva.

Com relação à expressão de afeto, podemos citar os exemplos de De Smet e Verstraete (2006) com o adjetivo *dom* ('maldito') e de Hengeveld e Mackenzie (2008)

com o advérbio *fortunately* ('felizmente') e o adjetivo *poor* ('pobre'), ou seja, advérbios avaliativos e adjetivos atitudinais. Deve-se ressaltar, entretanto, que a palavra *afeto* seja talvez muito restrita. Um rótulo mais apropriado talvez fosse o de expressão de atitude. Por esse motivo, podemos incluir, também, outras categorias que não são propriamente consideradas subjetivas por esses autores, mas ainda assim possíveis candidatas em uma teoria funcionalista, como os diminutivos, advérbios modificadores de Ilocução, como *sinceramente* e advérbios de ênfase, como *realmente*, que expressam, em certos usos, uma atitude do falante.

Com relação à expressão de modalidade, Hengeveld e Mackenzie (2008), assim como outros autores, como Halliday (1970) e Lyons (1977), fazem a distinção entre modalidades subjetivas e objetivas, considerando não apenas a modalidade epistêmica como subjetiva, mas também a deôntica. Além disso, de acordo com Narrog (2005), diversos autores (CALBERT, 1975; NITTA, 2000, BYBEE et al., 1994) definem a modalidade como expressão de atitude do falante, inclusive Lyons (1968), embora faça a distinção entre modalidade subjetiva e modalidade objetiva. Assim, a modalidade como um todo, não apenas a modalidade epistêmica, é considerada uma forma de expressão da subjetividade.

No próximo capítulo, faço a discussão de formas possíveis de expressão da subjetividade segundo diferentes autores e apresento o comportamento das formas consideradas subjetivas, segundo a GDF, na língua portuguesa. Para maior facilidade de organização, alguns itens serão discutidos e analisados em conjunto; a lista final de categorias e formas analisadas e sua ordem é a seguinte:

1. Modalizadores
2. Adjetivos atitudinais vs. adjetivos qualitativos;

3. Advérbios Atitudinais;
4. Advérbios modificadores de Ilocução;
5. Diminutivos;
6. Verbos de movimento temporal e movimento subjetivo;
7. Formas de expressão de ênfase.

CAPÍTULO IV

FORMAS DE EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE GRAMATICAL E INERENTE

Introdução

Neste capítulo, passo à discussão das possíveis formas de subjetividade, buscando classificá-las em Subjetividade Inerente e Subjetividade Gramatical. Sempre que possível, recorro a testes para identificação da subjetividade propostos por diferentes autores. A discussão de cada forma de expressão será acompanhada de uma descrição do seu comportamento em língua portuguesa com base nas ocorrências encontradas no *córpus*.

4.1. Modalidade

4.1.1 A subjetividade na expressão da modalidade

Conforme já dito, embora algumas definições de modalidade a descrevam como a "expressão de 'atitude' do falante" (LYONS, 1968, p. 308), podendo assim ser considerada uma categoria intrinsecamente subjetiva, diversos estudos (HALLIDAY, 1970; LYONS, 1977; FOLEY; VAN VALIN, 1984; HENGEVELD, 1987, 1988, 1989; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) fazem a distinção entre modalidades subjetivas e objetivas. Verstraete (2001) estuda essa distinção, apontando que essa classificação dos

modais não é unânime, havendo pelo menos quatro diferentes classificações por quatro diferentes autores. Essas classificações são resumidas no Quadro 2, abaixo:

AUTOR	CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE ATUAÇÃO
HALLIDAY (1970)	Subjetiva	Interpessoal (epistêmica, deôntica)
	Objetiva	Ideacional (dinâmica, deôntica)
LYONS (1977)	Subjetiva	Trópica (epistêmica)
		Nêustica (deôntica)
	Objetiva	Nêustica (epistêmica) Frástica (deôntica, dinâmica)
FOLEY; VAN VALIN (1984)	Subjetiva	Periferia (epistêmica)
	Objetiva	Núcleo (deôntica, dinâmica)
HENGEVELD (1987, 1988, 1989)	Subjetiva	Interpessoal (epistêmica)
	Objetiva	Ideacional ³¹ (epistêmica, deôntica, dinâmica)

Quadro 2 - Classificação de modalidades subjetivas e objetivas em diferentes autores, segundo Verstraete (2001, p. 1516)

Como pode ser observado, esses autores discordam sobre que subtipos modais pertencem às categorias subjetiva e objetiva, principalmente no que se refere à existência da modalidade epistêmica objetiva e da modalidade deôntica subjetiva.

Com o intuito de unificar essas classificações, Verstraete (2001) propõe uma abordagem a que ele denomina "semiótica", no sentido de que, nela, as distinções gramaticais são relacionadas a distinções semânticas. De acordo com o autor, modalizadores subjetivos performatizam uma avaliação realizada pelo falante, o que resulta em consequências para o comportamento sintático dos itens modais. Tais consequências podem ser verificadas por meio de testes gramaticais relativos a contextos interrogativos e a flexão temporal.

³¹Verstraete utiliza o rótulo *Ideacional*, contudo o termo utilizado por Hengeveld (1987, 1988, 1989) é *Representacional*.

Um exemplo de teste gramatical é a verificação da possibilidade de uso das predicções modalizadas em contextos interrogativos. Segundo Hengeveld (1988), predicções modalizadas objetivamente podem ser questionadas, enquanto predicções modalizadas subjetivamente não podem. De acordo com o autor (1988, p. 238), isso se deve ao fato de que uma das características da interrogativa é a falta de comprometimento com a verdade do enunciado, dessa maneira, entrando em conflito com a função dos modais subjetivos de expressar o grau de comprometimento com a verdade do enunciado. Hengeveld oferece os seguintes exemplos (1988, p. 236):

(35) Is it possible that John will come?
'É possível que John venha?'

(36) *Possibly John will come?
*'Possivelmente John venha?'

Verstraete (2001) faz uma observação com relação aos testes propostos por Hengeveld, afirmando que os modais subjetivos podem ocorrer em contextos interrogativos, mas, nesses casos, há um efeito ecoico no enunciado, em que o falante parece repetir a fala de seu interlocutor. Para o autor, o que ocorre é uma mudança de orientação do falante para o ouvinte. Um exemplo desse tipo de mudança pode ser observado abaixo, com relação à categoria da modalidade deôntica (adaptado de Verstraete, 2001, p. 1521):

(37) There is a crisis and the minister must act now.
'Há uma crise e o ministro deve agir agora'

(38) Must the minister act now?

'O ministro deve agir agora?'

(39) Brake shoes must always be renewed in sets of four.

'Sapatos de freio devem sempre ser renovadas em grupos de quatro'

(40) Must brake shoes always be renewed in sets of four?

'Sapatos de freio devem sempre ser renovadas em grupos de quatro?'

Nesses exemplos, uma vez que o falante não pode questionar sua própria avaliação, a responsabilidade pela avaliação deôntica expressa em (37) é transferida para o ouvinte em contextos interrogativos como em (38). Esse enunciado interrogativo pode ser parafraseado como "Você deseja que o ministro aja agora?". Por outro lado, em (40) o questionamento se refere ao valor de verdade da avaliação expressa no enunciado afirmativo (39) e pode ser parafraseado como "É verdade que as sapatas de freio devem ser sempre renovadas em grupos de quatro?". Em outras palavras, a avaliação de necessidade realizada em (40) pode ser questionada sem que haja um redirecionamento da avaliação para o ouvinte e, por esse motivo, o modal é considerado objetivo.

É importante relembrar, neste ponto, que, na GDF, os modalizadores deônticos, assim como os epistêmicos e demais modalizadores, atuam em camadas diversas. Os exemplos (39) e (40) referem-se ao que Olbertz (no prelo) chama de modalidade circunstancial, na qual as circunstâncias determinam a necessidade de um evento ocorrer e cujas formas de expressão podem atuar nas camadas do Estado-de-Coisas (e) ou da Propriedade Configuracional (f). Casos como (37) e (38) são chamados de modalidade deôntica avaliativa e atuam na camada do Episódio (ep)³². Desse modo, a

³² Olbertz (no prelo) justifica a classificação desses modais como itens atuantes na camada do Episódio pelo fato de que modais deônticos avaliativos podem ter escopo sobre dois Estado-de-Coisas relacionados, como em "*yo creo que Sadam se tendría que haber rendido antes y no esperar a que [...] se*

modalidade deôntica circunstancial descreve a existência de uma obrigação imposta não pelo falante, mas pelas condições externas, sendo assim considerada objetiva. A modalidade deôntica avaliativa descreve uma avaliação de obrigação imposta pelo próprio falante. Isso é evidenciado pelo fato de a responsabilidade da avaliação ser transferida para o interlocutor em contextos interrogativos.

De acordo com Olbertz (no prelo), a modalidade deôntica avaliativa também se distingue das modalidades deônticas objetivas por se tratar de casos em que o falante não tem poder sobre a situação envolvida, seja porque não tem autoridade sobre o participante, como nos exemplos (37) e (38), que envolvem uma pessoa de alto cargo público, um ministro, seja porque o evento em questão se localiza no passado.

Sendo um tipo de uso performativo, que traz à existência uma posição de comprometimento com relação à avaliação sendo realizada, a avaliação modal subjetiva entra em conflito com a interrogativa, uma vez que esse tipo de ilocução sinaliza o total desconhecimento do falante. Em outras palavras, o falante não pode se comprometer com uma avaliação e, ao mesmo tempo, duvidar dela.

Um exemplo mais claro é o do teste temporal, segundo o qual modalizadores subjetivos não podem ocorrer sob o escopo da categoria de Tempo. Devido à natureza performativa dos modalizadores subjetivos, a avaliação expressa por esses modais deve necessariamente estar ligada ao momento presente da enunciação. Dito de outra forma, um falante não pode trazer à existência um ato de comprometimento no passado, assim como não pode trazer uma promessa à existência no passado, sendo esse uso apenas

lo dijeran los demás" (OLBERTZ, no prelo, p. 13). Além disso, modais avaliativos têm escopo sobre outros tipos de modalizadores deônticos, que atuam em camadas abaixo do Episódio.

descritivo e não performativo. Podemos observar essa diferença de escopo do tempo nos exemplos abaixo (Verstrate, 2001, p. 1524):

- (41) Well she might be coming to Clare's party
'Ela talvez venha para a festa de Clare'
- (42) Gillespie positioned himself for a challenge but before he could move in for the tackle, Hughes had driven the ball high past Grobbelaar from 25 yards
'Gillespie se posicionou para a dividida, mas antes que ele pudesse se movimentar para a intercepção, Hughes já tinha passado a bola 25 jardas além de Grobbelaar'

O modal *could*, em (42), refere-se a uma habilidade no passado e, dessa forma, opera sob o escopo do Tempo, enquanto em (41), o modal *might* não se refere a uma possibilidade no passado, mas sim, a um menor grau de certeza, sendo, portanto, uma avaliação ligada ao momento da enunciação, revelando assim a natureza performativa do modal.

Apresentamos abaixo a classificação final de Verstraete (2001), de acordo com esses testes gramaticais:

Tipo de modalidade	Subjetiva	Objetiva
Epistêmica	+	-
Deontica	+	+
Dinâmica ³³	-	+

Quadro 3 - Classificação de modalidades subjetivas e objetivas de acordo com Verstraete (2001, p. 1525)

Como podemos observar, Verstraete não reconhece a modalidade epistêmica objetiva. Seu argumento é o de que, embora uma interpretação semântica objetiva seja

³³A definição de modalidade dinâmica de Verstraete (2001) coincide com a definição de modalidade facultativa de Hengeveld (2004)

possível, os testes gramaticais mostram somente um comportamento subjetivo. Vale ressaltar que a análise realizada por Verstraete limitou-se a verbos modais do inglês.

Uma das vantagens da abordagem "semiótica" de Verstraete é a de que a classificação resultante dessa abordagem pode ser contestada à luz de novas evidências gramaticais, sem termos que descartá-la. No caso da modalidade epistêmica objetiva, por exemplo, podemos oferecer um exemplo do português, no qual o modal *poder* se refere a uma possibilidade no passado:

- (43) Português (internet³⁴)
Voo MH370 podia estar em piloto automático

Observe-se que, nesse caso, o sentido seria diferente se o enunciado fosse "Voo MH370 pode estar em piloto automático", que se refere a uma possibilidade presente. Além disso, outro argumento para a existência da modalidade epistêmica objetiva é o fato de ela poder coocorrer com a modalidade epistêmica subjetiva, de modo a indicar a maior abrangência de escopo da modalidade epistêmica subjetiva sobre a modalidade objetiva epistêmica. Veja-se abaixo o exemplo (44):

- (44) Português (HATTNER; HENGEVELD, 2016, p. 4)
Para cargos que tiveram poucos aprovados não sei o que eles vão fazer, mas provavelmente eles deverão realizar outro concurso antes da páscoa e contratar novos professores depois das férias de inverno no próximo ano.

Nesse exemplo, o falante não só observa a existência da possibilidade de ocorrência do concurso e de contratações, uma possibilidade baseada em seu conhecimento de mundo a respeito do funcionamento do órgão em questão, mas

34

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mcmJX5P69NUJ:www.abola.pt/mundos/ver.aspx%3Fid%3D485922+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=nl>

também expressa seu comprometimento com relação à existência dessa possibilidade. Esse falante, entretanto, não pode descrever a possibilidade de existência de seu comprometimento. Assim, a modalidade subjetiva tem escopo sobre a modalidade objetiva, o que é representado na GDF da seguinte forma:

- (45) (p₁: (fut **poss/prob**³⁵ ep₁: [(e₁: -eles realizar outro concurso antes da páscoa- (e₁)) (e₂: - eles contratar novos professores depois das férias de inverno)(e₂))]: (ep₁): - no próximo ano- (ep₁)) (p₁: **provavelmente**) (p₁))

A coocorrência desses modais, somada à impossibilidade de inverter sua ordem, confirma a possibilidade de se distinguir o modal subjetivo, representado aqui por *provavelmente*, e o modal objetivo, *dever*.

Outro exemplo de modalidade subjetiva é a modalidade volitiva orientada para o Conteúdo Proposicional. De acordo com Olbertz (no prelo), uma das marcas relevantes dessa modalidade é a sua aplicação a eventos imaginários. Isso se reflete gramaticalmente na utilização do tempo verbal futuro do pretérito. Veja-se o exemplo (46), a seguir:

- (46) Espanhol (OLBERTZ, no prelo)
Lo dijo Goethe: "Todos los editores son hijos del diablo. Para ellos debería haber un infierno especial"
'Disse Goethe: "Todos os editores são filhos do diabo. Para eles deveria haver um inferno especial'

Ao expressar uma modalidade volitiva, o tempo futuro do pretérito não se refere a um evento passado, mas, sim, a um evento irreal. Quando o tempo verbal se refere a

³⁵ Considerando o verbo modal *dever* como um operador, ele deve ser representado de forma distinta do modificador *provavelmente*, sendo alocado, apropriadamente, sob o escopo do operador de tempo.

uma obrigação instaurada no passado, expressa-se uma modalidade deôntica orientada ao participante:

- (47) a patroa dela ensinou como ela **deveria**... éh:: passar a cera para encerar o chão (AC-013; NR: L. 42-43)

Contrastando-se esses dois exemplos, podemos perceber, também, que o desejo expresso pela modalidade volitiva na camada do Conteúdo Proposicional (46) somente pode ser atribuído ao falante, enquanto a fonte da obrigação expressa pela modalidade deôntica orientada ao participante (47) pode ser atribuída a outro participante.

A modalidade volitiva orientada para o Conteúdo Proposicional também não parece poder ser utilizada em contextos interrogativos, como pode ser observado pela adaptação do exemplo (46), em (48), em que a interrogação causa um efeito de "eco", da mesma forma que os modalizadores deônticos subjetivos, de Verstraete (2001), em que um enunciado modalizado repete o conteúdo do enunciado anterior:

- (48) Para eles deveria haver um inferno especial?

Assim, os modalizadores volitivos na camada do Conteúdo Proposicional expressam um desejo necessariamente do falante, atrelado a ele no momento da enunciação, o que pode ser identificado no comportamento desses modalizadores em contextos interrogativos e de tempo passado.

Podemos, portanto, observar a existência, na categoria da modalidade, de formas que performatizam uma atitude do falante, que se distinguem gramaticalmente de formas que não apresentam o uso performativo. A modalidade subjetiva é expressa por modalizadores epistêmicos na camada do Conteúdo Proposicional, modalizadores deônticos na camada do Episódio e modalizadores volitivos na camada do Conteúdo

Proposicional. A modalidade objetiva, por sua vez, é expressa por modalizadores epistêmicos na camada do Episódio, modalizadores deônticos na camada do Estado-de-Coisas e Propriedade Configuracional, modalizadores volitivos na camada do Estado-de-Coisas e Propriedade Configuracional e, por fim, modalizadores facultativos, na camada do Estado-de-Coisas e Propriedade Configuracional.

Portanto, à luz de outras evidências gramaticais acrescentadas às expostas por Verstraete, observamos também a existência da modalidade epistêmica objetiva. Proponho, então, a seguinte classificação de modalidades subjetivas e objetivas, incluindo também a modalidade volitiva, não considerada por Verstraete (2001):

Domínio/Camada	(f)	(e)	(ep)	(p)
Facultativa	Objetiva	Objetiva	-	-
Deôntica	Objetiva	Objetiva	Subjetiva	-
Volitiva	Objetiva	Objetiva	-	Subjetiva
Epistêmica	-	-	Objetiva	Subjetiva

Quadro 4 - Proposta de classificação das modalidades subjetivas e objetivas sob a abordagem da GDF

Como podemos observar no Quadro 4, há uma lacuna não preenchida na camada do Episódio para o domínio Volitivo. Essa lacuna, a princípio, representaria um problema para a teoria da GDF. De acordo com Hengeveld (2011), no processo de gramaticalização, os elementos linguísticos ampliam seu escopo gradativamente. Em termos da organização hierárquica da GDF, isso significa que uma unidade linguística se desenvolve diacronicamente iniciando em uma camada mais baixa e aumentando seu

escopo para a camada imediatamente superior a ela³⁶. O correlato sincrônico dessa hipótese é a de que se um elemento linguístico apresenta múltiplos significados, eles devem estar em camadas contíguas na organização hierárquica. Por esse motivo, a falta de uma expressão de modalidade volitiva na camada do Episódio, deixando uma lacuna entre as camadas do Estado-de-Coisas e do Conteúdo Proposicional, implicaria uma falha na abordagem da gramaticalização segundo a GDF.

Essa lacuna, entretanto, não deve ser encarada como um contraexemplo à hipótese mencionada acima. A hipótese prevê que elementos linguísticos aumentam de escopo, ou seja, passam de uma camada mais baixa para outra mais alta, mas isso não impede que esses elementos mudem de domínio semântico. Um exemplo oferecido por Hengeveld (no prelo) é o do verbo *will*, em inglês, que passa de verbo lexical para expressão de obrigação/intenção (modalidade orientada ao participante, na camada da Propriedade Configuracional), desenvolvendo-se então em um marcador de posterioridade (tempo relativo, na camada do Estado-de-Coisas), depois em marcador de futuro (tempo absoluto, na camada do Episódio) e, por fim, passa a expressar suposição (modalidade epistêmica subjetiva, na camada do Conteúdo Proposicional). Vê-se, por esse exemplo, que um item não necessariamente precisa ser confinado ao seu domínio semântico, podendo passar de modalidade a tempo e retornar à modalidade.

No caso da modalidade volitiva, a lacuna existente na camada do Episódio para a modalidade volitiva (cf. Quadro 4) pode ser explicada observando-se os valores assumidos pelo verbo *dever*, que pode tanto expressar a modalidade deôntica orientada

³⁶ Hengeveld e Hattner (2015) adicionam que um caminho alternativo no processo de gramaticalização é a mudança de um nível para outro, mas, igualmente, havendo um aumento de escopo, portanto, do Nível Representacional para o Nível Interpessoal.

para o Episódio, como a modalidade volitiva orientada para o Conteúdo Proposicional. Dessa maneira, embora não se tenha realizado um estudo diacrônico do modal *dever*, podemos supor que tenha havido um processo de mudança semântica e gramaticalização, em que esse modal tenha passado de modalizador deôntico, para modalizador volitivo.

É importante ressaltar aqui que, ao classificarmos as modalidades como objetiva ou subjetiva, estamos nos referindo à Subjetividade Gramatical. Conforme explicado no Capítulo II, a Subjetividade Inerente é assim chamada porque permeia todos os usos da língua. Isso também se aplica ao caso da modalidade. Mesmo as modalidades chamadas de objetivas expressam uma avaliação pessoal do falante. Ao dizermos, por exemplo, *João pode nadar*, fazemos uma avaliação da capacidade de um indivíduo de se engajar em uma atividade. Outra pessoa poderia fazer uma avaliação diferente e, portanto, trata-se de uma avaliação pessoal.

Contudo, essa avaliação objetiva não se relaciona obrigatoriamente ao contexto de enunciação, ou seja, no caso da modalidade, pode ser negada, colocada em questão e colocada em forma de hipótese. Dito de outra forma, a avaliação expressa por modais objetivos não exibe nenhuma marca gramatical que reflita sua ligação ao falante no momento da enunciação.

Assim, no campo da modalidade, encontramos formas consideradas subjetivas e objetivas, mas somente se considerarmos o comprometimento do falante, identificado pelo efeito ecoico gerado em contextos que conflitam com a performatividade modal do item em questão. Mesmo os modais objetivos podem ser considerados inerentemente subjetivos, se levarmos em conta a presença de uma avaliação interna do falante,

havendo, portanto, uma sobreposição entre a objetividade gramatical, de um lado, e a Subjetividade Inerente, de outro, uma sobreposição não apenas válida, mas esperada, tendo em vista o modo como essas definições são concebidas: a Subjetividade Inerente pode ser encontrada em todos os usos da língua e, em alguns casos, há uma sistematização da avaliação subjetiva realizada; essa sistematização foi chamada de Subjetividade Gramatical.

Isso explica, em grande parte, a aparente contradição de se definir a modalidade como expressão de subjetividade e dividi-la em modais subjetivos e objetivos. Na realidade, estamos falando de dois tipos distintos de subjetividade.

Para a GDF, então, conforme resumido no Quadro 4, temos como representante da Subjetividade Gramatical as modalidades epistêmica, atuando na camada do Conteúdo Proposicional (p), deôntica, atuando na camada do Episódio (ep), e volitiva, atuando na camada do Conteúdo Proposicional (p). As demais modalidades seriam consideradas gramaticalmente objetivas, ou seja, apenas casos de Subjetividade Inerente.

4.1.2 A modalidade na expressão da subjetividade em língua portuguesa

Em língua portuguesa, encontramos expressão para todos os tipos de modalidade subjetiva mencionados anteriormente. Expressando a modalidade epistêmica na camada do Conteúdo Proposicional, há advérbios, como *certamente*, *provavelmente*, *possivelmente* e *talvez*, e locuções adverbiais, como *com certeza* e *sem dúvida*; expressando a modalidade deôntica na camada do Episódio, há os verbos modais *dever*,

poder e ter que; expressando a modalidade volitiva na camada do Conteúdo Proposicional, há também os verbos modais *dever, poder e ter que*.

Vejamos um exemplo de modalizador epistêmico subjetivo:

- (49) o brasile(i)ro ele é:: assim acho que é muito sólido... e pegava e:: todo mundo fizesse o protesto aí **com certeza** a gente conseguiria alguma coisa... é minha opinião (AC-077; RO: L. 225-227)

Nessa ocorrência, o falante se compromete com a avaliação de verdade do enunciado "a gente conseguiria alguma coisa", ou seja, o falante sinaliza, por meio do modal *com certeza*, que o julgamento de verdade realizado é de sua responsabilidade. Podemos perceber no excerto a seguir, que inclui o segmento de texto anterior à ocorrência (49), a reiteração da ideia contida no enunciado "se todo mundo fizesse o protesto a gente conseguiria alguma coisa", por meio de enunciados como "deveria ter uma forma de abaixar o preço do combustível", "tinha que tê(r) um boicote alguma coisa assim [...] pra que o pessoal sentisse no no BOLso mesmo..." e "um protesto mesmo sabe que pare e esse pessoal ganhe menos... porque só isso resolveria...", em que o falante defende a ideia de que um boicote às empresas de combustível causaria um prejuízo financeiro a elas, forçando-as a baixar os preços:

- (49a) eu acho que:: sei lá um... teria que tê(r) alguma fórmula de::... porque:: acho que é muito diNHE(i)ro envolvido nós somo(s) um país muito RIco em petróleo... e tê(r) que::... comPRÁ(r) petróleo de o(u)tros paí::ses aí (a)caba::... desencadean(d)o assim no no bolso do brasile(i)ro... então eu acho que a gente tinha que::... sei lá fazê(r) uma forma aí um protes::to... éhho/ hoje em dia eu acho que é muito difícil você pará(r) de num de você num pode usá(r) o seu veículo... então que a gente:: traba::lha é por causa que a gente... todo mundo depende do veículo mas tinha que tê(r) um boicote alguma coisa assim pra que::... dois três cinco dias aí caísse cinQUENta por cento do fornecimento de de:: de combustível aí pra que o pessoal sentisse no no BOLso mesmo... hum:: sei lá é... tinha que sê(r) uma coisa a nível... nacioNAL mesmo... só que dois três

dias aí de/ de::... como se diz?... de/ de/ de um protesto mesmo sabe que pare e esse pessoal ganhe menos... porque só isso resolveria... o nosso problema aí eu acho que... num tem o(u)tra forma de::... de:: fazê(r) isso porque mais/ MAIS um aumento na gasolina... é:: que esse ano num vai aumentá(r) mais pô esse ano nós já tamo(s) praticamente:... no final do ano... e::... que num vai aumentá(r) mas... é tudo tudo é:: dó::lar tudo é:: a:: reflete então a gente acha/ teria né?... que o brasile(i)ro ele é:: assim acho que é muito sólIDÁRIO... e pegava e:: todo mundo fizesse o protesto aí **com certeza** a gente conseguiria alguma coisa... é minha opinião (AC-077; RO: L. 209-222)

Assim, antes de realizar uma avaliação de certeza atrelada a si mesmo, ou seja, de sua responsabilidade, o falante oferece os argumentos que sustentam sua opinião, justificando, desse modo, a certeza expressa por ele.

Essa argumentação que precede o enunciado modalizado subjetivamente, entretanto, não é estritamente necessária, ou seja, o vínculo da avaliação modal com o falante não depende do contexto que circunda o enunciado. Em vez disso, a subjetividade do modalizador é garantida por seu comportamento em determinados contextos gramaticais.

Observe-se que o modalizador *com certeza* não pode, por exemplo, ser utilizado em interrogativas sem que haja um efeito de "eco", ou seja, não pode ser dito a não ser que se esteja repetindo algo que o interlocutor havia dito imediatamente antes:

- (50) A: Com certeza a gente conseguiria alguma coisa.
B: Com certeza a gente conseguiria alguma coisa?

Assim, na ocorrência (49), o falante utiliza um modal que expressa uma avaliação pessoal atrelada a ele no momento da enunciação, o que se reflete nas características gramaticais desse modal, qualificando o Conteúdo Proposicional desse

enunciado como verdadeiro e se comprometendo com relação a essa avaliação. A representação dessa qualificação é encontrada em (51):

(51) (p₁: - a gente conseguiria alguma coisa- (p₁): -com certeza- (p₁))

Também foram encontradas no *cópus* ocorrências de *certamente*, *provavelmente*, *possivelmente* e *talvez*, como nos exemplos a seguir:

(52) quando eu morava em Ma/ Macaubal **provavelmente** tinha aí seis anos (AC-149; NR: L. 106-107)

(53) o Brasil::... **possivelmente** será o:: o:: uma Arábia Saudita só que do petróleo ver::de (AC-139; RO: 590-591)

(54) **talvez** eu num vô(u) vê::(r) **talvez** você vai vê::(r) a futura geração vai vê(r)... o Brasil tem tudo pra sê(r) uma GRANde potência ainda... (AC-139; RO: L. 585-586)

Vejamos agora uma ocorrência da modalidade deôntica subjetiva:

(55) bom... na minha escola... eu acho que ela é muito boa né?... não precisa de mudança... meus professores... alguns... **deveriam** tê(r) mais::... éh::... **deveriam** ouví(r) MAIS a gente... (AC-013; RO: L. 129-130)

Nessa ocorrência, um aluno expressa a sua avaliação sobre como seus professores deveriam agir. No entanto, tratando-se de um aluno, esse falante não tem autoridade sobre o participante sobre o qual essa obrigação incide. Podemos observar também que a forma verbal do futuro do pretérito em (55) não exprime uma obrigação instaurada no passado, diferentemente da ocorrência (56), que se refere a um modalizador deôntico objetivo e tem a obrigação instaurada em um momento passado, como se pode observar pelo uso do verbo *ensinar* no pretérito:

(56) a patroa dela ensinou como ela **deveria**... éh:: passar a cera para encerar o chão (AC-013; NR: L. 42-43)

O caráter objetivo do modal em (56) pode também ser percebido pelo fato de a fonte da obrigação ser um participante que não é o falante.

Igualmente a (55), na ocorrência (57), o modal deôntico tem caráter avaliativo, já que o falante não tem poder para mudar a grade curricular do sistema de ensino:

(57) e:: **poderia** tê(r) o/ a:: religião... dentro da escola... como antes tinha... (AC-140; RO: L. 487)

A ocorrência (57) é particularmente interessante, pois mostra um caso em que o contexto desfaz a ambiguidade gerada pela polissemia do verbo *poder*. Nessa ocorrência, o falante é perguntado sobre o que deve ser feito com relação ao problema da violência, sendo assim, sua resposta não descreve a existência de uma possibilidade de a escola ter ou não religião, mas, em vez disso, manifesta o seu desejo de que a religião fosse incorporada à grade curricular.

Em (58), há um exemplo do modal *ter que* em seu uso deôntico subjetivo, já que o falante explica que, para que sua avaliação se concretize, seria necessária a intervenção do exército, algo sobre o qual, obviamente, o falante não tem poder:

(58) Inf: a violência no Brasil::... tá cada dia mais (inint.)... eu acho que hoje em dia você já vê... crianças... da:: fa(i)xa etária de dez ano pra frente já começa ro(u)bá::(r)... já começa a matá(r)... já começa a se drogá(r) já começa::/ sabe? então eu acho que::... isso **tinha que** acabá(r) de uma vez

Doc.: como acabá(r)?

Inf.: olha eu acho que a:: a a polícia nossa é bastante prestativa mas... ela poderia sê(r) mais... eu acho que o Brasil poderia usá(r) recursos de Exército... (AC-035; RO: L. 543-546)

Os usos volitivos desses modais, entretanto, parecem ser mais raros. No *cópus*, não encontramos nenhuma ocorrência desses valores. Isso não quer dizer, entretanto, que não exista sua expressão em português. Realizando uma busca na internet, encontramos as seguintes ocorrências:

(59) **Devia** existir replay nos melhores momentos da vida.³⁷

(60) A gente **podia** poder costurar o tempo, bordando em cima dos erros para que eles sumissem.³⁸

(61) A gente **tinha que ter** duas vidas.³⁹

Em todos esses exemplos, a avaliação incide sobre um evento imaginário, fisicamente impossível, tratando-se, portanto, de Conteúdos Proposicionais, conforme aponta a descrição de Olbertz (no prelo).

Assim o português apresenta expressão para todas as formas de modalidade subjetiva, embora os volitivos tenham se revelado menos frequentes.

4.2. Adjetivos atitudinais vs. Adjetivos qualitativos

4.2.1 A subjetividade na adjetivação atitudinal e qualitativa

Como vimos no Capítulo II, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), os adjetivos modificadores de Subato de Referência expressam a atitude subjetiva do falante. Repetimos, abaixo, os exemplos oferecidos pelos autores:

³⁷ <https://twitter.com/muitasvibes/status/497194241622159360>

³⁸ <http://www.mensagemespirita.com.br/md/ad/a-gente-podia-poder-costurar-o-tempo>

³⁹ <http://pensador.uol.com.br/frase/MTYxMjcxOA/>

(62) Inglês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 121):

a. No one was paying attention to the poor fellow.
'Ninguém estava prestando atenção ao pobre rapaz.'

b. No one was paying attention to poor me.
'Ninguém estava prestando atenção ao pobre de mim.'

(63) a. I feel sorry for old Bill.
'Sinto pena do velho Bill.'

b. Don't forget to send a letter to little old me.
'Não se esqueça de mandar uma carta para o velho euzinho aqui'

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 121), somente modificadores subjetivos podem restringir nomes próprios e pronomes. Isso se deve ao fato de nomes próprios e pronomes não apresentarem conteúdo semântico (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 117), sendo introduzidos no Nível Interpessoal como núcleo de um Subato Referencial e representados no Nível Representacional apenas como um núcleo vazio ((x_1)):

(64) 'John'
NI: (+id R_1 : John (R_1))
NR: (x_1)

Isso significa que o tipo de modificação realizado por adjetivos como *poor*, expressando simpatia, não se refere à designação de um indivíduo (suas características, inatas ou atribuídas), mas sim ao modo como o referente é construído, ou seja, à relação entre o falante e o referente em questão.

Outro exemplo de modificação nominal subjetiva vem do estudo apresentado por De Smet e Verstraete (2006), brevemente mencionado no Capítulo I, em que os autores distinguem os usos dos adjetivos na variedade flamenca da língua holandesa

leuk ('agradável') e *dom* ('maldito'). Ambos os adjetivos passaram por um processo de mudança, inicialmente referindo-se a características fisicamente perceptíveis, passando a referir-se a uma avaliação interna do falante. *Leuk* significava, a princípio, *morno*, ou seja, referia-se à temperatura, e, mais tarde, passa a significar *agradável*, referindo-se a uma avaliação interna do falante. *Dom* significava *mudo* (incapaz de falar), depois *idiota* (sem inteligência) e, por fim, *maldito* (desprezível).

Essas duas formas seriam igualmente subjetivas no sentido de que expressam uma avaliação interna do falante, mas se comportam de maneira distinta: o uso de *leuk* com um substantivo, por exemplo em *leuke mensen* ("pessoas agradáveis"), serve para criar uma subcategoria de pessoas que têm uma certa propriedade (no caso, de serem agradáveis); em contraste, *dom*, como em *domme toeristen* ("malditos turistas"), não serve para criar uma subcategoria de indivíduos, e, em vez disso, serve para expressar a atuação⁴⁰ de uma posição (negativa, neste caso) do falante com relação a uma instância particular dessa categoria. Essa característica explica o fato de os adjetivos atitudinais poderem ser utilizados com nomes próprios, afinal, os nomes próprios indicam uma pessoa específica, não se tratando, portanto, de uma subcategorização.

Essa diferença se reflete no comportamento sintático desses adjetivos. O uso de *dom* ('maldito') apresenta restrições sintáticas, não podendo ser modificado em termos de gradação, ou intensificação e nem ser utilizado predicativamente. No exemplo (65a), a seguir, a interpretação de *dom* é ambígua entre os sentidos de "estúpido" e "maldito".

⁴⁰ Embora os autores não deixem explícito, isso significa que a modificação expressa por *dom* é um tipo de ato performativo, assim como a performance modal expressa por modalizadores subjetivos (cf. Verstraete, 2001)

Nos exemplos (65b), (65c) e (65d), que envolvem os contextos mencionados anteriormente, a interpretação obrigatoriamente é a de "estúpido".

- (65) Holandês flamenco (DE SMET; VERSTRAETE, 2006, p. 375)
- a. Met de domme ministers werd snel komaf gemaakt onder het nieuwe regime.
'Os (malditos) ministros (estúpidos) foram rapidamente descartados sob o novo regime.'
 - b. Met de domste ministers werd snel komaf gemaakt onder het nieuwe regime.
'Os ministros mais estúpidos foram rapidamente descartados sob o novo regime.'
 - c. Met de echt domme ministers werd snel komaf gemaakt onder het nieuwe regime.
'Os ministros realmente estúpidos foram rapidamente descartados sob o novo regime.'
 - d. De ministers met wie snel komaf werd gemaakt onder het nieuwe regime waren dom.
'Os ministros que foram rapidamente descartados sob o novo regime eram estúpidos'

Essas restrições não se aplicam a *leuk*:

- (66) Holandês flamenco (DE SMET; VERSTRAETE, 2006, p. 375)
- a. Die leuke film heb ik gisteren al gezien.
'Aquele filme agradável eu já assisti ontem'
 - b. Die leukste film heb ik gisteren al gezien.
'Aquele filme agradabilíssimo eu já assisti ontem.'
 - c. Die erg leuke film heb ik gisteren al gezien.
'Aquele filme realmente agradável eu já assisti ontem.'
 - d. Die film die ik gisteren heb gezien was leuk.
'O filme que assisti ontem foi agradável.

Essas diferenças sintáticas, contudo, também se aplicam a outro tipo de modificação nominal: os modificadores de Propriedade Lexical (f). Utilizando um exemplo de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 230), é possível perceber a incompatibilidade desses adjetivos com os contextos mencionados:

- (67) a former neighbour
'um ex-vizinho, um antigo vizinho'
- a. Mike is my former neighbour
'Mike é meu antigo vizinho'
 - b. *Mike is a more former neighbor than John.
'Mike é um vizinho mais antigo do que John'⁴¹
 - c. *Mike is my very former neighbour
'Mike é meu muito antigo vizinho'
 - d. *The neighbour is former.
'O vizinho é antigo'

Isso não invalida os testes propostos por De Smet e Verstraete (2006). Como já foi dito, os testes indicam que a modificação sendo realizada não cria uma subcategoria de indivíduos. Os modificadores de Propriedade Lexical, como o nome indica, apenas restringem a propriedade que designa o indivíduo. No caso de *former neighbour*, é apenas a propriedade de ser vizinho que está sendo alterada, o adjetivo não cria uma categoria de indivíduos.

Outra diferença gramatical entre *dom* e *leuk* é que, em contextos negativos, o escopo da negação do sintagma nominal que contém *dom* recai somente sobre o núcleo do sintagma (68a), ou então entende-se que *dom* se refere ao seu significado objetivo

⁴¹ Em português, o adjetivo *antigo* no sintagma "antigo vizinho" pode ser utilizado em contextos de gradação se o significado for "de longa data", mas não se significar "que se mudou", "que deixou de ser vizinho". O mesmo vale para os contextos de intensificação e predicação.

('não inteligente') (68c), enquanto *leuk* pode manter seu significado subjetivo ('agradável'), mesmo quando o escopo da negação recai sobre a qualidade (68b):

(68) Holandês flamenco (DE SMET; VERSTRAETE, 2006, p.377)

- a. Wees gerust, mijn zus is geen domme advocaat. Ze is een beeldhouwster.
'Não se preocupe, minha irmã não é uma maldita advogada. Ela é uma escultora.'
- b. Helaas, mijn zus is geen leuke advocaat. De getuigen zijn altijd als de dood voor haar.
'Infelizmente, minha irmã não é uma advogada agradável. As testemunhas sempre têm medo dela.'
- c. Wees gerust, mijn zus is geen domme advocaat. Ze heeft nog nooit een zaak verloren.
'Não se preocupe, minha irmã não é uma advogada burra. Ela nunca perdeu um caso.'

Diferentemente dos testes de gradação, intensificação e predicação, o teste de negação não revela restrições sintáticas para o modificador de Propriedade Lexical. No exemplo a seguir, a negação incide somente sobre o adjetivo *former* 'antigo', o que fica claro ao se dizer que a pessoa em questão ainda é vizinha do falante:

(69) He is not a former martial artist. He still IS a martial artist.⁴²
'Ele não é um ex-lutador. Ele ainda É um lutador'

A negação de uma propriedade indica a falsidade da existência dessa propriedade. Ao dizer que o indivíduo não é um *antigo lutador*, o falante afirma que a propriedade *antigo* não se aplica à propriedade de *ser lutador*. Entendendo-se a qualificação subjetiva como um uso performativo, ou seja, que traz à existência uma posição de comprometimento com relação à avaliação realizada, seria estranho se o

⁴² <http://forum.mixedmartialarts.com/thread/2201033/Joe-Rogan-Pic>

falante pudesse ao mesmo tempo negar a existência dessa propriedade. Assim, a possibilidade de negação de um adjetivo indica o caráter não-performativo da avaliação, portanto, não ligada ao falante no momento da enunciação.

Assim como a negação, a interrogação também cria um distanciamento do falante com relação à avaliação. Por meio da interrogação, o falante exprime seu desconhecimento a respeito das informações contidas no enunciado. Podemos perceber que, mais uma vez, somente os modificadores de Subato Referencial não são afetados pela interrogação:

- (70) A: Is he a former neighbour?
'Ele é um antigo vizinho?'
- B: No, he is a current one.
'Não, ele é um vizinho atual'
- (71) A: Is he a tall person?
'Ele é uma pessoa alta?'
- B: No, he is a short one.
'Não, ele é baixo'
- (72) A: Is he a damn lawyer?
'Ele é um maldito advogado?'
- B1: No, he is a teacher.
'Não, ele é um professor'
- B2: ?No, he is very pleasant.
'Não, ele é muito agradável.'

Como se pode observar, em (70) e (71), o questionamento se refere à propriedade expressa pelo adjetivo, ou seja, o falante afirma desconhecimento sobre a aplicabilidade das qualidades *antigo* e *alta*. O escopo da interrogação pode ser mais bem percebido pelo contraste existente na resposta do interlocutor: não se trata de um vizinho antigo, mas um atual; não se trata de uma pessoa alta, mas uma pessoa baixa.

Diferentemente, em (72), o questionamento não se refere à propriedade *maldito*, mas sim à designação *advogado*, o que fica evidente na resposta do interlocutor, que pode somente discordar informando outra profissão.

Ainda que alguns adjetivos qualificativos, como *alto*, *bonito* ou *agradável*, possam ser interpretados como subjetivos, por dependerem da avaliação do falante, essas qualificações não apresentam características gramaticais que indiquem o seu atrelamento ao falante, diferentemente dos modificadores de Subato Referencial, que apresentam restrições sintáticas que refletem seu caráter subjetivo. Assim, para a GDF, proponho a seguinte classificação dos modificadores nominais subjetivos e objetivos:

Camada	Subjetivo	Objetivo
Nível Interpessoal - Subato Referencial (R)	+	-
Nível Representacional - Indivíduo (x)	-	+
Nível Representacional - Propriedade Lexical (f)	-	+

Quadro 5 - Proposta de classificação dos modificadores nominais adjetivos em subjetivo e objetivo para a GDF

4.2.2 A adjetivação na expressão da subjetividade em língua portuguesa

Para Neves (2011), os adjetivos, no português, podem ser divididos em *qualificadores* e *classificadores*. Os qualificadores atribuem ao nome uma determinada propriedade ou qualificação dependente de julgamento pessoal e podem ocorrer pospostos ou antepostos:

(73) Português (NEVES, 2011, p. 202, adaptado):

a. um bonito homem

b. um homem bonito

Ainda de acordo com Neves (2011), os adjetivos classificadores são normalmente pospostos e são considerados denominativos e não predicativos, porque denominam uma subclasse. Esses adjetivos são de caráter não-vago e, em geral, correspondem a uma construção *de+nome*, que ocupa a mesma posição desses adjetivos:

(74) Português (SILVA, 2004, p. 36, adaptado):

a. carne bovina (de boi)

b. política nacional (da nação)

Ainda segundo Neves (2011, p. 203, grifo da autora), "a anteposição dos **adjetivos qualificadores** marca a interveniência de uma avaliação subjetiva do falante na qualificação efetuada", enquanto os adjetivos pospostos dizem respeito a propriedades intensionais, ou seja, descrições objetivas. Para a autora, em casos como (73a), o adjetivo seria considerado subjetivo, ou seja, não haveria uma qualificação intensional.

Esse posicionamento da autora faz sentido, a princípio, se considerarmos casos como (73), em que o adjetivo em questão expressa uma qualidade abstrata, de avaliação pessoal. Contudo, a anteposição não necessariamente significa um uso não intensional, como se pode observar no uso de adjetivos como *rico*:

(75) Português (NEVES, 2011, p. 207, grifo da autora):

A família grande e conflitante do **RICO comerciante** de Pecado Capital agora é pobre, mas continua grande e conflitante.

A autora denomina esse uso de *apreciativo*, em contraste com usos descritivos como o seguinte:

(76) Português (NEVES, 2011, p. 207, grifo da autora)

Ele é um **raro homem RICO** que não ostenta a riqueza.

Em ambos os casos, a questão ainda é financeira, havendo, portanto, a qualificação intensional.

Neves (2011) propõe ainda a distinção entre adjetivos de posição livre, como *rico*, de posição fixa, como *bovino*, e de posição relevante, como *pobre*, em que o adjetivo expressa um significado diferente dependendo de sua posição.

(77) Português (internet⁴³)

Ninguém pode ajudar este pobre rapaz? Ele não é nada fotogênico...

No caso do exemplo acima, trata-se claramente de uma manifestação de simpatia do falante, sem descrever sua situação econômica. Caso o adjetivo fosse posposto, isto é, *rapaz pobre*, a expressão de simpatia seria apenas recuperável por meio de uma inferência. Compare-se este exemplo com os exemplos (75) e (76), em que, em ambas as posições, o adjetivo ainda remete à condição financeira do indivíduo sendo modificado.

⁴³<http://sorisomail.com/videos-comicos/249048.html>

Neves (2011), ainda cita dois outros exemplos de adjetivos que apresentam significados distintos de acordo com a posição relativa ao substantivo, a saber, os adjetivos *grande* e *velho*.

Português (NEVES, 2011, p.203, adaptado)

- (78) Enrolei o lenço grande na mão esquerda (lenço de tamanho grande)
b. Não deixarei grande coisa (coisa de grande valor)
- (79) a. Quem me contou foi um homem velho (homem de idade avançada)
b. Apresento-te um velho amigo (uma amizade de longa data ou um bom amigo)

Contudo, ser uma avaliação pessoal não significa necessariamente tratar-se de uma expressão de Subjetividade Gramatical. Para isso, é necessário que o falante se comprometa com relação a essa avaliação, de modo que esse comprometimento se reflita no comportamento sintático, não podendo estar sob o escopo da negação e da interrogação. Podemos observar, nas ocorrências a seguir, extraídas da internet, que a negação incide sobre a entidade em questão e não sobre a avaliação de simpatia.

- (80) Um toque diferente é que você não é um **pobre** cidadão normal e indefeso que acaba aprendendo a se virar, como é comum nesse tipo de trama. Aqui você faz parte de um esquadrão especializado em conter ameaças...⁴⁴
- (81) Você não é um **pobre** apaixonado, você é apenas uma criança covarde com medo do escuro.⁴⁵
- (82) Este, diferentemente de outros contos, não é um **pobre** velho infeliz, mas um feroso senhor.⁴⁶
- (83) [falando sobre Leonardo Boff] Você não é um **pobre** trabalhador braçal que vai perder com a concorrência dos haitianos. Não é mesmo?⁴⁷

⁴⁴<http://www.nerdmaldito.com/2015/08/breach-clear-deadline-equipe-tatica.html>

⁴⁵<http://subentenda.donageo.com.br/2013/12/13/amor-nao-e-motivo/>

⁴⁶<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/contosfadapsicanalisechui.html>

Em (80) não se trata de um cidadão normal, mas sim de um membro de um esquadrão especializado. Podemos observar que a manifestação de simpatia ainda é realizada: o cidadão normal é digno de simpatia. O mesmo vale para as ocorrências (81), (82) e (83): um apaixonado merece simpatia, uma criança covarde não mereceria; um pobre velho infeliz merece simpatia, um fioso senhor não merece; um trabalhador braçal merece simpatia, um intelectual, como é o caso de Leonardo Boff, não merece.

Os adjetivos *grande* e *velho* antepostos, por outro lado, parecem ser mais compatíveis com a negação em comparação com o adjetivo *pobre* anteposto. Nas ocorrências a seguir, podemos perceber que o adjetivo *grande* (86) aparece no contexto em que o falante descreve pela primeira vez a entidade em questão (não sendo, portanto, uma resposta à fala de outra pessoa), assim como o adjetivo *velho*, em (87), também figura em uma descrição.

(84) Apenas 4 das 12 primeiras partidas, vamos enfrentar times de playoffs, sendo 2 contra o Dallas que perdeu Ellis/Chandler e vem com 2 jogadores vindo de lesões graves (Matthews/Parsons). Uma contra o Nets que **não** é um **grande** time e outra contra o Heat que tem um time forte.⁴⁸

(85) Kemp **não** é um **velho** amigo e nem sócio de Griffin mas apenas um conhecido.⁴⁹

Há, portanto, uma diferença no comportamento dos adjetivos *maldito*, *pobre*, *grande* e *velho* em relação à negação. A negação dos adjetivos *maldito* e *pobre* recai sempre sobre a entidade em si e não sobre a propriedade, enquanto os adjetivos *grande*

⁴⁷<http://tribunadainternet.com.br/quao-humana-e-a-nossa-sociedade-com-a-solidariedade-aos-haitianos/>

⁴⁸http://www.lakersbrasil.com/site/noticias/2015/08/nba_divulga_calendario_da_proxima_temporada

⁴⁹[https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Homem_Invis%C3%ADvel_\(filme\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Homem_Invis%C3%ADvel_(filme))

e *velho*, mesmo antepostos, podem figurar em descrições em que a propriedade é negada. Entendendo-se o comprometimento como um tipo de ação performativa, a possibilidade de negação indica que o adjetivo em questão não traz à existência um julgamento pessoal do falante, uma vez que não é possível trazer à existência algo e, ao mesmo tempo, negar sua existência.

Essa diferença no comportamento sintático pode ser correlacionada a uma diferença semântica nesses adjetivos. Podemos perceber, por exemplo, que o possível significado de *bom* do adjetivo *velho* (um *velho amigo* pode ser um *bom amigo*) não se refere, na ocorrência (85), à relação entre o falante e o indivíduo em questão, mas a dois indivíduos descritos pelo falante. Da mesma forma, o adjetivo *grande*, em (84), parece ter o mesmo significado que *forte* em *time forte*, ou seja, um time que vence jogos e tem jogadores competentes, um significado, portanto, que se refere mais às propriedades da entidade do que à relação entre o falante e essa entidade. Perceba-se também que o time qualificado como *grande* não é o time para o qual torce o falante, o que é evidenciado pelo uso da primeira pessoa do plural: "Vamos enfrentar o Nets". Em contrapartida, nos usos de *pobre* anteposto, a relação de empatia expressa pelo adjetivo é estabelecida entre o falante e a entidade em questão, como pode ser observado nas ocorrências (80) a (83).

Como vimos anteriormente, outro teste para verificarmos o comprometimento do falante é o teste de interrogação, segundo o qual modificadores subjetivos não podem atuar sob o escopo da interrogação, uma vez que por meio da interrogação o falante admite seu desconhecimento sobre a informação desejada. Embora a interrogação seja muito rara com modificadores pré-nominais, esse teste estabelece uma

diferença entre os adjetivos *velho* e *grande*, que mantêm o seu significado abstrato, e *pobre* que expressa condição financeira:

(86) Mulher.....o amor e você...são velhos conhecidos?⁵⁰

(87) São Caetano é um grande time?⁵¹

(88) José, Pai de Jesus, era um humilde e pobre Carpinteiro?⁵²

Em (86) ainda se pode caracterizar o amor como um conhecido querido, e, em (87), o falante quer saber se o São Caetano é um time importante e não se tem muitos jogadores. Já em (88), o adjetivo *pobre* somente pode significar "sem condições financeiras".

O significado de condição financeira de (88) fica evidenciado pela coordenação com o adjetivo *humilde*. De acordo com Dik (1997, p. 192, grifo nosso), "membros da coordenação devem ser *funcionalmente equivalentes*". O autor ainda esclarece que *funcionalmente equivalente* nesse contexto significa realizar as mesmas funções pragmáticas, semânticas e sintáticas. Como o adjetivo *humilde* desempenha a função de modificador de Indivíduo, o adjetivo *pobre* não pode figurar na coordenação com a função de modificador de Subato Referencial.

Além disso, o significado de *pobre* como "sem dinheiro" é explicitado pelo autor do enunciado, logo em seguida, com a expressão "trabalhar fazendo banquinhos", que retrata uma profissão de baixa renda:

⁵⁰ <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090428132934AANrU98>

⁵¹ <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20120819184159AADkr6X>

⁵² <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20140729145708AA5BMui>

(89) O que é mais provável? 1) José era pobre [e] trabalhava fazendo banquinhos de madeira para ganhar a vida. 2) José era uma das pessoas com maior conhecimento místico de seu tempo...⁵³

A interrogação também não pode ter escopo sobre o adjetivo *maldito*. O único exemplo encontrado em que a interrogação recai sobre o sintagma nominal é uma interrogação indireta, mas, mesmo assim, a dúvida não se refere a uma qualidade, mas sobre a própria designação do referente:

(90) Você é um maldito comunista, é?⁵⁴

A ocorrência acima poderia facilmente ser parafraseada como "Você é um maldito comunista?", mas a interrogação continuaria a se referir somente à designação: o falante não quer saber se o indivíduo em questão é um "maldito", ou se os comunistas são malditos, mas sim, se o indivíduo é um comunista e, ao mesmo tempo, expressa sua antipatia pelos comunistas.

O estatuto do adjetivo pré-nominal como modificador de Subato Referencial somente pode ser de fato confirmado por sua possibilidade de restrição a nomes próprios e pronomes. Isso é válido para adjetivos como *pobre*, *maldito* e *grande*, mas não para *velho*, por exemplo, que somente pode acompanhar nomes próprios quando o adjetivo é o núcleo do sintagma, sendo o nome próprio um aposto:

(91) afinal qual é o velho que não reclama demais, dizem tantos filhos impacientes...

O velho João, porém, era diferente.⁵⁵

⁵³idem 53

⁵⁴AZEVEDO, Tom. *À moda boi*. Joinville: Clube de Autores, 2008.

Nessa ocorrência, a entidade é designada pela propriedade *velho*, sendo acompanhada pelo aposto *João* - trata-se de diversos indivíduos *velhos* e, depois, em particular, um chamado *João*. Note-se, também, que *velho*, neste caso, mantém seu significado objetivo, indicando a idade, o que não ocorre com o adjetivo *grande*, por exemplo:

(92) Grande José Rico, grande artista,⁵⁶

Nesse caso, *grande* não se refere ao tamanho do indivíduo, mas à sua importância, ou ainda, pode expressar o afeto positivo do falante com relação ao indivíduo em questão.

Também o uso de *maldito* significando a expressão de um posicionamento negativo também pode se aplicar a nomes próprios:

(93) Mesmo se ela levasse o maldito George Bush pra algum lugar eu não daria a mínima!⁵⁷

Há, portanto, uma variação no comportamento gramatical dentro da categoria dos adjetivos, mais especificamente, nos adjetivos pré-nominais. O teste de negação indicou o comprometimento somente para os adjetivos *maldito* e *pobre*, cuja negação recai somente sobre a entidade, diferentemente dos adjetivos *grande* e *velho*, cuja negação pode recair sobre a propriedade. O teste de interrogação, por sua vez, mostrou

⁵⁵<http://www.knobel.com.br/site/o-velho-joao/>

⁵⁶<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-grande-arte-de-jose-rico-criador-de-um-dos-maiores-fenomenos-da-musica-brasileira/>

⁵⁷<http://www.blogdotioben.com.br/2013/08/10-noticias-da-semana-que-nao-mudaram.html>

que, nas raras ocasiões em que o adjetivo pré-nominal é utilizado em contextos interrogativos, o adjetivo *maldito* não está sob o escopo da interrogação, o adjetivo *pobre* somente pode ser utilizado no sentido financeiro e os adjetivos *grande* e *velho* podem ser utilizados sem alteração em seu sentido.

Foi observado também que, dos quatro adjetivos analisados (*velho*, *grande*, *pobre* e *maldito*), apenas o adjetivo *velho* não pode modificar nomes próprios, ou seja, não se trata de um modificador de Subato Referencial.

A princípio, deveríamos excluir o adjetivo *grande* das formas de expressão subjetivas, uma vez que esse adjetivo não apresenta características gramaticais que reflitam o comprometimento do falante, e, com isso, seria lógico concluir que a modificação de Subato Referencial não necessariamente seria uma forma de expressão da subjetividade gramatical. Contudo, é necessário observar que há uma distinção fundamental entre os diversos sentidos que o adjetivo *grande* pode exprimir.

No enunciado *Grande José Rico*, o adjetivo *grande* pode tanto significar *importante* como *querido*. No caso da avaliação de *querido*, há uma ligação emocional entre o falante e a entidade em questão. Em contextos negativos e interrogativos, como em "O Nets não é um grande time" e "O São Caetano é um grande time?", o sentido de *querido* não é apropriado. Em vez disso, o sentido é o de *time bom*, *competente*, ou *bem-sucedido*. Nesses casos, a importância não é para o falante, que obviamente torce para outro time, mas uma qualidade objetiva, levando, inclusive, o falante a perguntar a outras pessoas sua opinião.

Dessa forma, é possível afirmar que somente quando expressa uma avaliação emotiva o adjetivo *grande* pode ser considerado um modificador de Subato Referencial

e, nesses casos, os testes de negação e interrogação confirmam sua expressão de Subjetividade Gramatical. Além disso, o sentido de *querido* deve se referir à relação entre o falante e outra entidade, uma vez que o Subato de Referência é uma ação de evocação e não de designação. Em outras palavras, a modificação do Subato de Referência trata do modo como a entidade é evocada, diferentemente da modificação de Indivíduo e Propriedade Lexical, que tratam da representação de entidades do mundo (real ou imaginário), criando subtipos de entidades ou especificando propriedades.

A modificação de Subato de Referência, portanto, mostra ser efetivamente uma forma de expressão de Subjetividade Gramatical, sendo codificada em português por adjetivos como *maldito*, *pobre* e *grande*.

4.3. Advérbios avaliativos

4.1.3 A subjetividade na avaliação adverbial

Hengeveld (1997) define advérbio como "um modificador lexical de um núcleo não-nominal". Essa definição permite três distinções importantes: primeiramente, o advérbio é um *modificador* no sentido de que ele ocupa uma posição sintática não obrigatória, o que o distingue de elementos argumentais; em segundo lugar, ao defini-lo como *lexical*, o autor distingue o advérbio de construções sintáticas adverbiais (ex: *rapidamente* vs. *de maneira rápida*); por fim, ao defini-lo como um modificador de um *núcleo não-nominal*, o autor distingue a categoria do advérbio da categoria do adjetivo. O núcleo não-nominal pode ser tanto um único elemento lexical, como um adjetivo (94), como uma sentença completa (95).

Inglês (HENGEVELD, 1997, p.122)

(94) an extremely intelligent boy
'um rapaz extremamente inteligente'

(95) Frankly, I don't like you.
'Francamente, eu não gosto de você'

Uma das formas de expressão subjetiva dos advérbios, como já vimos, é a de modal epistêmico subjetivo, orientado para a camada do Conteúdo Proposicional (p). Outra possível forma de expressão de subjetividade, proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), é o advérbio avaliativo, orientado para o Conteúdo Comunicado (C) e para o Subato Atributivo (T).

Esses advérbios são entendidos como subjetivos por apresentarem uma avaliação positiva ou negativa de um conteúdo cuja origem somente pode ser atribuída ao falante. No exemplo abaixo, *felizmente* exprime uma avaliação do falante sobre o conteúdo "estou com ótima saúde". Caso a avaliação fosse questionada, algo como "para quem isso é algo positivo?", a resposta somente pode ser "para o falante", caso contrário, algum tipo de marca seria necessária, como "Felizmente para minha família", ou ainda "De acordo com X, felizmente...".

(96) Português (internet⁵⁸)
Felizmente, estou com ótima saúde.

⁵⁸<http://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/manoel-carlos-afirma-felizmente-estou-com-otima-saude-nada-me-impede-de-trabalhar-12780416>

O mesmo ocorre com advérbios na camada do Subato Atributivo:

(97) Português (internet⁵⁹)

Mais tocante para mim, que já tirei um carço, felizmente benigno [...]

Esses usos contrastam com usos do advérbio com função de modificador de maneira, que especificam o modo como uma ação é realizada e atuam na camada da Propriedade Lexical (f):

(98) Português (internet⁶⁰)

– Estou solteiro. – sorri.

– Mas, saiu algumas fotos, não? – e assim que o apresentador falou, apareceu [sic] algumas fotos dela, dançando **felizmente** comigo em uma balada que ela mesma escolheu para ir.

– Uma amiga minha. – falei, tentando desmentir esse boato, um boato que era verdade.

Nessa ocorrência, *felizmente* descreve a maneira como a pessoa dançava, não se tratando de uma expressão sobre a avaliação do falante. Perceba-se que, nesse contexto, o advérbio *felizmente* seria mais bem parafraseado pelo advérbio *alegremente*, que parece ser mais comum do que o advérbio *felizmente*, nesse sentido.

É importante ressaltar que os advérbios avaliativos apresentam propriedades gramaticais distintas de sua contraparte objetiva: esses advérbios ocupam, em geral, uma posição periférica, no início ou no final da oração (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 315).

Como vimos anteriormente, os contextos negativos e interrogativos entram em conflito com a performatividade das formas subjetivas. Da mesma forma que os

⁵⁹ <http://aboutmeandsometimestherestoftheworld.blogs.sapo.pt/18801.html>

⁶⁰ <http://espacocriativo.net/web/n/nomoresecrets/>

advérbios modais, o advérbio avaliativo não pode ser questionado. Observe-se o estranhamento do exemplo (99), a seguir, um questionamento da ocorrência (96):

(99) ? Felizmente, estou com ótima saúde??

Percebe-se, nesse exemplo, um comportamento bastante semelhante ao do modalizador subjetivo epistêmico, no qual há um efeito de "eco", como se o falante estivesse repetindo a fala anterior de seu interlocutor. Esse comportamento mostra que a avaliação representada pelo advérbio avaliativo é necessariamente de responsabilidade do falante. Veja-se no exemplo (100), adaptado de (98), que, ao contrário, o uso objetivo pode ser questionado:

(100) apareceram umas fotos dela, dançando felizmente [alegremente] comigo em uma balada?

Nesse caso, trata-se de uma dúvida legítima do falante, que não sabe se o indivíduo em questão dançava de forma alegre ou não, se dançava, ou se realmente apareceram algumas fotos. Qualquer uma dessas três interpretações parece ser legítima.

Da mesma forma, o advérbio *felizmente* parece não atuar sob o escopo da negação da mesma forma que o advérbio *alegremente*. Observem-se os seguintes exemplos:

(101) Ela não dançava alegremente, mas sim dançava de forma apática.

(102) Infelizmente, não consegui flagrar a cena.

Uma distinção fundamental se estabelece entre os dois casos. A negação do advérbio de maneira *alegremente*, em (101), não necessariamente implica em seu oposto, *tristemente*. O indivíduo em questão poderia estar dançando de forma neutra. Dessa forma, podemos dizer que a propriedade está sendo negada, ou seja, posta como não existente. Por outro lado, a negação de *felizmente*, em (102), estabelece necessariamente seu oposto, não podendo haver uma forma neutra que sirva de paráfrase, como ocorreu no exemplo (101). Assim, a negação de *felizmente* não entra em conflito com a performatividade da avaliação realizada, ou seja, não nega sua existência.

Dessa forma, os testes de interrogação e negação confirmam o estatuto subjetivo do advérbio modificador de Conteúdo Comunicado, sendo a interrogação incompatível com esse advérbio e a negação compatível, mas causando um efeito distinto de sua contraparte representacional (advérbios de maneira (f)).

4.3.2 A avaliação adverbial na expressão da subjetividade em língua portuguesa

Na análise do uso dos advérbios avaliativos no corpus, o único advérbio encontrado foi *(in)felizmente*. No segmento abaixo, podemos observar que o falante qualifica por meio do advérbio uma situação que ele considera negativa, o fato de algumas pessoas confundirem a aparência da escola com a qualidade de ensino:

(103) as pessoas às vezes... **Infelizmente** nesse país... tem PAis mães pessoas que vive... que:: são orgulhosos né? então eles vê uma faCHAda muito grande numa escola então eles vão por aquela fachada né? [Doc.: uhum ((concordando))].... e se enganam (inint.) depois acabam vin(d)o aqui... mas prime(i)ro vão pra aquela fachada linda eNORme que gasta uma fortuna... e lá dentro o ensino num num

num é aquele ensino... aí depois elas acaba vin(d)o aqui... (AC-139; DE: L. 406-411)

Como vimos na análise realizada na seção anterior, o advérbio modificador de Conteúdo Comunicado apresenta características gramaticais que refletem o comprometimento da avaliação, como a impossibilidade de operar sob o escopo da interrogação.

Outros advérbios avaliativos que também podem servir à expressão da subjetividade são *estranhamente* e *misteriosamente*. Esses advérbios também não podem atuar sob o escopo da interrogação:

- (104) a. Funcionam no Brasil, estranhamente, dois Ministérios da Agricultura.⁶¹
b. *Funcionam no Brasil, estranhamente, dois Ministérios da Agricultura?
- (105) a. Misteriosamente, Taylor Swift pede desculpas para Nicki Minaj⁶²
b. * Misteriosamente, Taylor Swift pede desculpas para Nicki Minaj?

Da mesma forma que o advérbio *felizmente*, a negação desses advérbios também estabelece um pólo oposto na avaliação, não havendo possibilidade da negação da avaliação em si:

- (106) A criança provavelmente terá uma baixa autoestima, viverá com medo, terá a percepção do mundo como um lugar hostil, terá muita dificuldade em confiar nas pessoas e, **não estranhamente**, poderá maltratar seus próprios filhos.⁶³
- (107) A CPI da Petrobrás, também não tomará marcha, pois mesmo a oposição, **não misteriosamente**, tem pouco interesse na elucidação.⁶⁴

⁶¹<http://www.milkpoint.com.br/seu-espaco/espaco-aberto/agronegocio-familiar-73444n.aspx>

⁶²<http://www.superpride.com.br/2015/07/misteriosamente-taylor-swift-pede-desculpas-para-nicki-minaj.html>

⁶³ <http://amenteemaravilhosa.com.br/pais-que-batem-nos-seus-filhos/>

⁶⁴ <http://gustavorceda.jusbrasil.com.br/noticias/114911809/a-nova-acao-revisional-do-fgts-ministerio-publico-federal-opina-pela-procedencia-da-acao>

Essas avaliações estabelecem um contraste entre as noções de esperado e inesperado. Perceba-se que esse contraste não necessariamente é encontrado na negação do advérbio de maneira *estranhamente*:

(108) Ela não dançava estranhamente. Ela dançava magnificamente.

Assim, os testes de interrogação e negação também se aplicam a esses advérbios.

É importante frisar que, embora o foco da análise tenha sido os advérbios, os modificadores de Conteúdo Comunicado atitudinais também podem ser expressos por locuções adverbiais como *por sorte*, que não pode ser utilizada em interrogações, nem ser negada:

(109) A Justiça brasileira é energúmena e insensível, por sorte ainda encontramos bons e diligentes advogados...⁶⁵

(110) *Por sorte ainda encontramos bons e diligentes advogados?

(111) *Não por sorte encontramos somente advogados incompetentes e preguiçosos.

O tipo de contraste realizado pela negação de *infelizmente* e outros advérbios modificadores de Conteúdo Comunicado é expresso na locução *por sorte* por meio da substituição pela locução *por azar*.

(112) Por azar, encontramos somente advogados incompetentes e preguiçosos.

⁶⁵ <https://flitparalisante.wordpress.com/2016/01/23/a-justica-brasileira-e-energumena-e-insensivel-por-sorte-ainda-encontramos-bons-e-diligentes-advogados-parabens-ao-dr-pericles-aparecido-rocha-silvestre/>

Em língua portuguesa, portanto, a subjetividade gramatical pode ser expressa por modificadores avaliativos de Conteúdo Comunicado, expressos por advérbios, como *(in)felizmente, estranhamente e misteriosamente*, e locuções adverbiais, como *por sorte*.

4.4. Advérbios modificadores de Ilocução

4.4.1. A subjetividade nos advérbios modificadores de Ilocução

Um outro possível uso subjetivo do advérbio é a modificação da Força Ilocucionária (F). Da mesma forma que os advérbios das camadas do Conteúdo Comunicado e Subato Atributivo, à primeira vista, o advérbio da camada (F) informa-nos algo sobre o falante:

(113) Português (internet⁶⁶)

Se te ofendi, **sinceramente** peço desculpas, caríssimo Luciano.

Nesses usos, a sinceridade somente pode ser atribuída ao falante e, por esse motivo, a modificação de Ilocução poderia ser entendida como subjetiva.

O núcleo da camada da Ilocução não precisa ser lexical, como no exemplo (113), acima, podendo ser também um núcleo abstrato (114):

(114) Português (internet⁶⁷)

Sinceramente, estou feliz!

No exemplo (114), o núcleo da Ilocução é abstrato, isto é, expresso por meios não lexicais, recebendo na GDF a representação em (116), enquanto no caso de núcleos lexicais como (113), a representação é dada em (115):

⁶⁶<http://jornalggn.com.br/blog/lucianohortencio/sergio-bittencourt-pede-perdao-a-sua-mae-adylia>

⁶⁷ <http://www.blogdorodrigoferraz.com.br/v1/2015/05/04/ederlane-amorim-sinceramente-estou-feliz/>

(115) (F_i: peço desculpas (F_i): sinceramente (F_i))

(116) (F_i: DECL (F_i): sinceramente (F_i))

O advérbio *sinceramente* também pode funcionar como advérbio de maneira, na camada da Propriedade Lexical (f) e, nesse caso, não deve ser considerado uma forma de expressão da Subjetividade Gramatical:

(117) Português (internet⁶⁸)

Em entrevista para a revista Marie Claire divulgada essa semana, a cantora Miley Cyrus falou **sinceramente** sobre os problemas emocionais que teve durante a época em que atuava na série Hannah Montana

Da mesma forma que os advérbios modalizadores (cf. 4.1.), os advérbios modificadores de Ilocução não podem ser negados, o que fica claro dada a ausência de formas como *insinceramente* e *infrancamente*, ou mesmo de construções como *não sinceramente* ou *não francamente*.

O advérbio modificador de Ilocução parece ser empregado como uma estratégia de manutenção da interpretação realizada pelo seu interlocutor: se o falante acredita que há motivos para que sua fala seja interpretada como insincera ou desonesta, ele utiliza o advérbio para sinalizar explicitamente que está dizendo a verdade, comprometendo-se, assim, com o seu dizer. Uma vez que o objetivo da mentira é enganar o interlocutor, o falante não teria motivos para sinalizar explicitamente sua falta de sinceridade.

Por outro lado, o motivo da incompatibilidade pode ser considerado o mesmo daquela encontrada nos advérbios de Conteúdo Comunicado e nos adjetivos subjetivos:

⁶⁸<http://www.mundotkm.com/br/hot-news/51029/miley-cyrus-diz-que-hannah-montana-causou-problemas-em-seu-corpo>

a negação, a princípio, implica a inexistência da propriedade, o que seria incompatível com itens performativos, cujo uso traz à existência uma ação.

Também vimos, anteriormente, que a interrogação é outro contexto incompatível com formas performativas, uma vez que itens subjetivos nesses contextos são inaceitáveis ou geram um efeito ecóico no enunciado.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), em enunciados interrogativos, o advérbio pode ser interpretado como uma indicação de uma atitude do falante ou pode ser dirigido ao interlocutor, requerendo dele um tipo específico de ato de fala:

(118) Inglês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 82)

Frankly, why did you do it?
'Francamente, por que você fez isso?'

Ainda de acordo com esses autores, a interrogação acima pode ser interpretada como "Eu te pergunto francamente por que você fez isso" ou "Eu peço que você me diga francamente por que fez isso"⁶⁹. É necessário enfatizar que em nenhuma dessas leituras o falante afirma seu desconhecimento sobre a avaliação realizada, ou seja, não coloca a franqueza em dúvida, o que poderia ser parafraseado por enunciado como "Eu não sei se estou sendo franco ao dizer/perguntar X".

Percebe-se, entretanto, uma diferença entre o comportamento do advérbio modificador de Ilocução e os modais epistêmicos subjetivos no contexto interrogativo, por exemplo. No caso da modalidade epistêmica subjetiva, observou-se que essa modalidade pode ocorrer em contextos interrogativos, mas nesses casos a

⁶⁹"*I ask you frankly why you did it*" e "*I ask you to tell me frankly why you did it*"

responsabilidade pela avaliação modal é transferida para o interlocutor, havendo um tipo de efeito de "eco". Repetimos o exemplo de interrogativa na ocorrência (119), a seguir:

(119) Com certeza a gente conseguiria alguma coisa?

Nesse exemplo, existe uma avaliação modal, cuja responsabilidade é transferida em contextos interrogativos, sendo o interlocutor o responsável pela avaliação modal. Diferentemente, com os advérbios modificadores de Ilocução, em uma das leituras do contexto interrogativo, o falante pede ao seu interlocutor que seja sincero. Essa diferença pode ser mais bem compreendida em termos de uma distinção entre *produção* e *reprodução*: enquanto o uso de *sinceramente* em uma interrogação é uma avaliação relativamente "original" *produzida* pelo falante, o uso de *com certeza* em uma interrogativa *reproduz* a avaliação originalmente realizada por seu interlocutor.

Essa diferença pode ser explicada de duas formas: primeiramente, o modificador de Ilocução, como o indica o nome, tem escopo sobre a Ilocução - é a própria forma de dizer que está sendo modificada: eu digo/pergunto de modo franco; eu pergunto requerendo franqueza. Portanto, a interrogação não afeta o advérbio, é o próprio advérbio que afeta a interrogação.

A segunda forma é adotando o conceito de intersubjetividade. Para Traugott (2011, p. 31), o conceito de intersubjetividade se refere à "expressão da consciência do sujeito locucionário das atitudes e crenças de seu interlocutor"⁷⁰. Na análise da negação

⁷⁰ the locutionary agent's expression of his or her awareness of the addressee's attitudes and beliefs

vimos que o falante não tem motivo para usar o advérbio para expressar insinceridade porque seria ilógico mentir para o interlocutor e ao mesmo tempo dizer explicitamente que se está mentindo. Isso significa que a avaliação é voltada para o interlocutor e, sendo assim, o questionamento não se refere a uma dúvida do falante sobre sua própria avaliação, mas sim a um pedido direcionado ao interlocutor.

Mesmo havendo essa diferença, o importante é observar que, em nenhum desses contextos de uso do advérbio modificador de Ilocução, o falante coloca em dúvida sua própria avaliação, nem nega a existência dela, ou seja, o falante compromete-se com a avaliação realizada, levando à classificação dessa forma de expressão como Gramaticalmente Subjetiva.

4.4.2 A modificação da Ilocução na expressão da subjetividade em língua portuguesa

No cópua, encontramos ocorrências como (120a), abaixo, em que, sob o escopo da interrogativa (120b), há ambiguidade de interpretação:

- (120) a. sinceramente:: o nosso país está precisando de bons políticos (AC-035; RO: L. 483)
b. sinceramente, o nosso país está precisando de bons políticos?

Em (120b), poderíamos interpretar a questão como "estou sinceramente interessado em saber se o país está precisando de bons políticos" ou "eu quero que você responda sinceramente se o país está precisando de bons políticos".

Outras ocorrências, no entanto, parecem não admitir o uso com interrogativas, como em (121b), abaixo:

- (121) a. então a gente acredita que deve tê(r) cobras maiores lá por isso que... eu sinceramente... não vô(u)... [ao sítio](AC-086; DE: L. 293-294)
b. ? eu sinceramente não vou?

Possivelmente, o estranhamento do enunciado (121b) se deve ao aspecto habitual expresso pelo tempo verbal presente do indicativo, que marca o evento como já realizado. Como evento já realizado e envolvendo o falante, trata-se de um conhecimento já adquirido pelo falante, não necessitando, portanto, de uma expressão de sinceridade, nem do falante, nem de seu interlocutor. Perceba-se que esse estranhamento é diferente do efeito que normalmente ocorre com advérbios de Ilocução, em que há um direcionamento ao falante, assemelhando-se mais ao que ocorre com modais subjetivos, em que há um efeito ecoico no enunciado.

No caso da ocorrência (121), o envolvimento do falante parece gerar o estranhamento no enunciado interrogativo mais do que a presença do advérbio de Ilocução. Esse fato reforça a ideia de que, no uso de modais subjetivos, adjetivos subjetivos e advérbios de Conteúdo Comunicado, em que há esse efeito ecoico nas interrogativas, encontramos também a presença de um "Eu", ainda que não expresso de forma explícita.

Ao analisarmos o comportamento de itens linguísticos em contextos interrogativos, vemos, portanto, ao menos três tipos diferentes de atuação: i) como os apresentados por modificadores de Indivíduo (x), em que o falante coloca em questionamento a avaliação, mostrando-se, portanto, não comprometido com ela; ii) como os dos modalizadores subjetivos, em que o falante repete o enunciado anterior, por ser incapaz de questionar a própria avaliação, mostrando que, em declarativas, o

falante compromete-se com essa avaliação; e iii) como nos modificadores de Ilocução, em que o item linguístico atua sobre a própria interrogação, ou seja, o item linguístico não pode ser questionado.

De qualquer forma, uma vez que o questionamento da avaliação revela a falta de comprometimento do falante e a avaliação expressa por modificadores de Ilocução nunca pode ser questionada, podemos concluir que esses modificadores expressam um comprometimento do falante, ou seja, trata-se de uma forma de expressão da Subjetividade Gramatical.

Foram buscadas no Córpus, também, outras formas de modificadores de Ilocução, como *francamente* e *honestamente*, mas nenhuma ocorrência dessas formas foi encontrada. Apresento a seguir alguns exemplos extraídos da internet:

(122) Francamente, eu acho que não vai funcionar.⁷¹

(123) Honestamente o Santos merece mais a quarta vaga na liberta que Palmeiras e São Paulo⁷²

Assim como *sinceramente*, esses modificadores também podem ser utilizados em questionamentos, também de modo ambíguo:

(124) Francamente, QUAL O PROBLEMA do atendimento ao cliente do Itaú?⁷³

(125) Honestamente, o que você faz para fazer deste um mundo melhor?⁷⁴

⁷¹ https://www.facebook.com/permalink.php?id=636266016450678&story_fbid=894723473938263

⁷² <http://spaceamigos.com/229114/honestamente-santos-merece-quarta-liberta-palmeiras-paulo>

⁷³ <https://pt-br.facebook.com/itaucaard/posts/766071163429900>

⁷⁴ <http://sabemosdetudo.com/educacao/ask72493->

Honestamente_o_que_voce_faz_para_fazer_desto_um_mundo_melhor.html

Nessas ocorrências também não é possível saber se o falante quer dizer que quer sinceramente saber a resposta ou se quer uma resposta sincera, da mesma forma que o advérbio *sinceramente*.

Também podemos observar que não são possíveis as formas negativas para esses advérbios, como *infrancamente* ou *não francamente*, o que reforça a sua classificação como formas de expressão da subjetividade gramatical. Portanto, em português, advérbios como *sinceramente*, *francamente* e *honestamente* servem à sua expressão.

4.5. Diminutivos

4.5.1. A expressão da subjetividade nos diminutivos

Em Hengeveld e Mackenzie (2008), o diminutivo é tratado somente como um operador qualificacional na camada do Indivíduo (x). No entanto, de acordo com Gonçalves (2006), no português, o sufixo diminutivo *-inho(a)* pode expressar diferentes significados como dimensão (126), apreço (127), despreço (128) e afeto⁷⁵ (129):

Português (GONÇALVES, 2006, p.9)

(126) Como a flor era bem pequena, coloquei-a num vasinho para que ela sobressaísse.

(127) Comprei um carrinho excepcional. Além de bonito, ele corre à beça.

(128) O R. é um tipinho insuportável.

(129) Filhinho, vê se come logo a comidinha.

⁷⁵Como pode ser observado pelos exemplos, o autor diferencia *apreço*, uma avaliação positiva, mas não emocional, e *afeto*, uma avaliação emocional positiva

Excluindo-se o significado de dimensão, esses usos podem, a princípio, ser considerados subjetivos, uma vez que expressam uma avaliação do falante, inclusive, expressando uma avaliação emocional.

Embora fique claro, nos exemplos (126) a (129), que a função do diminutivo seja expressar uma avaliação subjetiva do falante, o significado de dimensão não pode ser totalmente apagado. Em (127), por mais que um carro seja um objeto grande, o carro em questão ainda pode ser considerado pequeno em comparação com outros modelos. Em (129), a questão da dimensão é ainda mais provável, uma vez que, em geral, somente crianças necessitam de incentivo dos pais para comer. Por fim, em (128), embora a palavra *tipo* não se refira a uma entidade concreta, o referente pode ser uma pessoa de baixa estatura.

Como aponta Gonçalves (2006), o significado do sufixo *-inho* é determinado pelo contexto sócio-interacional. Um exemplo oferecido pelo autor mostra mais claramente essa dependência:

(130) Português (GONÇALVES, 2006, p. 10)

Finalmente comprei o livrinho que o professor recomendou. É tão pequeno que cabe no bolso da minha camisa

Nesse exemplo, se tomássemos apenas a primeira sentença, concluiríamos que se trata de uma expressão pejorativa. No entanto, a expressão "tão pequeno" reforça o significado dimensional do sufixo.

Como dissemos anteriormente, para que seja classificada como subjetiva, além de veicular a atitude do falante, a forma de expressão deve apresentar características gramaticais distintas. O fato de sua interpretação subjetiva depender do contexto indica

que não há características formais que possibilitem a distinção de seu uso objetivo. Trata-se, portanto, de um caso de Subjetividade Inerente.

Além desses usos de apreço, desdém ou de afetividade, existe um outro uso subjetivo, que se distingue dos casos apresentados acima por poder ser aplicado a pronomes de primeira pessoa:

(131) Português (internet⁷⁶)
Euzinho estarei lá às 13 horas discotecando.

(132) Português (internet⁷⁷)
Euzinho tentando ser um Doutor da Alegria

Essa combinação com o pronome de primeira pessoa parece ser exclusivamente utilizada como uma estratégia de proteção da face positiva do falante (cf. BROWN; LEVINSON, 1987), pois é utilizada em contextos em que o falante realiza uma promoção de si mesmo. Essa função de polidez, entretanto, é apenas uma consequência do sentido primário da forma em questão, isto é, o desdém, ou, neste caso, a auto-depreciação.

Outra interpretação para esse uso é o significado de reforço de identidade: ao dizer *euzinho*, o falante estaria dizendo algo como "precisamente eu" ou "eu mesmo", em um efeito oposto ao da primeira interpretação, chamando atenção para si.

A possibilidade de combinação com pronomes pessoais indica a atuação dessa categoria no Nível Interpessoal, na camada do Subato Referencial (R). Por se tratar de

⁷⁶<http://rodrigojames.wordpress.com/2005/08/02/euzinho-estarei-la-as-13-horas-discotecando-apare/>

⁷⁷<http://viajamos.com.br/photo/euzinho-tentando-ser-um-doutor?context=user>

pronomes pessoais, esse uso parece servir exclusivamente para qualificar uma instância e não criar uma subcategoria.

O uso com pronome não se limita à primeira pessoa. Com a terceira pessoa, diferentemente da primeira, o diminutivo pode ser usado tanto para depreciação como para a apreciação:

(133) Num é que elazinha voltou mais feia agora....⁷⁸

(134) Banheiro da filhota, clean e prático para elazinha sozinha⁷⁹

Embora mais comum do que seu uso com primeira pessoa, o uso com terceira pessoa ainda é raro. Muitas vezes, a expressão é acompanhada de aspas, indicando a dúvida do falante com relação à sua aceitabilidade.

Em nosso cópuz, nenhum uso de diminutivo em forma pronominal foi encontrado, foram encontrados apenas usos de gradação.

A expressão pronominal do diminutivo é, de fato, bastante rara. Mesmo em uma pesquisa em sites de busca resultaram poucas ocorrências. A baixa frequência desse item não permite uma análise aprofundada de suas características gramaticais.

Assim, não é possível determinar com clareza o estatuto subjetivo gramatical desse item, não pela imprecisão do conceito, mas pela falta de informações gramaticais. Diferentemente do caso dos advérbios modificadores de Ilocução, o diminutivo não apresenta nenhum indício gramatical relevante e, embora pareça expressar uma atitude, essa atitude parece estar ligada ao uso da forma. A única exceção parece ser os casos

⁷⁸ <http://projetodetraveco.blogspot.com.br/2009/09/num-e-que-elazinha-voltou-mais-feia.html>

⁷⁹ <http://www.atelieordenar.com/2012/09/04/executiva-bem-humorada-e-pratica-a-cliente-ganhou-um-apartamento-novo-com-uma-boa-obra-e-a-uma-boa-organizacao-do-ao/025-copy/>

com pronomes pessoais, mas essas ocorrências são raras em língua portuguesa. Sendo assim, podemos concluir, ainda que provisoriamente, que o **diminutivo** se trata de um fenômeno de Subjetividade Inerente e não de Subjetividade Gramatical.

4.6. Verbos de movimento temporal e movimento subjetivo

4.6.1 A subjetividade na indicação de movimento

Traugott (2010), Hopper e Traugott (2003) e Finegan (2005) citam a mudança sofrida pelo verbo de movimento inglês *go*, que passou de item lexical para um item gramatical, como um exemplo de subjetividade. Hopper e Traugott (2003, p.92), baseando-se em Langacker (1990, apud HOPPER; TRAUGOTT, 2003), explicam que o verbo *go*, com a noção de movimento, requer que a direção do movimento esteja ancorada no sujeito e também no ponto de vista do falante, como pode ser observado no exemplo (135), a seguir. Em seu significado gramatical (136), a ancoragem é realizada somente no ponto de vista do falante. Os exemplos são adaptados de Hopper e Traugott (2003, p. 92-93):

(135) He is going to visit Bill.
'Ele está indo visitar o Bill'

(136) It seems as if it is going to rain.
'Parece que vai chover'

Em (135), considerando que o sujeito está a caminho, na representação mental do falante, o movimento é realizado pelo sujeito *ele*, ou seja é ancorado nele, e é um

movimento de partida, para longe do falante, ou seja, é ancorado em seu ponto de vista (para ficar mais claro, considere que, se fosse um movimento para perto do falante, o verbo utilizado seria *coming* - 'vindo').

Em (136), não há um sujeito que se move fisicamente, mas há um evento que é colocado em um ponto distante no tempo em relação ao falante. Portanto, a ancoragem é realizada somente em relação ao ponto de vista do falante.

De acordo com a interpretação de Hopper e Traugott (2003), esse item não expressa uma atitude do falante, mas é considerado subjetivo por se basear exclusivamente em seu ponto de vista. Essa interpretação, entretanto, é relevante apenas em relação ao mapeamento mental realizado pelo falante, algo que foge ao escopo da GDF.

Do ponto de vista da GDF, importa a funcionalidade do item, ou seja, seu papel no funcionamento da língua, e seu comportamento gramatical. No caso da construção *be going to*, seu uso gramatical é classificado por Hengeveld (2011) como um operador de aspecto prospectivo, na camada da Propriedade Configuracional (f). Os operadores de aspecto, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.210), especificam a constituição temporal de um Estado-de-Coisas e não apresenta uma função situacional, tarefa encarregada às distinções de Tempo Absoluto. Adaptando o exemplo anterior, poderíamos ter a seguinte distinção realizada no passado:

(137) It was going to rain.

Assim, o uso aspectual de *go* não representa uma atitude do falante, e suas diferenças gramaticais não apontam para seu comprometimento.

Isso não significa, entretanto, que a diferença de significado entre as duas formas seja irrelevante do ponto de vista discursivo-funcional. Significa apenas que, para a GDF é mais relevante o fato de que o significado lexical, de movimento no espaço, seja representado como uma unidade da camada da Propriedade Lexical, uma camada adjacente abaixo da camada da Propriedade Configuracional. De acordo com Hengeveld (no prelo), a mudança de significado envolvida nos processos de gramaticalização sempre levam a um aumento no escopo desse item. Portanto, a mudança de *go*, de um verbo lexical de movimento para um operador aspectual, reforça a hipótese levantada por Hengeveld (no prelo).

Além disso, o uso temporal do verbo *go* é perfeitamente compatível com contextos interrogativos, negativos e condicionais:

(138) Is it going to snow?/It is not going to snow/If it is going to snow...
'Vai nevar?/Não vai nevar/Se vai nevar...'

No que concerne à subjetividade, entretanto, **o uso aspectual de *go*** configura apenas uma expressão de subjetividade inerente.

De forma similar, os verbos que expressam um movimento subjetivo, como *run*, no exemplo abaixo (FINEGAN, 1995, p.5), também são considerados subjetivos por representarem um movimento abstrato, um escaneamento mental.

(139) The highway runs from the valley floor to the mountain ridge
'A estrada vai do fundo do vale até a serra'

Para a GDF, não há diferenças gramaticais entre o uso abstrato representado nesse exemplo e um uso concreto desse mesmo verbo. A única possível diferença seria o emprego de um ser animado e um ser inanimado, mas essa distinção não parece ser relevante, ao menos no inglês e no português: ambos os seres são representados na camada do Indivíduo (x).

De Smet e Verstraete (2006, p. 372) parecem corroborar a leitura objetiva em uma análise desse mesmo exemplo, sendo o seu exemplo (13b) equivalente ao exemplo (139), exposto anteriormente:

Langacker entende tais usos como subjetivados porque "o movimento espacial realizado por um participante objetivamente construído é substituído por um movimento subjetivo (mental scanning) realizado pelo conceitualizador" (1990: 19). Parece intuitivamente claro, entretanto, que enquanto o uso de *run* em (13b) requer uma operação mental da parte do falante, o falante mesmo não figura na interpretação de *run*, que simplesmente descreve uma cena do mundo "exterior"⁸⁰ (DE SMET; VERSTRAETE, 2006, p. 372,)

No português, o verbo *ir* apresenta um processo semelhante ao verbo *go*, do inglês. Castilho (1997) propõe um processo de mudança de "movimento no espaço" para "movimento no tempo". Diversos autores, entre eles, Neves (2011), Bagno (2011), Cunha e Silva (2007), também identificam esse uso do verbo *ir* como indicador de futuro. Poucos, entretanto, fazem a distinção entre as funções temporais e aspectuais.

⁸⁰Langacker sees such uses as subjectified because "spatial motion on the part of an objectively construed participant is replaced by subjective motion (mental scanning) on the part of the conceptualizer" (1990: 19). It seems intuitively clear, however, that while the use of *run* in (13b) requires a mental operation on the part of the speaker, the speaker him- or herself does not figure in the interpretation of *run*, which simply describes a scene in the world 'out there'

Em um estudo sobre construções perifrásticas sob a ótica da GDF, Paula (2014) classifica o auxiliar *ir* como operador de Tempo Absoluto e Tempo Relativo.

Também encontramos no português usos semelhantes ao apresentado no exemplo (139), como podemos observar na ocorrência (140), abaixo:⁸¹

(140) Português (Internet⁸²)

Oficialmente, a estrada vai do limite de Porto Alegre com Viamão, na Ponte da Divisa, até a 040.

Com relação aos contextos interrogativos, condicionais, negativos e temporais, podemos perceber que os verbos de movimento subjetivo também são compatíveis:

(141) Essa estrada vai até Porto Alegre?/Se essa estrada vai até Porto Alegre... /A estrada não vai até Porto Alegre/ Essa estrada ia até Porto Alegre

Assim, podemos concluir que os casos de **verbos de movimento subjetivo** também configuram apenas um exemplo de subjetividade inerente.

4.7. Ênfase

4.7.1 A subjetividade na indicação da ênfase

Na GDF, a ênfase é expressa em quase todas as camadas do Nível Interpessoal, com exceção das camadas do Movimento e dos Participantes, por meio de modificadores e operadores. Há, pelo menos, dois motivos para considerar-se a ênfase

⁸¹ <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2015/05/estrada-caminho-do-meio-e-um-campo-minado-para-os-motoristas-4766876.html>

⁸² <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2015/05/estrada-caminho-do-meio-e-um-campo-minado-para-os-motoristas-4766876.html>

como forma de expressão da subjetividade. Em primeiro lugar, alguns enfatizadores exprimem um estado emotivo do sujeito falante, como os modificadores de ênfase na camada do Ato Discursivo. Em segundo lugar, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 111) caracterizam o advérbio enfatizador *really* como um item que exprime "comprometimento enfático". Embora os autores não explicitem o porquê de caracterizar esse advérbio como expressão de comprometimento, pode-se entender que o tipo de saliência causada pela ênfase difere de distinções de grau do Nível Representacional por não se referir a uma representação do mundo exterior (como em *um prédio muito alto*), sendo uma das evidências dessa diferença o fato de que, como mostram Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 111), os advérbios de ênfase têm escopo sobre advérbios de grau e não o inverso.

A seguir, apresentamos um resumo das diversas camadas de atuação da ênfase, iniciando pela camada do Ato Discursivo (A). Nessa camada, a ênfase recai sobre todo o Ato e pode ser expressa com todos os tipos de Ilocução, o que evidencia seu estatuto superior na hierarquia das camadas. Um exemplo de modificador de ênfase (A) é a expressão de baixo calão *dammit*, do inglês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.64-65):

(142) Answer me dammit!
'Responde, porra!'

(143) I want to go home dammit
'Eu quero ir pra casa, porra'

(144) Did you do it or not dammit?
'Você fez ou não fez, porra'

(145) Let's go dammit.
'Vamos embora, porra'

Essas ocorrências mostram como esse modificador pode combinar com Ilocuções imperativas (142), declarativas (143), interrogativas (144) e hortativas (145).

Uma representação genérica do uso desse modificador é a seguinte:

(146) (A1: [(F1: ILL (F1)) (P1)S (P2)A (C1)] (A1): -dammit- (A1))

Ainda na camada do Ato Discursivo, a ênfase pode ser expressa por meio de Operadores, ou seja, recursos não lexicais, exemplificados, no inglês, por meio dos seguintes enunciados (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.66):

- (147) a. She has grown!
'Ela cresceu!'
- b. Did you say you were pregnant?!
'Você disse que está grávida?!'
- c. Hurry up!
'Anda logo!'

Esses exemplos apresentam um contorno entoacional específico, com um movimento extremo de altura, representado na escrita por meio do ponto de exclamação. Assim como os modificadores apresentados anteriormente, esses operadores de ênfase intensificam todo o Ato Discursivo e podem ser expressos com todo tipo de Ilocução, o que evidencia que a exclamação é um tipo de ênfase e não uma Ilocução, como já havia apontado Moutaouakil (2005)

Outro exemplo de operador de ênfase na camada do Ato Discursivo vem do espanhol, por meio da partícula *que* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 67):

- (148) a. !Que no me gusta nada esa película!
 EXCLAM NEG 1.SG.DAT please.PRS.IND.3.SG nothing that movie
 ‘Não gostei mesmo desse filme!’
- b. ¿!Que si vienes mañana!?
 EXCLAM whether come.PRS.IND.2SG tomorrow
 ‘Você virá amanhã?’
- c. !Que no te marches mañana!
 EXCLAM not 2.SG.REFL leave.PRS.SBJV.2.SG tomorrow
 ‘Não parta amanhã!’

Os enfatizadores podem também atuar na força ilocucionária especificamente por meio de operadores. Por esse motivo, esses itens combinam somente com um tipo de Ilocução. No holandês, por exemplo, a partícula *dan* é restrita aos Atos imperativos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.83):

- (149) Doe je werk dan!
 Do your work EMPH
 ‘Go on, do your work.’
 ‘Vai, faz o seu trabalho’

A ênfase também é possível na camada do Conteúdo Comunicado. Diferentemente dos modificadores de Ato Discursivo e dos operadores exclamativos, os modificadores de Conteúdo Comunicado; não representam uma reação emotiva do falante. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 102) dão os seguintes exemplos:

(150) I really don't like you.
'Eu realmente não gosto de você'

(151) Do you really want to hurt me?
'Você realmente quer me machucar?'

Esses exemplos mostram que esse modificador apresenta distribuição limitada, não sendo compatível com todos os tipos de Ilocução, mas não específicas como os modificadores e operadores de Ilocução.

Enfatizadores de Conteúdo Comunicado podem se combinar com enfatizadores de Ato Discursivo, como em (152) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.103):

(152) I really don't like you dammit!
'Eu realmente não gosto de você, porra!'

A ênfase de Conteúdo Comunicado pode ser expressa também por operadores, por exemplo, no gaélico escocês, em que uma construção clivada com sintagmas não-nominais é utilizado para reforçar o Conteúdo do enunciado:

(153) Gaélico escocês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 106)
'S ann a dh'fheumas tu rud beag de dh'eòlas ciùil
CLEFT must/need 2.SG thing little of knowledge music.GEN
'It's just that you must have some knowledge of music.'
'É que você precisa ter algum conhecimento de música'

A ênfase também pode recair sobre apenas um Subato dentro do Conteúdo Comunicado, tanto em Subatos Atributivos, como em Subatos Referenciais. O exemplo a seguir é de um modificador de Subato Atributivo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.111):

(154) a really nice example
'um exemplo realmente bom'

Segundo Hengeveld e Mackenzie, esses enfatizadores não devem ser confundidos com advérbios de grau comuns, como *very* (*muito*), o que é evidenciado pelo fato de os dois poderem ser combinados, mas apenas de maneira que o advérbio de grau fique sob o escopo do enfatizador (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 111):

(155) a. A really very nice example
'um exemplo realmente muito bom'

b. *A very really nice example
'um exemplo muito realmente bom'

O Subato Atributivo também pode ser enfatizado por meio de operadores. A língua Kham apresenta uma partícula que enfatiza somente o Subato Atributivo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 113):

(156) Ma-che:-dƏ zƏ ge-li-ke.
NEG-fear-NF EMPH 1.PL-COP-PFV
'We remained (totally) unafraid'
'Permanecemos (totalmente) sem medo'

O Subato Referencial pode ser enfatizado por meio de operadores, que servem para chamar atenção para esses Subatos. No exemplo a seguir, oferecido por Hengeveld e Mackenzie, a ênfase é dada colocando-se o referente em posição inicial. Os autores também ressaltam o fato de que, nesse exemplo, o estatuto informacional do

constituente é o mesmo em ambos enunciados, diferenciando-o de funções retóricas como Tópico, Foco e Contraste (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.123):

(157) Did you get a day off?

'Você conseguiu um dia de folga?'

a. A day off? The boss gave me a whole week.

'Um dia? O chefe me deu uma semana inteira.'

b. A day off? A whole week the boss gave me.

'Um dia? Uma semana inteira o chefe me deu.'

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 123), o constituinte *a whole week*, em (157b), é salientado ao ser colocado em posição inicial, mas, assim como em (157a), esse constituinte contrasta com *a day off*. É importante salientar que o inglês, diferentemente do português, apresenta a ordem dos constituintes de maneira mais rígida que o português, ou seja, no português a posição inicial não expressa ênfase.

Tópico, Foco e Contraste são Funções Pragmáticas que direcionam o interlocutor na construção do Componente Contextual, indicando que informações ele deve reter, recuperar ou apagar da conversa. Por exemplo⁸³:

(158) - *What* did you see?

'O que você viu?'

- I saw *a heron*. (C_I: [(T_I) (R_I) (R_J)_{Foc}] (C_I))

'Eu vi uma garça'

⁸³ Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 89)

Nesse exemplo, podemos perceber que o falante instrui seu interlocutor a adicionar a informação *a heron* ('uma garça') ao Componente Contextual, figurando, dessa forma, como algo relevante à conversa.

Podemos dizer, assim, que as operações de Tópico, Foco e Contraste são recursos linguísticos que dizem menos a respeito do falante e mais a respeito da troca de informações sendo realizada, muito embora envolva decisões pertinentes ao falante. O tipo de decisão envolvida é o mesmo das envolvidas na escolha de artigos definidos ou indefinidos, que codificam operadores de identificabilidade (+ ou - *id*) que apenas colaboram para a construção ou recuperação do referente e não informam sobre o estado mental do falante.

A saliência envolvida no uso de itens enfáticos, portanto, difere daquela de usos que se voltam ao Componente Contextual. Como já dito, os itens enfáticos também se distinguem dos modificadores de grau, cujas distinções se referem ao Nível Representacional.

Em primeiro lugar, como mostram Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 111), o modificador enfático de Subato Atributivo pode co-ocorrer com o advérbio de grau, tendo escopo sobre esse último.

Em segundo lugar, advérbios de grau podem estar sob o escopo de negações, enquanto enfatizadores não podem, como fica claro na ocorrência (159), em que o falante não nega a existência da propriedade *like* ('gostar'), explicitado na segunda parte do enunciado ('somente um pouco em bifés'), o que não ocorre em (160), em que a mesma frase causa estranhamento no enunciado:

(159) I don't like fat very much, only a little on steaks.⁸⁴
'Eu não gosto muito de gordura, somente um pouco em bifés'

(160) I really don't like fat, (? only a little on steaks).
'Eu realmente não gosto de gordura (? somente um pouco em bifés)'

Em (159), o falante não nega que gosta de gordura, mas nega que gosta muito. A propriedade *muito*, portanto, tem sua existência negada, o que seria ilógico se o uso da expressão *muito* trouxesse à existência a própria avaliação. Já em (160), a impossibilidade da negação de *realmente* indica que seu uso traz à existência a avaliação.

Como já visto, entretanto, o modificador *really* pode ser utilizado em contextos interrogativos, como em (161):

(161) Do you really want to hurt me?
'Você realmente quer me machucar?'

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 102), o advérbio *really* enfatiza todo o conteúdo do enunciado. Nesse caso, seria estranho se o questionamento se referisse à ênfase dada ao conteúdo, como se o falante não tivesse certeza de querer salientar essa informação.

O questionamento de *really* é possível, porém, atribuindo-se a ele outros significados. O primeiro seria o do advérbio funcionando como um intensificador e tendo apenas o verbo *querer* em seu escopo, podendo ser parafraseado como *Você quer muito me machucar?*. O segundo seria o advérbio funcionando como uma espécie de

⁸⁴ <http://lifeofpi0.blogspot.com.br/2013/05/chapter-66.html>

modificador de factuality de um Estado-de-Coisas, podendo ser parafraseado como *É verdade que você quer me machucar?*

Assim, em contextos interrogativos, ou o advérbio está fora do escopo da interrogação, ou assume significados distintos da ênfase.

Em contextos condicionais essa diferença de significados também parece se aplicar:

(162) If you really want to hurt me, then you should try harder.
'Se você realmente quer me machucar, então deveria tentar com mais vigor'

O enunciado em (162) poderia ser parafraseado tanto por *Se você quer muito* ou *Se você quer me machucar muito* como por *Se é verdade que você quer me machucar*.

Outro contexto em que *really* apresenta um significado diverso da ênfase é quando colocado imediatamente após o advérbio de negação, como em (163):

(163) I don't really like fat.
'Eu não realmente gosto de gordura'

Nesse caso, o advérbio apresenta um significado de mitigação ou aproximação, podendo ser parafraseado como *Eu não exatamente gosto de gordura*.

Assim, em contextos que conflitam com a performatividade do item linguístico, o advérbio *really* apresenta significados distintos do de ênfase, indicando assim o comprometimento na avaliação enfática.

Com relação à ênfase atuante em outras camadas, sua classificação é problemática. Não é possível dizer, por exemplo, se a ênfase atuante na camada do Ato

Discursivo não é afetada pela interrogação e outros contextos devido ao comprometimento do falante, ou ao fato de estar acima das camadas em que esses contextos se expressam. Por outro lado, é impossível negar que os enfáticos do Ato Discursivo expressem uma avaliação emocional do falante e, sendo itens linguísticos do Nível Interpessoal, os enfáticos se referem à interação entre o falante e o ouvinte.

Isso, contudo, não quer dizer que o conceito proposto de Subjetividade Gramatical seja inoperável. O que acontece, nesse caso, é que as mesmas características que serviriam para distinguir os enfáticos de itens não gramaticalmente subjetivos são as mesmas para caracterizá-los como itens de camadas mais altas, acima da Ilocução.

No entanto, definir esses itens como Gramaticalmente Subjetivos seria precipitado, permanecendo a classificação desses itens como indefinida quanto à Subjetividade Gramatical.

Na análise da expressão em português, será investigado, portanto, somente o advérbio *realmente*, devido à sua proximidade com o advérbio *really*, do inglês, que, como vimos, apresenta um comportamento diferenciado em contextos interrogativos, negativos e condicionais, sendo, portanto, uma forma de expressão da Subjetividade Gramatical.

4.7.2. O advérbio realmente na expressão da subjetividade em língua portuguesa

Como já visto, o modificador de ênfase é utilizado para reforçar o conteúdo de um enunciado, como se vê na seguinte ocorrência:

(164) Eu realmente não gosto do roteiro desse filme mas gosto dos efeitos visuais dele⁸⁵.

O modificador enfático reforça o enunciado "Eu não gosto do roteiro desse filme", o que fica evidente também pelo trecho que antecede esse enunciado, no qual o falante lista uma série de críticas ao filme em questão:

(165) Primeiro além de ser um filme muito difícil de entender da primeira vez que você vê. O filme tem coisas demais, e acho desnecessário [...]. Depois falam do lance desse filme falar sobre mulheres guerreiras, mas quem diz o plano todo na cabeça da babydoll é um homem. E fora que a atriz que faz a babydoll é muito entediante, sem expressão [...].

Contudo, em português, casos como (164), em que fica claro o sentido enfático do advérbio *realmente*, são menos comuns do que casos em que o sentido de modificador de factualidade é o preferido, como em (166), ou casos em que há uma ambiguidade entre esses dois sentidos, como (167).

(166) O que fazer se você realmente não pode, ou não quer, abandonar o Windows XP⁸⁶

(167) Eu realmente não faço ideia de quem seja Jessica Jones⁸⁷

Em (166), o falante qualifica alguém que tem motivos válidos para não abandonar o seu sistema operacional, ou seja, alguém que verdadeiramente não pode fazer isso, em oposição a alguém que supostamente ou falsamente não o poderia. Trata-se claramente de um modificador de factualidade.

⁸⁵ <http://www.litoralesmeralda.com.br/index.php/2016/02/19/3082/>

⁸⁶ <http://pcworld.com.br/dicas/2014/02/10/o-que-fazer-se-voce-realmente-nao-pode-ou-nao-quer-abandonar-o-windows-xp/>

⁸⁷ <http://www.amigosdoforum.com.br/eu-realmente-nao-faco-ideia-de-quem-seja-jessica-jones/>

Em (167), há uma ambiguidade entre a leitura enfática (o falante não tem conhecimento nenhum de quem seja a personagem) e a leitura factual (por se tratar de um blogue de cultura pop, espera-se de seu autor conhecimento sobre a personagem, o que o falante nega, reforçando a factualidade dessa afirmação).

Podemos observar a importância dessa quebra de expectativa mais claramente em casos como (168), em que o falante, autor de blogue de jogos de computador, afirma não gostar de jogos como *Minecraft*, um jogo extremamente popular:

(168) Bom, eu detesto isso. Sério, eu realmente não gosto de jogos assim.⁸⁸

Nessa ocorrência, podemos observar o uso da expressão *sério* ('falando seriamente'), que indica a possível incredulidade do interlocutor.

No português brasileiro, portanto, o advérbio *realmente* parece ser distinto do advérbio *really* do inglês, assumindo um significado mais concreto, o de modificador de factualidade, havendo também casos ambíguos.

Essa sobreposição de significados, a princípio, aponta para a exclusão do advérbio *realmente* das formas de expressão da subjetividade, já que o sentido enfático parece depender em grande medida do contexto de uso da palavra.

Analisando, contudo, seu comportamento em contextos interrogativos e condicionais, percebemos que a questão não é tão simples assim. Em contextos interrogativos, como (169), o advérbio apresenta dois significados: o de factualidade (é verdade que...?) e o de grau (o quanto você quer machucar?).

⁸⁸ <http://criticalhits.com.br/critical-hit-eu-nao-gosto-de-jogos-que-me-dao-liberdade-demais/>

(169) Você realmente quer me machucar?

Já sob o escopo da condicional, a única interpretação possível é a de factualidade:

(170) SE **realmente** ele fô(r) el/ reeleito nós tamos enrolado mais uma vez (AC-115; RO: L. 463).

Nesse exemplo, fica claro que um evento é colocado em termos de uma oposição entre algo tornado concreto ou não, ou seja, realizável.

Ainda com relação à ocorrência (170), seria possível argumentar que essa oposição em termos de realidade se deve exclusivamente à presença da partícula condicional *se*. Contudo, podemos oferecer outros exemplos em que essa distinção se realiza:

(171) a mãe nunca disse pra ela que ela num era filha... do do do do C... que foi quem o criô(u) qué(r) dizê(r) o pai **realmente** foi... o C.... (AC-150; NE: L. 85).

Nesse exemplo, o falante contrasta dois mundos possíveis, um em que o pai é C. e outro em que o pai é outra pessoa. Trata-se de uma distinção em termos de realidade: quem, de fato, merece o título de pai? A pessoa que criou a criança, ou o pai biológico?

Entretanto, o advérbio *realmente* pode apresentar uma ambiguidade com relação ao significado, como pode ser visto na ocorrência abaixo.

(172) se possível eu não saio de lá de dentro... porque é um:./ é **realmente** um lugar onde eu consigo relaxá::(r) (AC-148; DE: L. 112-113).

Assim, em contextos declarativos, parece não haver restrições para os possíveis significados de *realmente*, mas em contextos interrogativos e condicionais o sentido enfático é excluído. Isso significa que, embora o sentido enfático não esteja completamente consolidado em língua portuguesa, dependendo muitas vezes do suporte contextual, seu uso é incompatível com contextos subjetivos, que conflitam com a expressão do comprometimento do falante.

Não devemos, entretanto, confundir o estatuto do modificador de ênfase com o estatuto do advérbio *realmente*. Enquanto não se pode ter certeza de que, em português, o advérbio *realmente* efetivamente tenha passado por um processo de mudança de significado, passando a exprimir modificação enfática, pela análise realizada verificou-se que esse significado enfático não é expresso em contextos condicionais e interrogativos, o que faria com que seu estatuto Subjetivo Gramatical fosse invalidado.

Portanto, o que se pode concluir, por hora, é que o modificador de ênfase é, de fato, uma forma de expressão da Subjetividade Gramatical, mas sua expressão em português pelo advérbio *realmente* ainda não está completamente estabelecida.

4.8. Resumo das análises

Analisando a categoria gramatical da modalidade, por meio dos testes gramaticais elaborados por Hengeveld (1987, 1988, 1989, 2004), foi possível identificar características gramaticais que diferenciam as modalidades subjetiva e objetiva, indicando a relação entre a avaliação do falante e o momento da enunciação. Os itens subjetivos mostraram-se incompatíveis com contextos interrogativos, negativos e de passado.

Na análise dos adjetivos avaliativos e adjetivos atitudinais, constatou-se que os adjetivos modificadores de Subato Referencial *maldito*, *pobre* e *grande*, assim como os modalizadores subjetivos, não podem ser expressos em contextos interrogativos e negativos sem causar um efeito ecoico no enunciado. Uma ressalva foi feita com relação ao adjetivo *grande*, que, nesses contextos, assume um significado mais concreto, referindo-se à noção de competência ou prestígio (*um grande time = um time forte, com muitos títulos*).

Na análise dos advérbios avaliativos, representados por advérbios como *infelizmente* e *estranhamente*, esses modificadores foram contrastados com advérbios de maneira, apresentando uma diferença de posicionamento no enunciado. Mais relevante, contudo, é o fato de que os advérbios avaliativos não podem estar sob o escopo da interrogação e negação, sinalizando a performatividade da avaliação.

Os advérbios modificadores de Ilocução, representados por advérbios como *sinceramente*, *francamente* e *honestamente*, também não podem ser negados e, apesar de poderem ocorrer em enunciados interrogativos, não atuam sob o seu escopo. Isso mostra uma diferença entre o comportamento dessa categoria com relação à modalidade e outras formas de expressão de subjetividade, em que o uso em contextos interrogativos resulta em um efeito ecoico. Contudo, mesmo havendo essa diferença, o fato de os modificadores de Ilocução não poderem atuar nem sob o escopo da negação nem da interrogação sugere que se trata efetivamente de uma forma de expressão da Subjetividade Gramatical.

Com relação ao uso do diminutivo como expressão de afeto, parece não haver características gramaticais que o diferenciem da expressão de tamanho. Uma possível

distinção gramatical seria a possibilidade de aplicação a pronomes pessoais, que, como vimos, explicita a função atitudinal no caso dos adjetivos. Contudo, não foi possível encontrar na literatura nenhum trabalho que forneça características formais que distingam esses usos. Também, dada a raridade de ocorrências dos diminutivos aplicados a pronomes pessoais, não foi possível realizar uma análise mais profunda. Por hora, a classificação dessa forma é a de expressão de Subjetividade Inerente apenas.

A análise dos verbos de movimento mostrou que, embora relevantes para a abordagem cognitiva, do ponto de vista da GDF, as diferenças de significado sofridas por esses verbos não apontam para uma avaliação de comprometimento do falante, sendo perfeitamente compatíveis com os contextos de negação, interrogação, condicional e tempo passado.

Com relação à ênfase, a análise do advérbio *really* em inglês mostra que em contextos negativos o advérbio não atua sob o escopo da negação, enquanto em contextos interrogativos o advérbio assume outros significados, como o da gradação e de modificação factual. Em português, o advérbio *realmente* também não pode atuar nesses contextos sem que o seu significado seja o de advérbio de grau e modificador de factualidade, mas, por outro lado, o significado de ênfase parece ser raro, dependendo exclusivamente de suporte contextual. Isso significa que, embora o modificador de ênfase de Conteúdo Comunicado possa ser classificado como uma forma de Subjetividade Gramatical, o advérbio *realmente* talvez ainda não possa ser classificado como um modificador de ênfase.

A seguir, apresentamos um quadro resumindo das formas consideradas como expressão de subjetividade na análise aqui realizada:

Categoria	Classificação	Exemplo
Modalidade Facultativa (f), (e)	Inerente	João <i>pode</i> nadar <i>Pode</i> levar três horas para chegar lá.
Deôntica (f), (e)	Inerente	Você <i>deve</i> fazer suas tarefas. <i>Deve-se</i> respeitar os pais.
Deôntica (ep)	Gramatical	Os professores <i>deviam</i> escutar mais os alunos.
Volitiva (f), (e)	Inerente	Eu <i>quero</i> saber mais. <i>É desejável</i> que o ministro fique.
Volitiva (p)	Gramatical	<i>Devia</i> ser possível viajar no tempo.
Epistêmica (ep)	Inerente	O avião <i>podia</i> estar com defeito.
Epistêmica (p)	Gramatical	<i>Talvez</i> ele venha.
Adjetivo Atitudinal (R)	Gramatical	O <i>pobre</i> rapaz foi demitido.
Adjetivo Avaliativo (x)	Inerente	As pessoas <i>pobres</i> estão sofrendo.
Advérbio Atitudinal (C),(T)	Gramatical	<i>Infelizmente</i> , não há solução. Um livro <i>felizmente</i> curto.
Advérbio de Ilocução (F)	Gramatical	<i>Sinceramente</i> , não sei.
Advérbios de maneira (f)	Inerente	Ele sorriu <i>sinceramente</i> .
Diminutivo	Inerente	Meu <i>filhinho</i> voltou.
Verbos de movimento abstrato	Inerente	<i>Vai</i> chover. A estrada <i>vai</i> até São Paulo.
Ênfase (A), (F), (R)	Indefinido	Não gosto disso, <i>porra</i> . Doe je werk <i>dan</i> . ('Anda, faz o seu trabalho') <i>A whole week</i> the boss gave me ('Uma semana inteira o chefe me deu de folga')
Ênfase (C),(T)	Gramatical	Eu <i>realmente</i> não gosto disso. Um livro <i>realmente</i> muito bom.

Quadro 6: Classificação das formas de expressão da subjetividade

Neste capítulo, apresentei diversas formas de expressão de subjetividade selecionadas na literatura específica, que foram escolhidas por expressarem algum tipo

de avaliação interna do falante. Após a análise dessas formas, pôde-se perceber que somente algumas delas apresentaram características gramaticais que refletissem o comprometimento do falante com relação à sua avaliação. No próximo capítulo, vou testar essa classificação à luz da tipologia dos textos utilizados como cópula, buscando verificar a relação que se estabelece entre as formas de expressão da subjetividade gramatical e o grau de envolvimento do falante em cada tipo de interação, com o objetivo de aprimorar o conceito de subjetividade.

CAPÍTULO V

SUBJETIVIDADE GRAMATICAL: GENERALIZAÇÕES

Introdução

Neste capítulo, reflito sobre as análises apresentadas no Capítulo IV, buscando determinar a existência de tendências no comportamento das formas de expressão consideradas gramaticalmente subjetivas. Isso é realizado de duas maneiras: primeiramente, observo quais foram os testes gramaticais empregados (5.1) e em quais camadas essas formas atuaram (5.2); em seguida, observo a existência de oposições que resultaram da discussão teórica apresentada nos Capítulos I e II, a saber, a oposição entre "expressão de atitude do falante" e "expressão do falante" (5.3), e a oposição entre a Subjetividade Gramatical e Subjetividade Inerente (5.4); por fim, reflito sobre a noção de objetividade, no contexto da Subjetividade Gramatical (5.5).

5.1. Os testes gramaticais

Conforme discutido no Capítulo II, a noção de subjetividade proposta nesta tese a divide em Subjetividade Inerente e Subjetividade Gramatical, levando em conta dois princípios fundamentais da GDF. O primeiro, o de que fatores contextuais são essenciais para o entendimento do funcionamento da língua e o segundo, o de que apenas os fatores que, de fato, alteram a estrutura gramatical da língua são considerados relevantes na Gramática. A partir desses dois princípios se estabelece a diferença entre a expressão do falante por meio da linguagem, Subjetividade Inerente, e a codificação sistemática dessa expressão, Subjetividade Gramatical.

Ainda na discussão levantada no Capítulo II, defendi que a adoção de testes gramaticais, como os propostos por Hengeveld (2004), e De Smet e Verstraete (2006), permitem uma redução no caráter vago, aparentemente inevitável, do conceito de subjetividade. No caso da modalidade epistêmica, por exemplo, ao observarmos o comportamento dos itens modais em contextos interrogativos, negativos, condicionais e de tempo passado e futuro, percebemos uma diferença entre modais da camada do Conteúdo Proposicional, de um lado, e do Episódio, de outro. Nesses contextos, os modais da camada do Conteúdo Proposicional apresentam um efeito de eco, enquanto os modais da camada do Episódio não apresentam tal efeito.

No entender de Verstraete (2001), o motivo dessa diferença é a natureza performativa do modal subjetivo. No caso da modalidade epistêmica, ao utilizar um modal epistêmico subjetivo, o falante traz à existência um comprometimento com relação ao valor de verdade de seu enunciado, de forma similar a que um verbo performativo como *prometer*, utilizado na primeira pessoa do singular, no presente, traz à existência uma promessa. É importante observar que os verbos performativos só podem ser assim chamados quando relacionados à primeira pessoa e no tempo presente, indicando, assim, a relação entre performatividade e comprometimento.

Assim, a impossibilidade de operar sem estar reproduzindo a fala de outro em contextos interrogativos, negativos, condicionais e de tempo passado e futuro indica que o item linguístico em questão expressa um comprometimento do falante.

Esses testes mostram, portanto, o reflexo do envolvimento do falante, da expressão de suas atitudes, no comportamento gramatical desses itens.

Outros testes gramaticais, apresentados por De Smet e Verstraete (2006) para a classe dos adjetivos, são os testes de gradação, intensificação e predicação, segundo os quais adjetivos subjetivos interpessoais (na nomenclatura dos autores) não podem sofrer modificações de gradação e intensificação e não podem ser predicados. O raciocínio por trás desses testes é o de que adjetivos subjetivos deixam de definir um subtipo de entidade denotada pelo substantivo e passam a exprimir uma relação entre o falante e essa entidade.

Porém, como vimos na análise dos adjetivos apresentada no Capítulo IV, essa característica também é compartilhada por adjetivos modificadores de Propriedade Lexical (f), como *former* em *former neighbor* ('antigo vizinho, ex-vizinho'). Isso não quer dizer que os autores estejam enganados em sua classificação. Esses testes funcionam para mostrar que o adjetivo em questão não define um subtipo de entidade: assim como *pobre* em *pobre agricultor* não define um subtipo de agricultor, *former* em *former neighbor* não define um subtipo de vizinho, mas modifica a propriedade *vizinho*, indicando que essa propriedade não é atual.

A impossibilidade de um adjetivo sofrer gradação e intensificação e ser predicado, portanto, é uma característica relevante para os adjetivos subjetivos, mas não exclusiva a eles, podendo ser atribuída também a modificadores de Propriedade Lexical (f), que não exprimem uma atitude do falante. Desse modo, esses três testes, embora revelem uma característica pertinente aos adjetivos subjetivos, não são adequados para distingui-los de adjetivos não subjetivos.

Por outro lado, em nossa análise, mostramos que os adjetivos modificadores de Subato Referencial (R) são incompatíveis com os contextos de negação e interrogação,

apresentando um efeito de eco quando utilizados nesses contextos, diferentemente dos adjetivos modificadores de Indivíduo (x) e Propriedade Lexical (f).

A fundamentação do conceito de Subjetividade em torno de testes gramaticais nos permite atenuar o caráter vago e demasiadamente amplo do conceito. Além disso, ao adotar esses testes, acredito que as discussões se tornam mais produtivas, não sendo baseadas somente em questões semânticas, dependentes de interpretação, mas fundamentadas na observação de evidências, como foi mostrado na discussão da modalidade apresentada no Capítulo IV, em que a existência do modal epistêmico objetivo foi estabelecida, observando-se que, em português, o modal *poder* indicando possibilidade epistêmica pode ocorrer no tempo passado.

5.2. As camadas de atuação

Como se pode observar no Quadro 6, do Capítulo IV, as formas de expressão da Subjetividade Gramatical atuam nas seguintes camadas: Episódio (Nível Representacional), Conteúdo Proposicional (Nível Representacional), Subato Referencial (Nível Interpessoal), Subato Atributivo (Nível Interpessoal) e Conteúdo Comunicado (Nível Interpessoal) e Ilocução (Nível Interpessoal).

Algumas das formas de expressão foram consideradas indefinidas com relação ao seu estatuto subjetivo gramatical, uma vez que atuam em camadas mais altas que a Ilocução e, assim, naturalmente, não podem atuar sob o escopo da interrogação, negação, tempo e condicionais.

Assim, mesmo considerando as formas sobre as quais não se pôde chegar a uma conclusão, todas as formas de expressão de Subjetividade Gramatical identificadas encontram-se nas camadas a partir do Episódio.

Isso pode se dever ao fato de a categoria de Tempo Absoluto estar nessa camada. Como vimos, o comprometimento do falante é indicado pela sua ligação ao momento da enunciação. Por esse motivo, as formas de expressão de Subjetividade Gramatical não podem ser realizadas sob o escopo do tempo. A camada do Episódio, portanto, seria a camada mais baixa em que a avaliação subjetiva poderia ocorrer, desde que não esteja sob o escopo do Tempo Absoluto.

Alternativamente, também é possível supor que a restrição à camada do Episódio se deva ao fato de que, para realizar uma avaliação sobre uma entidade, essa entidade deva configurar uma realidade interna ao falante e não uma descrição do mundo exterior. Trata-se, portanto, de construtos mentais. As unidades do Nível Interpessoal, por expressar a relação entre o falante e seu interlocutor, por natureza, são construtos mentais, assim como o Conteúdo Proposicional, definido precisamente como "construtos mentais que não existem no espaço e no tempo, mas sim, existem nas mentes daqueles que os concebem"⁸⁹ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 144). Contudo, sendo definido como "um ou mais Estados-de-Coisas tematicamente coerentes"⁹⁰, ou seja, apresentando uma continuidade de tempo, espaço e indivíduos, o Episódio parece ser uma entidade externa ao falante, não sendo assim, um construto mental, invalidando, assim, essa explicação.

⁸⁹ "Propositional Contents are mental constructs that do not exist in time and space but rather exist in the minds of those entertaining them"

⁹⁰ "one or more States-of-Affairs that are thematically coherent"

5.3. Expressão de atitude do falante vs. Expressão do falante

Como vimos no Capítulo I, para a melhor compreensão da subjetividade, é possível distinguir o conceito de subjetividade como "expressão das atitudes do falante" e "expressão do falante". Nessa mesma discussão, propus que os conceitos de subjetividade como "expressão do falante" se referem aos estudos de abordagens enunciativas, segundo as quais todo uso da linguagem pressupõe a presença do sujeito e, portanto, subjetiva.

No Capítulo II, utilizei essa distinção para refinar o conceito de subjetividade gramatical, propondo que, uma vez que as expressões do sujeito e de seu ponto de vista são **inerentes** à linguagem, a Subjetividade Gramatical deveria ser concebida da seguinte forma:

A **Subjetividade Gramatical** refere-se à sistematização e formalização das expressões de atitude, ou seja, avaliações necessariamente ligadas ao falante e ao momento de fala, de modo a comprometer o sujeito com relação à avaliação realizada.

A análise dos verbos de movimento abstrato (verbo *ir*) mostrou que esses verbos, cuja classificação subjetiva se baseia no ponto de vista do falante, de fato, não configuram como expressões em que há um comprometimento do falante e, de fato, se diferenciam das formas de expressão consideradas gramaticalmente subjetivas.

Dessa forma, pode-se concluir que a distinção entre "expressão de atitudes do falante" e "expressão do falante" é, de fato, pertinente ao estudo da subjetividade, sendo que apenas a "expressão das atitudes do falante" está relacionada à Subjetividade Gramatical.

5.4. Subjetividade Gramatical x Subjetividade Inerente

Como vimos na análise da modalidade, existe uma sobreposição entre a Subjetividade Inerente e a Subjetividade Gramatical. Mesmo as avaliações modais consideradas gramaticalmente objetivas manifestam uma avaliação pessoal do falante. Isso explica por que diversos autores, como Calbert (1975), Nitta (2000), Bybee et al. (1994) e Lyons (1968), definem a modalidade como *expressão da avaliação subjetiva do falante*. Essa definição, além de criar uma contradição na separação de modalidades subjetivas e objetivas, permite enquadrar na categoria modalidade categorias tradicionalmente não associadas a ela.

A separação entre Subjetividade Inerente e Subjetividade Gramatical permite, ao mesmo tempo, manter a distinção entre subjetivo e objetivo dentro da categoria da modalidade, mostrando que a sistematização do comprometimento do falante reflete-se em características gramaticais, e afirmar que a categoria da modalidade, tanto a subjetiva como a objetiva, expressa uma avaliação pessoal do falante, mas, nesse caso, estamos nos referindo à Subjetividade Inerente.

Ao propor a distinção entre Subjetividade Gramatical e Subjetividade Inerente, a meta era oferecer um conceito que não fosse demasiadamente vago. No que diz respeito à Subjetividade Gramatical, essa meta parece ter sido atingida, na medida em que esse conceito permitiu a distinção de formas de expressão subjetivas e objetivas. Uma simples análise de frequência de ocorrência das formas de expressão de Subjetividade Gramatical encontradas no *cópus* comprova a operacionalidade do conceito proposto.

Observamos em nossa análise a maior frequência das formas consideradas gramaticalmente subjetivas em contextos como o Relato de Opinião e a Narrativa de Experiência, como se pode ver na tabela 1:

	RO		NE		DE		NR		RP		TOTAL	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%		
Com certeza	10	62,5	2	12,5	1	6,25	2	12,5	1	6,25	16	100%
Talvez	8	47	7	41,2	-	-	1	5,9	1	5,9	17	100%
(In)felizmente	8	50	3	18,7	3	18,7	-	-	2	12,6	16	100%
Sinceramente	1	12,5	-	-	2	25	3	37,5	2	25	8	100%
Realmente (ênfase)	27	54	12	24	5	10	3	6	3	6	50	100%
TOTAL	54	50,4	24	22,4	11	10,2	9	8,4	9	8,4	107	100%

Tabela 1: Distribuição das formas de expressão da subjetividade gramatical de acordo com o tipo textual

Esses resultados mostram que as formas de subjetividade gramatical foram mais utilizadas nos contextos de interação em que o envolvimento do falante é naturalmente mais esperado. Se retomarmos a escala de subjetividade esperada apontada no Capítulo III, repetida abaixo por conveniência, observamos que os resultados são bastante coerentes com essa escala, havendo apenas uma inversão de posições entre subtipos com baixa frequência de subjetividade, com o tipo Descrição de Local apresentando um pouco mais de ocorrências do que o tipo Narrativa Recontada.

(173) Relato de Opinião (RO) > Narrativa de Experiência (NE) > Narrativa Recontada (NR) > Descrição de Local (DE) > Relato de Procedimento (RP).

Esses resultados indicam que o conceito de Subjetividade Gramatical mostra-se operacional para a caracterização de usos efetivos que os falantes fazem da língua,

caracterizando contextos com diferentes graus de comprometimento: quanto maior a frequência de marcas de subjetividade gramatical, maior o comprometimento do falante.

5.5. Subjetividade vs. Objetividade

Tradicionalmente, uma das possíveis distinções realizadas no campo da modalidade é aquela entre modalidades subjetivas e modalidades objetivas, gerando, inclusive, uma contradição na definição de alguns autores da modalidade como "forma de expressão da subjetividade" (por exemplo Calbert (1975), Nitta (2000) e Bybee et al. (1994)): se a modalidade é definida como subjetiva, como classificá-la em subjetiva e objetiva?

A distinção proposta nesta tese permite desfazer essa contradição de uma maneira simples: a modalidade, como um todo, pode ser considerada uma forma de expressão da subjetividade, tendo em vista a Subjetividade Inerente. Porém, considerando-se a sistematização do comprometimento do falante, ou seja, a Subjetividade Gramatical, podemos dividi-la em dois grupos: o que tradicionalmente se denomina modalidade subjetiva e o que se denomina modalidade objetiva.

Assim, por meio da concepção de subjetividade adotada neste trabalho, podemos também compreender melhor a noção de Objetividade. Tendo em vista que todo uso linguístico envolve a Subjetividade Inerente, ao falarmos de Objetividade somente podemos nos referir ao contraste com a Subjetividade Gramatical. Em outras palavras, itens linguísticos que não expressam uma avaliação pessoal comprometida do falante,

podendo, desse modo, atuar normalmente em contextos interrogativos, negativos, condicionais, passados ou futuros, são considerados gramaticalmente objetivos.

5.6. A noção de performatividade

A adoção do conceito de performatividade como base dos testes gramaticais mostrou-se produtiva para o discernimento de formas subjetivas e objetivas, em especial com relação aos adjetivos. Enquanto alguns dos testes gramaticais propostos por De Smet e Verstraete (2006) mostraram características semelhantes para os modificadores de Subato Referencial (R) e Propriedade (f), isto é, ambos não podem sofrer modificações de grau e intensificação e não podem ser predicados, os testes relacionados à performatividade (interrogação e negação) mostraram que apenas os modificadores de Subato Referencial não podem ser utilizados nesses contextos.

A performatividade como princípio norteador dos testes gramaticais foi proposta por Verstraete (2001), em que o autor utiliza o conceito *performatividade modal*, que se assemelha ao conceito de performatividade tradicional associada à força ilocucionária. Ainda segundo Verstraete, a performatividade tradicional, ou interativa, se distingue da performatividade modal por se tratar de uma relação entre o falante e o ouvinte, enquanto a performatividade modal traz à existência uma relação entre o falante e o conteúdo de sua proposição.

Contudo, apesar dessa distinção, é necessário observar que os testes gramaticais para a modalidade subjetiva se referem à ligação da avaliação com o momento da fala: por trazer à existência uma posição de comprometimento, o falante não pode trazer à existência esse comprometimento e, ao mesmo tempo, negá-lo, questionar sua existência, colocá-lo sob forma de hipótese e, por se ligar ao momento da fala, somente

o pode fazer no tempo presente. O mesmo poderia se dizer de performativos tradicionais, ou seja, ao dizer "eu não prometo", "eu prometo?", "se eu prometo", ou ainda "eu prometi", o falante descreve uma promessa e não a faz existir por meio de sua fala.

A consequência da equivalência da performatividade modal e da performatividade tradicional para a teoria da GDF é que, não havendo diferença entre esses dois tipos de performatividade, a conclusão lógica é a de que o Conteúdo Proposicional ou a modalidade subjetiva seriam unidades do Nível Interpessoal, e não do Nível Representacional.

Essa conclusão não é tão facilmente dispensada. Na Gramática Funcional de Dik (1989, 1997), a Proposição era considerada uma camada do Nível Interpessoal. Ainda com relação à Gramática Funcional, a definição de modalidade subjetiva é a mesma da modalidade orientada à proposição na GDF: "meios linguísticos por meio dos quais o falante expressa seu comprometimento com relação à verdade da proposição".

Entretanto, na GDF, o Conteúdo Proposicional, equivalente à Proposição, é considerada uma camada do Nível Representacional porque, diferentemente do Conteúdo Comunicado, o Conteúdo Proposicional pode ser atribuído a um participante que não seja o falante, como no exemplo oferecido por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 144):

(174) Jenny believed that *her mother would visit her*.

Desse modo, se estabelece um impasse: por um lado, a modalidade subjetiva apresenta as mesmas características de uma unidade performativa do Nível Interpessoal, a unidade a que ela se refere é uma entidade do Nível Representacional.

Esse impasse, no entanto, não interfere na proposta de conceituação da subjetividade apresentada, uma vez que, conforme exposto nas análises do Capítulo IV, os testes gramaticais baseados no conceito de performatividade cumpriram seu papel de discernir formas subjetivas de formas objetivas. Pelo contrário, acredito que o conceito de subjetividade proposto mostra ainda mais seu valor, levantando questões importantes não apenas para o entendimento da subjetividade e da modalidade, mas para o entendimento da estrutura hierárquica do Componente Gramatical, algo crucial no modelo da GDF.

Recuperando as análises realizadas nos capítulos anteriores, vimos neste capítulo que a concepção de subjetividade proposta nesta tese pode auxiliar na limitação do fenômeno ao separar a Subjetividade Inerente, presente em todos os usos da língua, e a Subjetividade Gramatical, entendida como a expressão das atitudes do falante, que envolvem o seu comprometimento, identificado por meio da observação de seu comportamento em determinados contextos gramaticais. Por meio dessa distinção foi possível identificar formas de expressão da Subjetividade Gramatical, criando, desse modo, um grupo com número de membros limitado, o que não é possível com a Subjetividade Inerente. Por meio da definição de Subjetividade Gramatical foi possível também determinar a partir de qual camada na hierarquia estrutural da língua se encontram suas formas de expressão.

A operacionalidade do conceito foi mostrada por meio da análise das formas consideradas gramaticalmente subjetivas, sendo sua presença mais frequente em contextos considerados mais subjetivos, como o relato de opinião e menos frequente em contextos menos subjetivos, como a descrição e a narrativa recontada. Além disso, o conceito proposto desfaz a contradição existente entre classificar a modalidade como forma de expressão de subjetividade e dividi-la em modalidade subjetiva e objetiva.

CONCLUSÃO

A proposta do conceito de subjetividade apresentada teve como objetivo atender a dois desafios no estudo desse fenômeno: i) como Narrog (2005) aponta, os conceitos de subjetividade em geral sofrem com a imprecisão em suas definições, portanto, é necessário oferecer um conceito preciso da subjetividade; ii) em razão desse caráter vago, é muitas vezes difícil separar o que é subjetivo e o que é objetivo, sendo necessário, portanto, oferecer um conceito que permita realizar essa distinção de modo claro. Além desses dois desafios, a proposta também deveria atender aos princípios teóricos da GDF.

Devido à natureza do fenômeno em questão, um certo grau de imprecisão é inevitável. Contudo, ao distinguir a Subjetividade Inerente da Subjetividade Gramatical, foi possível diminuir o efeito dos dois desafios apontados acima. Essa distinção permitiu, por exemplo, explicar a inconsistência gerada ao conceber a modalidade como forma de expressão de subjetividade e separá-la em modalidade subjetiva e objetiva: trata-se de dois tipos de subjetividade distintos. A distinção entre modalidade subjetiva e objetiva refere-se a uma avaliação comprometida ou não comprometida. Portanto, ao dizer *modalidade objetiva*, estamos nos referindo ao fato de essa modalidade não ser uma forma de expressão da Subjetividade Gramatical. Com relação à Subjetividade Inerente, os dois tipos de modalidade são subjetivos.

A separação entre Subjetividade Inerente e Subjetividade Gramatical também segue os princípios mais caros à GDF: por um lado, seu reconhecimento da importância da interação entre o falante e seu interlocutor e de como essa interação impacta a língua,

e, por outro, sua delimitação à representação de significados efetivamente sistematizados na língua. Realizando essa separação, é possível estudar a subjetividade de um modo coerente e relevante à abordagem da GDF, reservando lugares distintos para cada tipo de subjetividade.

As classificações geradas pela análise apresentada permitiram identificar um comportamento comum nas expressões de Subjetividade Gramatical: todas as expressões atuam na camada do Episódio e nas camadas acima dele. Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de a categoria de Tempo Absoluto atuar na camada do Episódio. Avaliações comprometidas necessariamente são realizadas no momento da fala, não podendo, portanto ser localizadas no passado. Isso explicaria também o fato de termos tanto modalidades subjetivas como objetivas nessa camada. A modalidade deôntica subjetiva atua acima do escopo do Tempo, enquanto a modalidade objetiva epistêmica atua sob seu escopo.

A análise de frequência no corpus, por sua vez, mostrou que as formas de expressão consideradas subjetivas ocorreram com maior frequência em contextos que favorecem o envolvimento pessoal do falante. Esse comportamento mostra que os tipos textuais com diferentes graus de comprometimento podem ser utilizados para caracterizar os itens gramaticalmente subjetivos.

É importante, também, apontar as limitações do conceito. Sendo dependente da identificação por meio dos testes que envolvem os contextos interrogativo, negativo, condicional e temporal, diversos itens linguísticos que atuam em camadas superiores à Ilocução não podem, por definição, ser afetados por esses contextos. Além disso, a adoção do conceito de performatividade, conforme observado em 5.6., levanta questões

a respeito do estatuto da modalidade subjetiva e do Conteúdo Proposicional na hierarquia da GDF, necessitando de mais estudos.

Mesmo assim, considerando os avanços frente aos dois desafios lançados e sua adequação ao modelo teórico da GDF, acredito que o conceito proposto de subjetividade, separando o fenômeno em dois tipos distintos, possa ser mantido: a **Subjetividade Inerente**, que se refere ao caráter dialógico da linguagem e se manifesta em todo uso da linguagem e a **Subjetividade Gramatical**, que se refere à sistematização das expressões de atitude, ou seja, avaliações necessariamente ligadas ao falante e ao momento da fala. Por meio dessa concepção, acredito que a subjetividade possa ser estudada de uma maneira mais eficiente na GDF, distinguindo diferentes tipos de fenômenos e suas formas de expressão, descrevendo de maneira clara o nível e a camada de atuação dessas formas, de modo a permitir o reconhecimento de padrões de comportamento, que, por sua vez, permitirão um avanço no entendimento desse fenômeno.

Como adverte Narrog (2012, p.2) sobre a dificuldade em trabalhar com a subjetividade, a simples menção do conceito "ainda faz linguistas se arrepiarem", e não por menos: o fenômeno envolve conceitos profundos e ao mesmo tempo abstratos, como o *eu* e *atitudes*, e é tão essencial para o funcionamento da linguagem que parece não haver nada na língua que não seja subjetivo. Talvez não haja nenhum outro fenômeno na língua que encarne tão profundamente o laço existente nela entre a representação do mundo exterior e a representação das intenções do falante.

É por ser esse um lugar nebuloso (e extremamente interessante), entre a semântica e a pragmática, que o linguista não pode fugir à obrigação de lidar com a

subjetividade, e nada me parece mais apropriado do que buscar meios gramaticais para tentas dissipar essa névoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora da Universidade de São Paulo, p. 284-293, 1976 [1958].
- BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica*. AÍDA, F. et alii (trads.) São Paulo: Pontes/Educ, 1992.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BYBEE, J.; PERKINS, R., PAGLIUCA, W. Back to the future. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- _____. *The evolution of grammar: Tense, Aspect and Modality in the Languages of the World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, 19, p. 25-64. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFBA, 1997.
- CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; SILVA, Maria Aparecida da. A gramaticalização do verbo ir: implicações para o ensino. In: CUNHA, M. A. Furtado da; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal, RN: Editora da UFRN, 2007.
- DE SMET, H.; VERSTRAETE, J. C. Coming to terms with subjectivity. *Cognitive Linguistics*, 17.3, p. 365-392.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. 1995. 163f. Tese (Doutorado em Letras: Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; HENGEVELD, K. The grammaticalization of modal verbs in Brazilian Portuguese: a synchronic approach. *Journal of Portuguese Linguistics*, 15.1., p.1-14, 2016.
- DE SMET, H.; VERSTRAETE, J. C. Coming to terms with subjectivity. *Cognitive Linguistics*, 17.3, p. 365-392, 2006.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Pt 1. The Structure of the Clause. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. *The theory of functional grammar*. Pt 2: Complex and derived constructions. Edited by Kees Hengeveld. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FINEGAN, E. Subjectivity and subjectivisation: an introduction. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (editors). *Subjectivity and subjectivisation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.1-15.

FENG, Guangwu. *A theory of conventional implicature and pragmatic markers in Chinese*. Bingley: Emerald, 2010.

FOLEY, W.; VAN VALIN, R. D. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987 [1969].

FOURNET, Arnaud. Michel Bréal (1832-1915), a forgotten precursor of enunciation and subjectivity. *ReVEL*, v.9, n.16, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_michel_breal.pdf>. Acesso em: 2 de fev. 2015.

GONÇALVES, C. A. V. *Estudos em morfopragmática e morfologia diacrônica*. São Paulo: Booklink, 2006.

HALLIDAY, M.A.K. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. *Foundations of Language*, 6, p. 322-361, 1970.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. Londres: Arnold, 1994.

HENGEVELD, K. Clause structure and modality in Functional Grammar. In: AUWERA, J. Van der; GOSENS, L. (Eds.). *Ins and outs of predication*. Dordrecht: Foris, p.53-66, 1987.

_____. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, 6, p. 227-269, 1988.

_____. Adverbs in Functional Grammar. In: WOTJAK, G. (ed). *Toward a functional lexicology/Hacia una lexicología funcional*. Frankfurt: Peter Lang, p. 121-136, 1997.

_____. Mood and Modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). *Morphology: A handbook on inflection and word formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.1190-1202

_____. Prototypical and non- prototypical noun phrases in Functional Discourse Grammar. In: RIJKHOFF, J.; VELASCO, D. G. (eds.), *The Noun Phrase in Functional Discourse Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 43-62, 2008.

_____. The grammaticalization of tense and aspect. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds). *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, p. 580-594, 2011.

_____. A hierarchical approach to grammaticalization. (NO PRELO)

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO-HATTNER, M.M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*, 53.3, p. 479-524, 2015.

HOPPER, P.J.; TRAUGOTT, E.C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IKEGAMI, Y. Indices of a 'subjectivity-prominent' language: between cognitive linguistics and linguistic typology. *Annual Review of Cognitive Linguistics*, v.3, n.1, p.132-164, 2005.

LANGACKER, R. W. Observations and speculations on subjectivity. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in Syntax: Proceedings of a Symposium on Iconicity in Syntax*, Stanford, June 24-6, 1983. Amsterdam: Benjamins, p. 109-150, 1985.

_____. Subjectification. *Cognitive Linguistics*, 1.1, p.5-38, 1990.

_____. Extreme subjectification: English tense and modals. In: CUYCKENS, Hubert; BERG, Thomas; DIRVEN, René; PANTHER, Klaus-Uwe (ed.). *Motivation in Language: Studies in Honor of Günther Radden*. (Current Issues in Linguistic Theory 243). Amsterdam: Benjamins, p. 3-26, 2003.

LYONS, J. *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

_____. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 2, 1977.

_____. *Linguistic Semantics - an Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MAYNARD, Senko. *Linguistic Emotivity: Centrality of Place, the Topic-Commentary Dynamic, and an Ideology of Pathos in Japanese Discourse*. Amsterdam: Benjamins, 2002.

MOUTAOUAKIL, A. Exclamation: sentence type, illocution or modality. In: DE GROOT, Casper; HENGEVELD, Kees (eds.). *Morphosyntactic Expression in Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 351-79, 2005.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, v.2, 2001.

NAGAMURA, George Henrique. Análise funcional dos evidenciais e modalizadores no discurso da autoajuda da saúde. 2011. 89 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/86550>>.

NARROG, H. On defining modality again. *Language Sciences*, 27.2, p.165-192, 2005.

_____. *Modality, Subjectivity and Semantic Change: a cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

- NARZETTI, C. N. P. A apropriação da teoria de Bakhtin na AD francesa. In: XIV Seminário de Teses em Andamento, 2009, Campinas. Anais do SETA (UNICAMP), 2009. v. 3. p. 188-196.
- NEVES, M.H.M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2.ed., 2011.
- OLBERTZ, H. Periphrastic expressions of non-epistemic modal necessity in Spanish: a semantic description. (NO PRELO)
- PAULA, Danytiele Cristina Fernandes de. O sintagma verbal em português: construções perifrásticas e não-perifrásticas. 2014. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/122115>>.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso*. In: GADET, F.; HAK, T.(org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas: UNICAMP, 1990a [1969], p. 61-161.
- _____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T.(org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas: UNICAMP, 1990b, p. 311-318.
- _____. *Semântica e discurso*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997 [1975].
- RIJKHOFF, J. N. M. *Layers, levels and contexts*. In: RIJKHOFF, J.; VELASCO, D. G. (eds.), *The Noun Phrase in Functional Discourse Grammar*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2008.
- TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual and expressive meanings: Some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (ed.). *Perspectives on Historical Linguistics* (Current Issues in Linguistic Theory 24.). Amsterdam: Benjamins, p. 245–271, 1982.
- _____. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, Raymond (ed.). *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 124-139, 2003.
- _____. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: CUYCKENS, H.; DAVIDSE, K.; VANDELLOTTE, L. (ed.). *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. Berlim: Mouton de Gruyter, p. 29-71, 2010.
- SILVA, A. A ordem variável dos adjetivos no SN: uma questão semântico-discursiva. *Matraga - Revista do PPGL da UERJ*, 16: 33-46. 2004
- VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: Interpersonal and Ideational functions in the English modal auxiliary system. *Journal of Pragmatics*, 33, p.1505-1528, 2001.